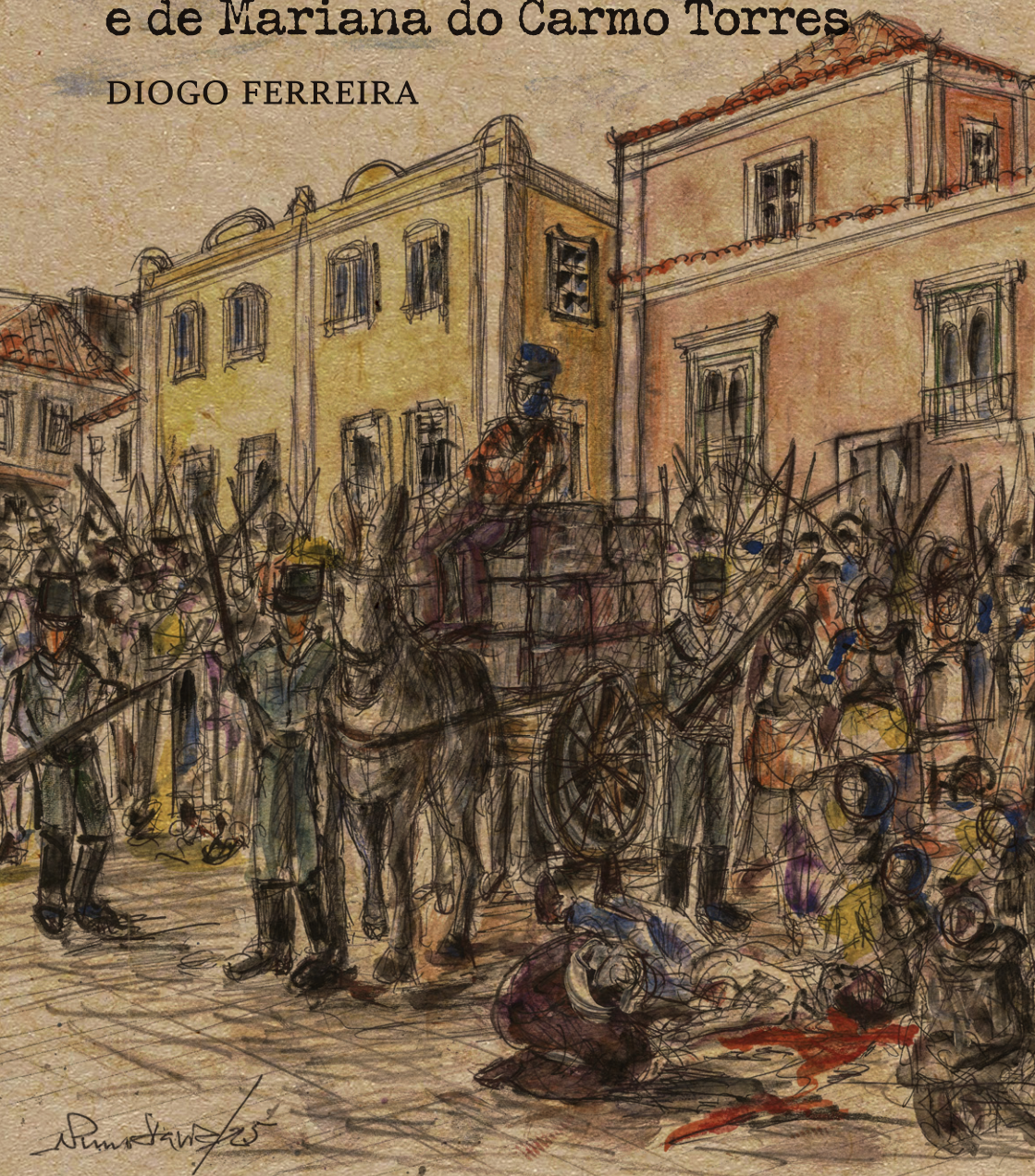


Os "Fuzilamentos de Setúbal" de 13 de março de 1911

A história de António Mendes
e de Mariana do Carmo Torres

DIOGO FERREIRA



Diogo Ferreira

**OS “FUZILAMENTOS DE SETÚBAL” DE 13 DE MARÇO
DE 1911: A HISTÓRIA DE ANTÓNIO MENDES E DE
MARIANA DO CARMO TORRES**

FICHA TÉCNICA

**CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL
ORGANIZAÇÃO**

PRESIDENTE
MARIA DAS DORES MEIRA

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA,
DESPORTO, DIREITOS SOCIAIS SAÚDE E JUVENTUDE**
LUÍS LIBERATO BAPTISTA

**CHEFE DO GABINETE DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO
DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL**
JOSÉ LUÍS CATALÃO

**GABINETE DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO
PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL**
DIOGO FERREIRA (INVESTIGAÇÃO E TEXTO)

**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS E TURISMO**
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
SETOR DE PRODUÇÃO E DESIGN GRÁFICO
ANTÓNIO CUNHA (DESIGN E PAGINAÇÃO)

SETOR DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO
CARLA VERÍSSIMO (DIVULGAÇÃO)

EDIÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
NUNO DAVID (DIREITOS RESERVADOS)

MARÇO 2026

Os "Fuzilamentos de Setúbal" de 13 de março de 1911

A história de António Mendes e de Mariana do Carmo Torres

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
1. NOTAS PREAMBULARES	9
2. A GREVE DAS OPERÁRIAS CONSERVEIRAS: OS ANTECEDENTES DA TRAGÉDIA	13
3. A RECONSTRUÇÃO POSSÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DOS ACONTECIMENTOS	22
3.1. AS FONTES DE IMPRENSA DISPONÍVEIS	22
3.2. OS INCIDENTES DA MANHÃ E DO INÍCIO DA TARDE: A EXALTAÇÃO DOS ÂNIMOS	29
3.3. OS CONFRONTOS DE MEIO DA TARDE E AS HORAS SEGUINTE AOS ASSASSINATOS	33
4. OS ACONTECIMENTOS NA ÓTICA DOS PERIÓDICOS LOCAIS	40
4.1. <i>O RADICAL</i>	41
4.2. <i>GERMINAL</i>	45
4.3. <i>O PAU</i>	46
4.4. <i>A MOCIDADE</i>	47
4.5. <i>O ELMANO</i>	48
4.6. <i>O TRABALHO</i>	49
5. OS DIAS SEGUINTE AOS ASSASSINATOS	50
6. OS RESULTADOS DA SINDICÂNCIA DO DR. JOSÉ DE CASTRO	57
7. QUEM ERAM AS VÍTIMAS?	67
7.1. MARIANA DO CARMO TORRES	67
7.2. ANTÓNIO MENDES, O <i>VERRUGA</i>	81
8. O FIM DA PARALISAÇÃO LABORAL E AS HOMENAGENS PÓSTUMAS	87
9. FONTES E BIBLIOGRAFIA	95
10. APÊNDICE DOCUMENTAL	99
10.1. DESCRIÇÃO DO JORNAL <i>O SÉCULO</i> SOBRE A SUCESSÃO DE EVENTOS DO DIA 13 DE MARÇO	99
10.2. REGISTOS DE INUMAÇÃO DE ANTÓNIO MENDES E MARIANA TORRES	103
10.3. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO RELATÓRIO DA SINDICÂNCIA DE JOSÉ DE CASTRO	105
10.4. ARTIGO DE OPINIÃO DO MINISTRO DO INTERIOR, ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA	109
10.5. ARTIGO DE JOSÉ CARLOS RATES, EVOcando O 13 DE MARÇO DE 1911	111
10.6. EVOCAÇÃO DO 13 DE MARÇO DE 1911 NAS MEMÓRIAS DO SINDICALISTA RUI FORSADO	113
10.7. O EPISÓDIO RELEMBRADO NO ROMANCE DE ALVES REDOL	115
10.8. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA PELO SOCIÓLOGO JOÃO FREIRE A JOSÉ BERNARDO, ANARCOSSINDICALISTA SETUBALENSE, EM 1981	116
10.9. TEXTO DE HOMENAGEM A ANTÓNIO MENDES PUBLICADO POR ALICE BRITO EM 2011	117
10.10. POEMA DE HOMENAGEM A MARIANA TORRES POR FÁTIMA MEDEIROS	118



Os Fuzilamentos de Setúbal, de 13 de março de 1911.

Aguarela de Nuno David de 2025

Esta aguarela procura ilustrar o local de confluência, entre a Avenida Luísa Todi e a Travessa do Carranca, onde ocorreram os disparos mortais que trata este livro.

PREFÁCIO

Em 13 de março de 1911, Setúbal assistiu a um dos mais trágicos episódios de repressão política na sua história do século XX. António Mendes e Mariana do Carmo Torres foram mortos num contexto de uma greve do operariado conserveiro setubalense, cujo início tinha tido lugar na segunda quinzena de fevereiro.

O município de Setúbal, desde 2016, presta homenagem a esta mulher (e a tantas outras como ela) que sofreram com as agruras das duríssimas condições laborais em que exerceram longamente a sua atividade profissional. A C.M. de Setúbal, de igual modo, colocou um marco no local onde os denominados “Fuzilamentos de Setúbal” decorreram.

Neste livro, da autoria do historiador e técnico municipal Diogo Ferreira, somos apresentados com um vasto conjunto de dados desconhecidos da literatura histórica local, que, numa produção pautada pelo rigor científico, socorrendo-se de fontes primárias e secundárias (recolhidas em diferentes bibliotecas e arquivos locais e nacionais) e de bibliografia, responde às diversas questões que guiaram a sua pesquisa:

Quem eram realmente as vítimas? Qual foi o seu percurso de vida? Qual é a razão para sabermos tão pouco em torno de cada uma delas? Que ferimentos resultaram nos seus falecimentos? Como reagiu a cidade? O que incentivou a escalada da tensão entre os grevistas e a Guarda Republicana? Como atuaram as forças de segurança? Que resposta deram os grevistas? Quem disparou os tiros mortais? Quem ficou ferido? Que testemunhas foram convocadas para dar o seu depoimento? Que fábricas de conservas estiveram envolvidas? Todas estas perguntas foram respondidas.

Sublinho a dedicatória ao professor Álvaro Arranja, que tanto deu pela divulgação da greve de 1911.

E o que dizer da arte de Nuno David, que retrata esteticamente, e com grande beleza, o momento da tragédia como se esta estivesse a ocorrer?

A C.M. de Setúbal, através da publicação deste *e-book*, perpetua a memória de Mariana do Carmo Torres e de António Mendes. Para que os setubalenses não esqueçam.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

DRA. MARIA DAS DORES MEIRA

Em memória do professor Álvaro Arranja,
historiador que contribuiu para que os trágicos acontecimentos
narrados nesta obra fossem preservados na memória coletiva
e que faleceu no decurso desta investigação.

1. NOTAS PREAMBULARES

*"Quase nada sabemos sobre Mariana Torres e António Mendes, os dois operários mortos em 13 de março de 1911, em Setúbal, pelas balas da recém-criada Guarda Republicana. Porém, essas mortes (cinco meses após o 5 de Outubro) e a imagem das indefesas operárias conserveiras baleadas na Avenida Luísa Todí [...] foram um acontecimento marcante para a relação entre a República e o operariado e a própria evolução histórica da 1ª República."*¹

Os assassinatos de Mariana do Carmo Torres e de António Mendes têm sido, na última década e meia, alvo de um considerável número de evocações. Ocorreram, ao longo dos anos, conferências e palestras de cariz histórico, homenagens póstumas de natureza feminista e manifestações de inspiração no que à luta de classes e à valorização laboral diz respeito. Foi erigida, inclusive, uma escultura, em 2016, homenageando Mariana Torres. Não obstante, conforme está absolutamente explícito na epígrafe que abre esta publicação – da autoria do professor Álvaro Arranja –, existem questões que permanecem sem resposta: Quem eram as vítimas? Qual foi o seu percurso de vida? Qual é a razão para sabermos tão pouco em torno de cada uma delas?

Estas dinâmicas relacionadas com o património e a história local ganharam um peso significativo na memória coletiva, assentando, fundamentalmente, em três sólidos trabalhos de investigação. Em primeiro lugar, em 1981, a equipa de investigadoras composta por Maria da Conceição Quintas, Soledade Brites Chagas e Élia Contreiras deu luz ao tema através da publicação *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*. Esta obra resultou de um meticuloso levantamento de imprensa periódica local sobre a história sindical setubalense na aurora da Primeira República.

Trinta anos mais tarde, por ocasião do centenário deste trágico episódio, o professor Albérico Afonso Costa deu à estampa um dos mais importantes contributos para a historiografia local sadina: *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*. No decurso do seu labor historiográfico explicou detalhadamente a importância que o caso teve para a desconstrução do bloco social de apoio do recém-implantado regime republicano na cida-

¹ ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana - Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura Operariado-República em 1911*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2011, p. 7.

de do Sado. Foi a consumação de um divórcio entre o universo operário local – associado ao anarco-sindicalismo e ao socialismo – e o republicanismo burguês implantado no 5 de Outubro.

Álvaro Arranja, historiador e docente, foi quem se concentrou em estudar com maior profundidade todo o panorama, enquadramento e desenvolvimento do movimento grevista que esteve a montante dos confrontos que provocaram as mortes daqueles dois trabalhadores. Dedicou o seu livro *Mataram Mariana - Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura Operariado-República em 1911* a compreender os diversos ângulos da paralisação laboral das operárias conserveiras da cidade, que teve lugar entre fevereiro e março de 1911. Esta obra foi indispensável como ponto de partida para o presente trabalho.

Perante o manancial bibliográfico alusivo ao tema, que se encontra igualmente disperso em pequenos capítulos, entradas ou artigos de imprensa, qual foi a motivação para concretizar esta investigação? Em meados do primeiro semestre de 2022, aquando do início da minha colaboração como historiador no Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural (GABPHC) da Câmara Municipal de Setúbal, uma troca de ideias em torno dos conteúdos da exposição de longa duração do Museu do Trabalho Michel Giacometti estimulou o meu interesse em saber mais sobre a vida das vítimas do 13 de março de 1911.

As colegas Maria Betânia Andrade e Leonor Soares e o chefe da equipa multidisciplinar do GABPHC, José Luís Catalão, recuperaram uma pesquisa, ocorrida entre 2016 e 2017, para o então futuro projeto de museografia da antiga fábrica de conservas de peixe da família Perienes, hoje em exposição. Apresentaram-me uma cópia impressa do registo dos enterros de António Mendes, *O Verruga*, e de Mariana do Carmo Torres, em março de 1911. De imediato lançaram a dúvida que, anos antes, a equipa tinha tido sobre o nome da mulher: Maria ou Mariana? O documento em questão apresentava-o na seguinte forma “M.^a do Carmo Torres”. Entre meados de março e julho de 2022, no meio de outros projetos, iniciei uma investigação com o propósito de tomar conhecimento em torno dos dados biográficos de ambos. Por motivos diversos, foi interrompida.

Este livro é a consequência da retoma de todo o processo de pesquisa que desenvolvi em diferentes arquivos e bibliotecas. Atravessou diferentes fases. Arrancou com a tradicional avaliação do estado da questão, a que já fiz alusão, prosseguindo depois com o levantamento exaustivo de um vasto conjunto

de periódicos nacionais (e.g. *A Luta*; *O Século*; *Diário Popular*; *A República Portuguesa*; *República*; *Diário de Notícias*; entre outros) e locais (e.g. *A Mocidade*; *Germinal*; *O Elmano*; *O Radical*; *República*; *O Trabalho*).

Esta consulta acrescentou um novo objetivo à ideia inicial que se tinha desenhado: reconstituir com o maior grau de pormenor possível o que efetivamente aconteceu durante aquele fatídico dia. Várias perguntas foram surgindo com o decorrer da leitura de tantas descrições nos jornais do princípio do século passado. O que incentivou a escalada da tensão entre os grevistas e a Guarda Republicana? De que modo as carroças violaram a paralisação laboral? Como atuaram as forças de segurança? Que resposta deram os grevistas? Quem disparou os tiros mortais? Quem ficou ferido? Que testemunhas foram convocadas para dar o seu depoimento? Que fábricas de conservas estiveram envolvidas?

Pretende-se, desse modo, confrontar – pelo menos através da sua narração – as diferentes versões dos factos, interpretar os significados dos silêncios e omissões dos textos produzidos pelos correspondentes de cada periódico e, por fim, analisar as suas motivações políticas. O mesmo se pode dizer quanto à multiplicidade de jornais setubalenses.

Com alguma surpresa, fui conhecendo a grande quantidade de detalhes e pormenores desconhecidos sobre o desenrolar dos acontecimentos, desde o início da manhã até ao final da tarde de 13 de março, e que culminaram nos denominados "*Fuzilamentos de Setúbal*"². Uma das fontes que contribuem diretamente para a reconstituição dos factos são os resultados da sindicância efetuada por José de Castro, nomeado pelo Ministro do Interior, António José de Almeida, para executar esta complexa tarefa de discernir o que sucedeu entre os populares e as autoridades.

Para se dar a conhecer mais sobre António Mendes e Mariana do Carmo Torres, para além dos periódicos, recorri a registos de batismos, a dados provenientes de um descendente, a história oral, a fontes secundárias produzidas por serviços da Câmara Municipal de Setúbal e a registos memorialísticos. Apenas esta conjugação garantiu alguma fiabilidade nos conteúdos expostos, muitos deles alvo prévio de crítica de fontes e cruzamento interpretativo.

² O evento foi assim denominado pela imprensa sindicalista da época.

Em virtude de alguma documentação não ter sido encontrada deixam-se pistas para futuras investigações. É de realçar, nesse plano, o conjunto de autos resultantes das mais de trinta entrevistas efetuadas pelo responsável pelo inquérito, que não se achou no fundo do Ministério do Interior do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Terão sido produzidos autos para um eventual conselho de guerra para julgar os guardas republicanos envolvidos? Sugiro, também, que se tentem encontrar as edições n.ºs 355 e 356 do jornal *Germinal*, publicadas dias depois das mortes se terem consumado. Talvez existam na Biblioteca Municipal Pública do Porto, que à data desta investigação se encontra encerrada temporariamente para obras. Todos os restantes depósitos legais não possuem estes números.

Esta investigação, por fim, procurou colocar à disposição do público oito diferentes fontes históricas para que o leitor possa, de igual modo, aceder integralmente aos seus conteúdos e fazer uma avaliação própria. Neste trabalho não se quis resolver um crime. Nunca se saberá exatamente como tudo aconteceu, mas certamente que se ficou mais próximo de o compreender.

Termino, sublinhando que este projeto quis homenagear o António e a Mariana, dando-lhes muito mais do que apenas um nome. Quis-se contar a sua história.

2. A GREVE DAS OPERÁRIAS CONSERVEIRAS: OS ANTECEDENTES DA TRAGÉDIA

Setúbal, na viragem do século XIX para a centúria de noventa e noventa, caracterizava-se pelos resultados do forte impulso industrial a que foi assistindo e que a tinham tornado na terceira mais importante cidade do País, depois de Lisboa e do Porto. Contava, de acordo com o censo de 1911, com mais de 30 mil residentes na geografia do atual concelho. O processo de industrialização, concentrado praticamente de forma hegemónica no setor da produção de conservas de peixe, constituiu uma região de perfil mono-industrial, profundamente dependente do sucesso desta atividade e amplamente interligada com a pesca para a captura da sua principal matéria-prima. Poucos meses antes da Grande Guerra ter deflagrado, registavam-se mais de quatro dezenas de unidades fabris que empregavam uns quantos milhares de pessoas. O respetivo crescimento demográfico assentou na intensa vaga migratória de centenas de famílias provenientes do Algarve e do distrito de Aveiro.³

Na véspera da Revolução Republicana de 1910, no operariado – grupo social germinado a partir desta industrialização – proliferava, do ponto de vista político-ideológico, o sindicalismo revolucionário, o socialismo e, em menor escala, o republicanismo. O seu carácter antimonárquico era unânime. À beira do Sado, personalidades como Afonso Costa, Bernardino Machado, João Chagas ou Brito Camacho sentiam que existia matéria humana em grande escala para construir um sólido bloco social de apoio à República, prometendo melhorias das condições sociais, o sufrágio universal ou a legalização do direito à greve.⁴

Algumas destas promessas foram vãs. Para além do direito ao voto ter permanecido seriamente circunscrito, a legalização das greves foi acompanhada pela autorização do patronato em implementar o *lock-out*. Poucos dias após a publicação da legislação em causa, em dezembro de 1910, os meios operários alcinharam-na pejorativamente como ‘decreto-burla’. Pelo meio, a cidade de Setúbal assistia ao nascimento de sindicatos,

³ COSTA, Albérico Afonso (coord.), “Setúbal – De meados de Oitocentos ao de alhar do século XX: Elementos de caracterização económica, social, política e cultural” in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR/Quidnovi, Matosinhos, 2010.

⁴ Cf. ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2009.

entre estes a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe.

No início da segunda quinzena de fevereiro de 1911, as trabalhadoras das fábricas de conservas das firmas *Benzinhos & Ribeiro; Correia, Cajuda & C.^a; Figueira & C.^a* e da *Atlântica* entram em greve, reivindicando aumentos salariais. Contaram, de imediato, com o apoio da União dos Sindicatos Operários de Setúbal. Estas greves tiveram uma solução relativamente rápida, mas antecederam a paralisação geral das cerca de 40 fábricas existentes, onde se exigiu, indistintamente, 50 réis por hora (de noite ou de dia).⁵



Cabeçalho do jornal *O Trabalhador*. Edição única.

Fonte: ARRANJA, Álvaro, “Mataram Mariana – A greve das operárias conserveiras de Setúbal em março de 1911” in esquerda.net. Publicado em 14/03/2022. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/mataram-mariana-greve-das-operarias-conserveiras-de-setubal-em-marco-de-1911/79913>

O destacado periódico nacional associado à esquerda revolucionária, *O Sindicalista*, editou um suplemento ao seu número 16, em 26 de fevereiro, descrevendo pormenorizadamente o progresso deste grande movimento grevista setubalense. Na sua longa descrição, relatou que a paralisação laboral das operárias conserveiras teve início no dia 21 anterior através das 2500 mulheres que, mais ou menos em simultâneo, abandonaram os seus postos de trabalho, reivindicando um aumento de 10 réis por hora.

Mais grave foi a denúncia de abusos sexuais sofridos por jovens trabalhadoras, acrescentada às já conhecidas duríssimas condições de trabalho: “*As nossas filhas são muitas vezes chamadas ao escritório, demorando-se tempo imenso, ficando nós em ânsias por saber o que se passa; vemo-las vir chorosas (...) já sabemos: é a desonra, a desfloração e ninguém os pune. Rapariga bonita tem de ser amante do industrial, do gerente e de todos que a querem prostituir, pois que não pode haver respeito quando o mal vem de cima. Se alguma resiste, vem a multa, a pancada e, por fim, o despedimento que é o princípio da fome. É isto, camarada, que nós não queremos sofrer mais. Estamos fartas. Preferimos morrer, mas não ceder*”⁶.

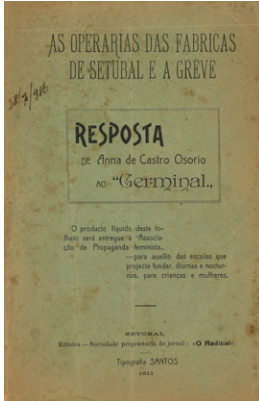
⁵ “A greve de Setúbal” in *O Trabalhador*, número único de 02/07/1911, p. 2.

⁶ “Ao Povo Operário – O Movimento Grevista em Setúbal” in *O Sindicalista*, suplemento ao n.º 16 de 26/02/1911, p. 1.

Mais ou menos pela mesma altura, Joaquim Martins dos Santos, diretor do periódico libertário local *Germinal*, envolveu-se numa intensa polémica com Paulino de Oliveira e Ana de Castro Osório, que eram casados. A troca de palavras fez correr tinta nas páginas deste jornal e n' *O Radical*, periódico editado pelo poeta setubalense. A escritora publicou uma longa refutação do que era acusada numa pequena brochura intitulada *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve – Resposta de Ana de Castro Osório ao 'Germinal'*.

Neste opúsculo, a autora defendeu que “*é bem lógico o compreender que a greve das mulheres das fábricas de conservas foi – a meu ver – extemporânea e, mais ainda, injusta*”⁷. Considerou que o regime republicano necessitava de tranquilidade e de tempo para garantir estabilidade política e conduzir o país para uma geral melhoria das condições de vida dos portugueses. A paralisação laboral no período em que decorreu era um “crime”, conforme escreveu, por não corresponder a nenhuma necessidade imediata e por facilmente ser manipulada por reacionários que odiavam a República. Alegadamente as mulheres em greve limitavam-se a repetir palavras dos agitadores operários, que delas se aproveitavam, sem perceberem o significado e as consequências dos seus atos.

Dando à estampa uma carta assinada pelo escritor setubalense, datada de 24 de fevereiro de 1911, a comunidade tomou conhecimento de que Paulino de Oliveira assumiu ter agredido mulheres em greve, funcionárias da fábrica da sua irmã, que seria a *Costa & Carvalho*⁸: “*Antes, que porventura no teu semanário se produzam quaisquer considerações a respeito desse meu ato bárbaro e que qualquer manifesto percorra alarmadamente a cidade, eu venho acusar-me e justificar-me. É que eu afugentei, à chibata, mulheres em defesa de outras mulheres de minha família*”⁹. Este precursor do republicanismo sadino assegurou, de igual modo, que instou a força pública para não proteger as suas parentes que saíam do estabelecimento industrial e que foram apedrejadas e alvo de insultos.



Capa da brochura publicada pela feminista.

Fonte: Coleção particular do autor.

⁷ OSÓRIO, Ana de Castro, *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve – Resposta de Ana de Castro Osório ao Germinal*, Tip. Santos, Setúbal, 1911, p. 9.

⁸ Cf. BARRADAS, Ana, “Feminismo Anti-operário: A República e a Greve das Conserveiras de Setúbal” in *Revista História*, n.º 11, Lisboa, 1999.

⁹ Transcrição de carta assinada por Paulino de Oliveira de 24/02/1911. SANTOS, Martins, “Reprovamos” in *Germinal*, n.º 353 de 25/02/1911, p. 1.

Joaquim Martins dos Santos, analisando os acontecimentos e o depoimento do seu – é preciso sublinhar – amigo, condenou o ato e a justificação apresentada, uma vez que, a montante, estava a provocação evidente por se ter substituído as grevistas: “*essas senhoras e Paulino foram desafiar a cólera da multidão grevista porque a multidão grevista muito bem sabia que aqueles passos se dirigiam a invalidar-lhe a greve*”¹⁰. A substituição daquelas mulheres por familiares, na perspectiva do diretor do *Germinal*, equivalia a retirar-lhes o pão e colocava em causa a luta coletiva que estava a acontecer.

Num suplemento d’*O Sindicalista*, que foi espalhado profusamente pela cidade, apontou-se que Ana de Castro Osório esteve, em conjunto com as suas sobrinhas, em 22 de fevereiro, a trabalhar na fábrica de conservas de peixe da cunhada, substituindo as operárias em greve. Estas mulheres, tomando conhecimento deste facto, cercaram as instalações e criticaram severamente este comportamento entre as grades das janelas, obrigando a que a saída tivesse de ser acompanhada por militares. Era incompreensível para a generalidade das operárias em greve (e para a imprensa socialista e acrata) que esta feminista, cerca de dois meses antes, se tivesse disponibilizado para secretariar a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal.¹¹



Fábrica de conservas *Alonso & Hijos* em laboração – 25/01/1952

Fonte: Coleção Américo Ribeiro
Arquivo Fotográfico Américo
Ribeiro. PT/AFAMR/AMR-
7631_16.

¹⁰ SANTOS, Martins dos, “Reprovamos” in *Germinal*, n.º 353 de 25/02/1911, p. 1.

¹¹ “Ao Povo Operário – O Movimento Grevista em Setúbal” in *O Sindicalista*, suplemento à edição n.º 16 de 26/02/1911, p. 1.

Neste particular, correu o rumor de que a escritora tinha exigido 1500 réis diários para dirigir a associação. Este foi desmentido, inclusive pelos acratas, que a ouviram, na sessão inaugural do organismo, declarar que apenas aceitaria a função em regime de *pro bono*.¹² Circulou, igualmente, um rumor de que José Martins dos Santos também se ofereceu para intermediar o conflito entre os industriais e as grevistas, o que o próprio contestou.¹³

A troca de palavras entre o casal e Joaquim Martins dos Santos subiu de tom quando Paulino de Oliveira considerou que os discursos nos comícios contribuía diretamente para a radicalização das massas populares. Em resposta, o diretor do *Germinal* não podia ser mais incisivo: “*Ora se elas pedem mais comer e tu lhes dás chibata, se elas, pela luta da fome, entram em pé de guerra, e tu, mulher, vais defender os detentores desse comer, adeus feminismo que te vais à vela, adeus poesia, que só serves para tretas*”¹⁴.

Após a saída das substitutas das grevistas das instalações fabris, as tropas chamadas ao local (Cavalaria 10) assistiram de forma cúmplice ao assédio sexual do respetivo comandante: tocou em diferentes partes íntimas de uma grevista, gerando a indignação dos populares presentes e um pequeno conflito. Mais importante, motivou uma reunião no dia seguinte (23) por parte da Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Peixe, que decidiu entrar em greve-geral de protesto para com a violência descrita.

Nos dias 24 (sábado) e 25 (domingo) de fevereiro de 1911, Setúbal viveu uma greve-geral de mulheres e moços no setor conserveiro, que foi acompanhada pelos operários da fábrica do gás (que vinha sofrendo paralisações laborais sucessivas desde o final do ano anterior), pelos trabalhadores municipais, pelos sapateiros, pelos padeiros e pelos descarregadores de peixe. A manchete do *Germinal* garantiu que quase todas as classes operárias de Setúbal estavam em greve de solidariedade, paralisando a atividade económica da cidade, em virtude da “*maneira desprezadora*”¹⁵ como foram tratadas as operárias das fábricas de conservas de peixe.

Do ponto de vista político, a primeira consequência da greve foi o pedido de demissão apresentado pelo administrador do concelho, Luciano de Carvalho, militante do Partido Republicano Português. Encontrava-se em funções desde o 5 de

¹² “A verdade” in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 2.

¹³ “Boatos” in *Germinal*, n.º 353 de 25/02/1911, p. 2.

¹⁴ SANTOS, Martins, “Reprovamos” in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 1.

¹⁵ “A greve geral em Setúbal” in *Germinal*, n.º 353 de 25/02/1911, p. 1.

Outubro de 1910, tendo alegado que tinham deixado de existir os meios pacíficos para resolver a paralisação laboral que, na sua interpretação, tinha entrado “numa orientação que não se coadunavam com o bom senso e meios suasórios que sempre caracterizaram a administração daquele nosso amigo”¹⁶.

Para o seu lugar foi nomeado Leonel Tavares de Melo, figura que tinha ocupado o mesmo cargo na fase final da Monarquia Constitucional e se encontrava na cidade para proceder a uma sindicância às últimas vereações monárquicas da Câmara Municipal de Setúbal. A nomeação caiu muito mal nas classes trabalhadoras sadinas, que a encararam – de acordo com o anarquista José Benedy – como uma “*provocação gratuita do Governo Provisório da jovem República ao povo operário de Setúbal*”¹⁷. O porta-voz local dos republicanos defendeu a escolha, apesar da reconhecida posição político-ideológica: “*Não há dúvida de que o sr. Melo, que o saibamos, não aderiu, até hoje, à República, mas aquele cavalheiro, além de ter a plena confiança dos republicanos locais, impõe-se no lugar para que foi nomeado*”¹⁸.

Pouco depois de ter tomado posse, tomou a decisão – alegando a existência de explosivos ou, segundo outras fontes, a falta de estatutos aprovados pela tutela¹⁹ – de encerrar as sedes dos sindicatos das mulheres e dos moços (esta situava-se no Largo da Anunciada, hoje Praça Teófilo Braga). Numa lógica contrária às teses defendidas antes da revolução republicana, o *República*, de Setúbal, legitimou a decisão de Leonel Tavares de Melo: “*sabido que a anarquia no termo vulgar da palavra, a desordem, a agitação constante e a confusão são predicados que um governo de Ordem e Liberdade não podem, nem deve permitir*”²⁰.

Em 26 de fevereiro, na zona de Camolas, os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas de conservas de peixe determinaram continuar a greve até que os aumentos fossem assegurados.²¹ Foi uma forma de contrariar os industriais conserveiros que, entretanto, tinham apresentado uma proposta salarial (idêntica à que estava em vigor antes da greve) para pôr termo à paralisação laboral, mas sem sucesso.

¹⁶ “Administrador do Concelho” in *República*, n.º 57 de 04/03/1911, p. 2.

¹⁷ BENEDY, José, “Aqui foi Tróia, provavelmente” in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 3.

¹⁸ “Setúbal” in *República*, n.º 57 de 04/03/1911, p. 2.

¹⁹ BENEDY, José, “Aqui foi Tróia, provavelmente” in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 3.

²⁰ “Greve operária” in *República*, n.º 57 de 04/03/1911, p. 2.

²¹ “Ao Povo Operário – O Movimento Grevista em Setúbal” in *O Sindicalista*, suplemento à edição n.º 16 de 26/02/1911, p. 2.

Operárias conserveiras
preparam o pescado numa
fábrica. Não datado.

Fonte: Coleção Arquivo
Fotográfico Américo Ribeiro.
PT/AFAMR/AMR-19713.



No início de março, algumas mulheres não sindicalizadas retomaram o trabalho nas fábricas, esvaziando ligeiramente a resistência do movimento laboral. Apesar da dinâmica de solidariedade associada a esta paralisação, importa reforçar que a unidade não era assim tão ampla, uma vez que soldadores, pescadores e operários da construção civil, três setores de grande preponderância operária, não aderiram à greve.

Numa ironia trágica, o periódico dos republicanos fez questão de elogiar o comportamento e gestão do conflito por parte do administrador do concelho e reforçou que, ao contrário dos governos monárquicos, a República não disparava a matar operários: *"Felizmente o governo da República difere um pouco desse outro que, há anos, em 2 de março [de 1890], mandava fuzilar o povo no Lago por um motivo fútil"*²². Este argumento faz menção à revolta popular, igualmente ocorrida à beira Sado, no rescaldo do Ultimato Britânico, e que resultou na morte de uma pessoa.²³

A convite de José Carlos Rates, secretário-geral da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, José do Vale (jornalista de *O Mundo*) e Jorge Coutinho (jornalista de *O Sindicalista*), dirigentes sindicais da capital, tomaram a palavra num comício com os grevistas, que teve lugar na zona de Brancanes no início de março.²⁴ A administração do concelho de Setúbal, após ter

²² "Greve operária" in *República*, n.º 57 de 04/03/1911, p. 2.

²³ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 159.

²⁴ "Reforço" in *República*, n.º 57 de 04/03/1911, p. 1.

tomado conhecimento deste evento, deu ordem à força pública para que ambos fossem expulsos da cidade, acompanhando-os à estação ferroviária.²⁵

José de Vale, em sua defesa, garantiu ter estado na cidade do Sado em serviço para *O Mundo* e ter subscrito as declarações do *Germinal*, denunciando que o administrador do concelho, Leonel Tavares de Melo, procedeu de forma “despótica” e exerceu “violentas perseguições” durante a paralisação laboral. Comprometia, desta forma, os desígnios liberais que deviam guiar as instituições republicanas. Considerou, também, que era inaceitável que um monárquico, que efetuara chapeladas eleitorais contra os republicanos, em Setúbal e em Mafra, ocupasse um cargo de tamanha responsabilidade política.²⁶

Após cerca de uma semana e meia num ambiente de relativo apaziguamento da tensão social na conjuntura da paralisação laboral (que se mantinha pela intransigência em não se aceitarem as condições sucessivamente apresentadas pelos industriais)²⁷, tornou-se público que, em reunião de assembleia geral, a Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal, dirigida por José Luís Canoa, aprovou uma moção – em 7 de março – denunciando que “alguns camaradas soldados têm sido agredidos e provocados por parte de alguns trabalhadores de fábricas de conserva, sem que da sua parte tenha havida a mínima provocação”²⁸.

As agressões teriam sido motivadas pela não adesão dos soldados ao movimento grevista. Entre os agressores, segundo a imprensa local, encontravam-se os moços José Joaquim Cordeiro, Eduardo Geada, Caetano Moisés, João Geada e, ainda, o dirigente sindical José Carlos Rates. A violência teria sido perpetrada no dia 4 de março junto ao denominado ‘Castelo Velho’.²⁹

Nem o *Germinal*, nem *O Sindicalista* negaram este facto, sendo que o primeiro confirmou indiretamente esta realidade ao afirmar que toda a atividade dos sindicatos encerrados estava a ocorrer em “sítios secretos”³⁰. Os socialistas d’*O Trabalho*, por seu turno, negaram as agressões, defendendo que os soldados tinham direito a optar por estratégias de luta distintas das que estavam a vigorar na greve.³¹



José Carlos Rates (1879-1961)
Secretário-Geral da União dos
Sindicatos Operários de Setúbal

Fonte: Internet. Acesso livre.

²⁵ “José do Vale” in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 2.

²⁶ VALE, José do, “A greve” in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 2.

²⁷ “A greve em Setúbal” in *O Sindicalista*, n.º 18 de 12/03/1911, p. 2.

²⁸ “A greve” in *República*, n.º 58 de 11/03/1911, p. 3.

²⁹ “Má tática” in *República*, n.º 58 de 11/03/1911, p. 2.

³⁰ “Ação sindical” in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 5.

³¹ *Casério* (pseudónimo), “Actualidades” in *O Trabalho*, n.º 501 de 12/03/1911, p. 1.

Nas vésperas dos acontecimentos de 13 de março, a cidade viveu dias de luto pelo falecimento de dois jovens. O primeiro, no dia 9, resultou da morte de Luís Silva, de 28 anos. Era o diretor em funções do principal jornal republicano setubalense e presidente da Comissão Paroquial de S. Julião³², tendo chegado a secretariar o Centro Republicano de Setúbal antes do 5 de Outubro.³³ O segundo, no dia 11, foi a consequência do óbito do operário Libânio da Rocha Romão.³⁴ Este era conhecido pela sua elevada craveira intelectual.

A divisão entre operários (com a não adesão dos soldados), a falta de abertura por parte dos industriais para anuírem às reivindicações salariais, a fragmentação da imprensa periódica perante o desenvolvimento da greve e a crescente tensão generalizada, com uma cidade parcialmente parada, eram os ingredientes ideais para comunidade entrar em ebulição. E foi o que aconteceu. Os dias de luto, em Setúbal, estavam para durar.

³² O que hoje equivaleria a um Presidente de Junta de Freguesia.

³³ "Luís Silva" in *República*, n.º 58 de 11/03/1911, p. 1.

³⁴ "Libânio da Rocha Romão" in *Germinal*, n.º 354 de 11/03/1911, p. 2.

Em virtude da maioria das reportagens iniciais não terem origem em correspondentes locais, mas antes em informações transmitidas via telefónica ou através de entrevistas *a posteriori*, observou-se uma miríade de erros ou gralhas no que concerne ao número de mortos e feridos³⁵, com trocas de nomes (inclusive das vítimas), descrições imprecisas (e até contraditórias) entre os diferentes artigos publicados. Foi, pois, com manifesto cuidado e redobrada atenção que procurei encontrar e narrar os aspetos mais verosímeis, que reconstruíssem como tudo se passou entre a manhã e o final da noite, filtrando o que estaria incorretamente analisado e foi tornado público. Deve-se realçar que o *Diário de Notícias*, *O Século* e *O Mundo* foram, de longe, os que mais aprofundaram e quiseram elucidar o grande público.

Destaque deste jornal aos falecimentos resultantes dos confrontos.

Fonte: *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

<p>... sr. mi- ... officio: ... bido da ... presente ... v. ex.ª ... idas om ... r ao go- ... o Porto: ... a nomea- ... da Silva, ... isto para ... lar e de- ... alguma ... José de ... governo, ... gum nas ... icia, em ... rio capi- ... para to- ... 145.º e ... desastoso ... sro, ainda ... ça de lei ... verno da ... nmediato, ... o. Estadu ... io do go- ... licoes em</p>	<p>S. Vicente, 11.—Segue para o norte o paquete «Oravia». Pernambuco, 12.—Segue para Lisboa o paquete «Araguaya». Pará, 12.—Chegou o paquete «Anselmo».</p>	<p>... O operá- ... que isso ... das, antes ... minho é p ... A segui ... de prisão. ... Ao ouvi ... União ... mesmo tei ... — Já es ... O sr. L ... ia, puxar ... mão é Jc ... — Julg ... se. ... Foram ... o Rates, ... ministra ... elle tirav ... Com re ... ctividade ... por ques ... sim por ... captura. ... promove ... mandado ... Recolh ... A cida</p>
<h2 style="text-align: center;">A greve de Setúbal</h2> <p style="text-align: center;">Um lamentavel conflicto entre a guarda republicana e os grevistas — Uma mulher e um homem mortos — Varios feridos — Prisão do secretario da União das Asso- ciações</p> <p style="text-align: center;">Um facto deveras lamentavel occorreu hontem na cidade de Setúbal, onde co- mo já é do conhecimento publico, se en- contram em greve os meios a operários das fabricas de conservas.</p>		

Sobre o primeiro, dada a natureza e gravidade dos factos, é de estranhar a opção editorial de colocar a primeira notícia em torno deste caso na segunda página, desvalorizando a sua importância. Porém, não deixou de acompanhar com pormenor e rigor, durante alguns dias, o que era considerado matéria de interesse. Recorreu, para isso, ao seu correspondente local.

³⁵ A título de exemplo veja-se: "sobre a multidão e, desse contacto violento com o povo, resultou a morte de três operários e ferimentos graves em muitos outros". "Últimas Notícias - Acontecimentos graves em Setúbal" in *A Capital*, n.º 249 de 13/03/1911, p. 2.

O Mundo foi consideravelmente cauteloso nas primeiras edições, reforçando que ainda não era possível descortinar com perfeita imparcialidade o que realmente tinha acontecido. As suas versões assentaram, primeiramente, no testemunho de uma comissão que, pelas 21h00 do dia 13, se deslocou às instalações do periódico para narrar o sucedido. Posteriormente, remeteram um enviado especial até Setúbal para acompanhar os eventuais desenvolvimentos do caso.

Não obstante, foi dos primeiros jornais nacionais que exigiu publicamente a demissão do administrador do concelho local, lavrando “*o seu protesto contra o que se fez em Setúbal, considera legítima a impressão que os deploráveis acontecimentos causaram na classe trabalhadora e acompanha a sua comovida reclamação de justiça. Mas pede ao povo que confie na ação do Governo porque está seguro de que a justiça há de ser feita. Justiça verdadeira. Justiça republicana*”³⁶.

O título responsável pela mais elaborada e pormenorizada narração das diferentes ocorrências, estabelecendo uma linha cronológica coerente, foi *O Século*. Manteve-se atento à evolução das ocorrências em mais do que duas ou três edições, ao contrário da esmagadora maioria dos restantes jornais publicados na capital. Procurou ser o mais equidistante possível, garantindo que a sua voz de denúncia contra a repressão política aplicada nos anos da Monarquia Constitucional seria a mesma perante a República.

Na sua edição de 15 de março de 1911, publicou três textos diretamente associados ao confronto entre os grevistas e a Guarda Republicana. Pendeu a balança da culpabilidade, a montante, para o lado dos fabricantes conserveiros por estes não possuírem um critério de justiça que fosse ao encontro das necessidades salariais dos seus operários, mas sublinhou que o momento era de dignificar a República e os seus valores junto do povo que a tinha ajudado a implantar: “*Se é justo que se defenda a propriedade, mais justo é ainda que se atenda o direito à subsistência, que compreende o próprio direito à vida*”³⁷.

Um dos jornais de Lisboa que mais se chocou com as fatalidades foi *A Capital*, que comparou as práticas dos militares às do tempo da monarquia. A redação do jornal recebeu informações cuja “*gravidade não é possível disfarçar*”³⁸, notificando a

>Destaque ao movimento grevista setubalense.

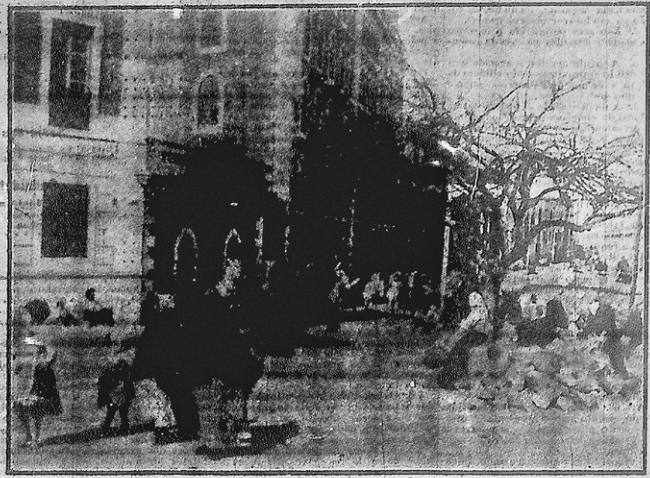
Fonte: *República*, n.º 59 de 15/03/1911, p. 1.

³⁶ “Luta de Classes – Os operários em greve” in *O Mundo*, n.º 3725 de 15/03/1911, p. 1.

³⁷ “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10507 de 15/03/1911, p. 1.

³⁸ “Últimas Notícias - Acontecimentos graves em Setúbal” in *A Capital*, n.º 249 de 13/03/1911, p. 2.

O movimento grévista Em Lisboa e em Setúbal



A Guarda Republicana vigiando a fabrica de Xabregas

Continua no mesmo pé a grévo de pececa da União Fabril

Persistem na sua attitude, os operários da União Fabril.

As cinco horas da manhã do hontem, reuniram-se em assembleia geral, ficando decidido irpôr-se as comissões de vigilância, sendo alguns dos grévistas incumbidos de vigiar as fabricas e outros de estar á entrada de qualquer operario, que pretendesse fazer o movimento, o que apenas aconteceu com dois. Nesse momento, o presidente da reunião pediu ás comissões de vigilância, que no caso de encontrarem algum empregado das fabricas, lhe fizessem a relação, sem de não soffrer qualquer insulto ou aggressão que podesse ser attribuida aos trabalhadores em grévo. Pouco depois, ás 8 horas da manhã, reuniram-se uma pequena força de 8 soldados de cavalleria da Guarda Republicana, com duas horas da manhã, quando a assembleia geral voltou a reunir, resolvendo-se então que uma commissão procurasse o sr. governador civil, que se officiasse á Associação de Classe dos Descarregadores de Mar e Terra, pedir o apoio á dos Funcionarios, protestando contra o facto dos membros d'esta classe, empregados na União Fabril, continuarem a trabalhar. A tarde, effectivamente, a commissão dirigida-se ao governo civil, onde da parte do sr. dr. Eusebio Leão lhe foi communicado que devia aguardar as resoluções da assembleia dos accionistas d'aquella companhia, e que em breve se deveria realizar. Juntam á tarde no edificio do governo civil, estiveram em demorada conferencia, acerca da grévo dos operarios da União Fabril, com o 1.º e 2.º commandantes da Policia Civica, os srs. conde de Burnay e dr. Eduardo Burnay. Quanto á commissão dos operarios, regressou á associação de classe, onde, depois de expôr o resultado da sua embaixada, foi resolvido estar em sessão permanente. Oposta que os grévistas contam com a adhesão dos Condutores e Guardas-freios, Manipuladores de Bolachas e Biscotos, Cortadores e Manufactores de Tecidos.

Aos grévistas do Beato reunem-se os operarios de Xabregas—Conflicto

Apesar de se declararem em grévo, os operarios moqueiros do Beato continuaram no edificio da fabrica, abandonando-a apenas quando all compareceu a

autoridade. Nomearam-se então algumas comissões de vigilância, indo uma d'ellas falar no sr. Antonio dos Rios, um dos proprietarios da fabrica. Como tivesse havido algumas correrias da força da Guarda Republicana que pollicia o local, os grévistas procuraram o sr. governador civil, que não pôde recebê-los.

Por solidariedade, puzeram-se tambem em grévo os operarios da fabrica do sr. João Pedro de Sousa, em Xabregas. Horas antes haviam estado no Beato, ás quatro horas, com os operarios da fabrica de João de Brito, Limitada—endo o movimento coarçotivo—uma commissão composta dos srs. Antonio Duarte Fygor, Joaquim dos Santos, Antonio Pereira, Acostinho Oliveira Cardoso e Manuel Vaz Lago. Agradeceram os operarios do Beato o apoio que lhes era trazido pelos companheiros de Xabregas, aos quaes aconselharam que desistissem do proposito de largarem o trabalho. Como, no regresso, não fosse permitido o ingresso no edificio da fabrica, souão a um dos membros da commissão, o sr. Carlos, os operarios resolveram, em signal do protesto, abandonar immediatamente o trabalho, não sem deixarem de referir os factos ao gerente, sr. José Pedro de Sousa, filho do proprietario.

Eravam aproximadamente nove horas da manhã. Como d'all a pouco o sr. João de Sousa, entrasse e se trocassam entre elle e os operarios algumas palavras ásazas, estes abriram a porta da fabrica aos restantes membros da commissão, na entrada dos quaes não se havia consentido, declarando que ninguém sahiria das officinas. Então o sr. Sousa puxou d'um revolver, que não chegou a disparar—sendo sido apontado contra o operario Vaz do Lago,—por o sr. José Pedro de Sousa e outros empregados se torem lançado á arma. Conforme é heil de prever, a excitação dos animos tornou-se maior, vendo-se o sr. João de Sousa necessitado de abandonar o edificio da fabrica e de ir á esquadra proxima requisitar policia. Por seu turno, uma commissão de operarios procurava, pouco depois, o sr. governador civil, que não pôde recebê-los.

Os acontecimentos de Setúbal

SETUBAL, 14.—Continuam sendo o assumpto obrigado de todas as convenções de acontecimentos accorridos hontem n'esta cidade, com surpriza para toda a gente, por quanto nada os fazia prever.

Como lhes disse em telegramma, no domingo estiveram aqui quatro dirigidos do movimento operario da capital, a fim de estudarem a grévo na posição dos operarios solidarios em face d'ella,—e que, com tanta violencia tem sido veiculada pelo «Syndicalista». Foi depois de uma demorada conferencia, entre aquellos individuos e Carlos Mattes, chefe dos grévistas, que a attitude d'estes no modifícou sensivelmente. Assim, ao contrario do que até all vinha succedendo, começaram a ser detidas, por grupos de grévistas, as carruagens que continham material para as fabricas do caminho de ferro e caixas de conserva d'esta para a espedição d'elles os indústrias, Pires Leal, Cordeiro d'Almeida, L. pires & C.º, requisitavam a força armada, que os grévistas receberam virtualmente, agredidos a podesse a tiro, como se, uma das victimas, o Antonio Verruga. A proposito, devemoz dizer que a força não dispuzem sem previo aviso, tendo feito antes duas descargas para o ar. A propria terceira descarga foi com pontarias altas. Factos dignos de lastima.

Hoje nada de anormal occorreu. No hospital da Misericordia realisonou-se a autopsia dos cadavres dos dois infelizes que hontem foram derrubados. A morte de Antonio Verruga foi produzida por uma bala que entrou pelo deltoide de direito, atravessando-lhe os pulmões e vindo a sair pelo deltoide esquerdo. Quanto a Anna das Borges, foi prostrada por um projectil que lhe atravessou o deltoide esquerdo e veio sair pelo deltoide direito d'um e d'outro. Corria ter sido instantanea. Irraçoes quando se realisou o funeral, havendo quem affirmasse que se effectuariam á noite. Chegou esta manhã mais uma força de infantaria da guarda republicana, de 55 praças, sob o commando do tenente Cortes, sendo espedida amanhã, uma força de esvalleria composta de 107 praças, 6 sargentos e 7 officiaes, sob o commando do tenente G.º, que se vão indo durante o dia, completamente.

Echos das grévas na Arcada

Os membros da sub-commissão de trabalho pedirão a exoneração dos seus corpos.

O chefe do governo e o sr. ministro do Interior foram hontem procurados por uma commissão delegada do União dos Solidarios, a fim de expor a situação dos grévistas e solicitar a intervenção do governo para a solução do actual conflicto.

opinião pública de que um confronto entre a Guarda Republicana e grevistas tinha provocado mortes em Setúbal. Nas edições seguintes tentou chamar a atenção dos dirigentes republicanos, reforçando que era urgente pôr termo aos atos de “*repressão brutal e sangrenta*”, principalmente para com “*filhos do povo*”³⁹ que tinham integrado as forças proletárias e ajudado a implantar o regime. Porém, não assistiu de perto ao desenrolar do movimento laboral nas semanas seguintes, mantendo-se em silêncio.

O jornal *República*, dirigido pelo Ministro do Interior, Dr. António José de Almeida, foi dos que procurou branquear de forma mais evidente – também através do silêncio sobre a evolução dos acontecimentos nos dias seguintes aos assassinatos – as consequências dos confrontos entre os populares em greve e as autoridades. A forma sucinta como descreveu os acontecimentos aponta nitidamente responsabilidades aos grevistas e retira culpa à intervenção da Guarda Republicana. Este aspeto poderá ser explicado pelo facto de o diretor encabeçar a tutela que coordenava a atividade destes militares.

Foi neste jornal que António José de Almeida assinou um importante artigo, após ter recebido e avaliado as considerações tecidas por José de Castro na sua sindicância, posicionando-se inteiramente ao lado da Guarda Republicana e contra os trabalhadores setubalenses, designadamente criticando o historial político de António Mendes, uma das vítimas mortais.

Este texto, conforme está transcrito no apêndice documental, resultou numa longa reflexão do sindicalista Rui Forsado sobre as contradições do futuro Presidente da República (1919-1923) e é analisado mais adiante em pormenor:

*“E é Ministro do Interior, o director da «Alma Nacional», o rubro panfleto que, qual Bíblia dos princípios democráticos, nos ensinou o evangelho redentor dos escravos! Tenho-a aqui, na minha frente. Folheio-a, ao acaso. E chego a duvidar da normalidade das minhas faculdades mentais. Pois quê?! O homem, que traçou estas linhas, é o mesmo que, agora instalado no Terreiro do Paço, ordena ou consente o fuzilamento dos operários de Setúbal, porque, decerto, reclamavam mais pão e liberdade?! Pois quê?! O tribuno, que nos ensinou a palavra de revolta contra todas as prepotências, cobre com o seu silêncio, senão com o seu incitamento, o espingardeamento do povo, por banda dos soldados da Guarda Republicana, que devem ter sido educados na mesma escola dos da extinta Guarda Municipal, que tantos protestos suscitaram antes do 5 de Outubro?! Pois quê?! O democrata, que conheceu as prisões do rei, por gritar a rebelião contra as prepotências da monarquia, bandeia-se com os janízaros, autores dos fuzilamentos de Setúbal?! Não! Não pode ser!”*⁴⁰

O *Sindicalista* posicionava-se ideologicamente na esquerda revolucionária, mantendo relações próximas com socialistas e com libertários. O ataque é severo ao regime republicano, denunciando que, independentemente de República ou Monarquia Constitucional, o proletariado era “*sempre espezinhado de igual modo*”⁴¹. Na sua ótica, dois camaradas tinham sido “*infamemente assassinados*” pela “*fúria canibalesca*”⁴² da Guarda Republicana por apenas reclamarem por pão.

O jornal distribuiu profusamente, em Setúbal, um suplemento à sua edição n.º 18, analisando detalhadamente a sucessão de eventos que culminaram na morte de António Mendes e de Mariana Torres. Infelizmente, no microfilme da Biblioteca Nacional de Portugal, não se encontra disponível. É uma fonte que, certamente, seria relevante na reconstrução dos acontecimentos.

³⁹ “A República e os Operários” in *A Capital*, n.º 251 de 15/03/1911, p. 1.

⁴⁰ FORSADO, Rui, *Para o calvário (jornadas dum caixeiro)*, Edições Solidarietà, Caldas da Rainha, 1934, pp. 33-35. Citado a partir de: CARVALHO, Luís, “Quando a República começou a matar trabalhadores em luta” in *Abril Abril*, publicação digital de 31/03/2021. Disponível em: <https://www.abrilabril.pt/trabalho/quando-republica-comecou-matar-trabalhadores-em-luta>

⁴¹ “Os sucessos de Setúbal” in *O Sindicalista*, n.º 19 de 19/03/1911, p. 2.

⁴² *Ibidem*.

Operaristas

Semanario defensor da classe trabalhadora

EDITOR — Alfredo D. Laureano
PROPRIEDADE DO GRUPO SINDICALISTA
COMPOZIÇÃO E IMPRESSÃO
CASA DOS TYPÓGRAPHOS — Rua de S. Bento, 468
Officina movida e electricidade

Anno I
Lisboa, 26 de fevereiro de 1911
DIRECTOR — ANTONIO EVARISTO
Redacção e administração — Rua de S. Bento, 468
LISBOA — PORTUGAL

ASSINATURAS
(PAGAMENTO ADIANTADO)
Anno 600 réis
Semestre 300
Trimestre 150
Avulso 10
Publica-se nos domingos

AO POVO OPERARIO O MOVIMENTO GREVISTA EM SETUBAL

O que originou o movimento — A greve geral das mulheres — Anna de Castro Osorio e o seu feminismo — A intervenção da força armada — A greve geral dos trabalhadores das fabricas e dos catroiteiros — O encerramento da associação das mulheres — A expulsão dos camaradas Jorge Coutinho e José do Valle

Setubal é, mais uma vez, theatro d'um grandioso movimento, movimento de solidariedade para com as operarias das fabricas de conservas.

Como sempre, a casta militar tem cometido da maioria infamias, desde o insulto ao suor, proferido pelos agalvados, até ás açecãs infames e só proprias de cambaões, que o seu espirito de casneiros sabe encantar.

Contra as operarias tem estado a guarda republicana, a policia civil, os *bufes por sport*, as commissões parochias, o municipio, o administrador do concelho, etc.

Mas narmos os factos.

A greve geral das mulheres

No dia 21 de fevereiro proximo passado as operarias das fabricas de conservas, em numero de 2.500, declararam-se em greve pelo facto dos respectivos indústrias não quererem acceder a uma diminuta reamalgam que aquellas lhes fizeram, a qual constava de dez réis de aumento em cada hora de trabalho.

Os indústrias mostraram-se sobranceira renitentes, visto que tal reclamagão a ferir-lhes na bolsa. Porém, ha outras reclamagões que não tem nem importancia, só bem que a solução d'estas, como vamos vêr, só pode ser consequencia de uma forte e consciente organisação sindical.

Os indústrias das fabricas de conservas e os seus gerentes á mistura, fazem dos estabelecimentos de trabalho, que dirigem, um completo prostíbulo.

As operarias — filhas, esposas e mães dos maritimos, na sua maioria, — toem-se visto até hoje na necessidade de ceder — prostituindo-se — aos caprichos d'esses cambaões.

Não ha esposa, mãe ou filha que não se sinta opprimida com as propositas e com as amessas d'esses verdugos. Se não cedem aos seus rogos e menus que lhes fazem é tirar-lhes o pão, e isto sempre acompanhado dos palavrões mais vis.

Durante muito tempo toem estas mães tristes soffrido tal abjecto, de cabeça baixa, sem um queixume, sem um protesto, chorando amargamente a sua situação. Um dia, porém, levantaram-se para defender a sua dignidade e o pão dos seus; mas eis que todos os burguezes, monarchicos e republicanos de mãos dadas, se lançam infamemente contra as pobres filhas de povo.

Os indústrias estrangeiros igem á bandeira do seu paiz e fazem guardar as fabricas por tropas; a burguezia dirigente põe-se em frente dos da sua classe e começa por agitar o papallo d'uma possível intervenção estrangeira se as operarias insistirem nas suas reclamagões; allegam depois que a republica precisa, podendo á greve trazer uma contra revolução; em seguida,

que os indústrias tem cedido já em demasia, não pedem mais, etc., etc. Mas as nossas camaradas, mantendo-se firmes, na certeza de que lhes assiste justiça, attestam uma orientação nada vulgar, o que demonstra que a mulher compo agora a mostrar uma tendença clara para agitar a honra na conquista da sua emancipação.

Conversando nós com algumas das operarias que mais se tem salientado no movimento, ellas contaram-nos o que passamos a relatar, sem nada augmentar ou diminuir:

«Oh, camarada: quanto ao exercicio da nossa profissão, somos obrigadas, por vezes, a levantarmos-nos da nossa cama a qualquer hora da noite, isto é, quando ao indústrial apetece, para irmos para a fabrica, muitas vezes debaixo de chuva, a fim de trabalharmos sete, oito, dez e onze horas, para ganharmos apenas 180 réis, que corresponde a 5 horas de trabalho. Para o indústrial ganhar mais, obriga-nos a fazer trabalhos que só pertencem aos trabalhadores, como *moer*, *pregar*, *colocar* e *trabalhar* com os *fermentos* e isto por que ganhamos menos e porque temos mais horas de trabalho do que os nossos camaradas trabalhadores.

Quando nos falta dinheiro na fria, nem queremos que a gente reclame essa falta, impondo-nos o silencio ou a ruia.

Somos obrigadas a dar o peixe em volta das mesas, serviço que deve ser feito por rapazes, pois que estamos sempre expostas aos insultos de alguns camaradas menos delicados.

Temos as multas, a que elles chamam: «horas abaixo» e o castigo corporal para os nossos fillos e filhas, sem respeito algum pelo sexo e pela sua situação.

A maior parte das officinas é tudo quanto ha de mais porco. A agua da salmoura corre pelo chão, enchendo-nos os pés, e é ar empenhado, chegando, especialmente de verão, a dar-nos desfalecimentos quasi de suffocar.

As nossas filhas são muitas vezes chamadas ao escriptorio, demorando-se tempo immenso, ficando nós em ancias por saber o que se passa; vêm-las vir chorosas, e aí de nós, já sabemos — a deshonra, a humilhação, e a vergonha, o punho, especialmente de verão, a dar-nos desfalecimentos quasi de suffocar.

Impondo-nos a nós mesmas, e a quem não queremos soffrer mais. Estamos fartas.

Preferimos morrer, mas não ceder, porque depois ainda peor nos fariam.

Por aqui terminamos a narrativa, que, ovida da booca d'aquellas martyrs, comoveria os corações mais duros, fazendo chorar os olhos mais habituados a vêr a podridão social. Confessamos o sem-pejo nas pobres mães e croaçãs, tão infamemente e cobardemente perseguidas.

Em vista d'esta situação vexatoria, as operarias elaboraram um regulamento, que apresentaram um mez antes da declaração da greve, o qual tocou dos pontos que a seguir ficam descriptos.

Logo de começo, alguns indústrias, em numero de 19, cederam ás reclamagões formuladas no regulamento, mantendo-se retrahentes 28, entre estes os francezes, que allegam que as mulheres são exigentes.

Os burguezes, que tanto cantam a aria do patriotismo, com o administrador á frente, põem-se incondicionalmente ao lado dos estrangeiros, pretendendo obrigar as operarias a voltar ao trabalho sem entrada as attentarem.

Este facto prova claramente ao proletariado que o dinheiro não tem patria; e elle que está senhor do trabalho, fazendo do operário uma simples machina a que dá sómento o combustível necessario para poder funcionar, e quando elle periga, os seus possuidores dão-se incondicionalmente as mãos, qualquer que seja o seu paiz.

Logo de começo, alguns indústrias, em numero de 19, cederam ás reclamagões formuladas no regulamento, mantendo-se retrahentes 28, entre estes os francezes, que allegam que as mulheres são exigentes.

Os burguezes, que tanto cantam a aria do patriotismo, com o administrador á frente, põem-se incondicionalmente ao lado dos estrangeiros, pretendendo obrigar as operarias a voltar ao trabalho sem entrada as attentarem.

Este facto prova claramente ao proletariado que o dinheiro não tem patria; e elle que está senhor do trabalho, fazendo do operário uma simples machina a que dá sómento o combustível necessario para poder funcionar, e quando elle periga, os seus possuidores dão-se incondicionalmente as mãos, qualquer que seja o seu paiz.

Anna de Castro Osorio e o seu feminismo

Anna de Castro Osorio, que tantas vezes, em conferencias e em artigos de jornaes, nós temos visto advogar á causa da mulher, de seu parcerio, com seu marido, Paulino d'Oliveira, mostrou d'esta vez ao publico de que especie é o seu feminismo, o que para nós não é novidade.

No dia 22, as camaradas grevistas sonberam que ella e as suas sobrinhas estavam a encetar lutas de conserva na fabrica de um dos parcerios. Por isso, nas proximidades da fabrica e, por entre as grades das janellas, dirigiram-lhes merecidas palavras de desprovação. A autceta, apenas soube de facto, mandou immediatamente a cavallaria reforçar infantaria que alli se achava de guarda, e então as mulheres agarraram-se para manter assim um respeito a troupa.

Entretanto, chegom a nós e ellas tiveram occasião de virem sahír as *fronteiras* da greve.

Ellas que veem com as suas saias travadinhas, a sua cintura apertada pelo espartilho e os seus enormes chapéus, quejas joizas de arastar trigo, e as suas mãos mimadas de paratisar, um pouco escaudadas pelo sal do poize, queas flores de estufa ou objectos raras de ferro velho.

Ellas ahí passam de frente agitando com os olhos na cavallaria, ostentando todá a sua *grupe* de operarias da ultima

hora, por entre a multidão de famintos, a legião de martyrs da consciencia dos homens da sua classe.

Em passo firme olham, escarinhadas, as mães e as escraninhas, que aquellas acobrigam ao peito com um sorrisoinho de *de* «vobras fôras mulheres, acompanhadas pela feminista de cabellos grisalhos, cuja aspiração é a emancipação da mulher... para quando ella se emancipar, com o devido desconto do seu acto de *traiçôra* das suas *defundidas* grevistas, mulheres do povo, de quem ella queria ser palhinha e detegente; porque, segundo as camaradas nos affirmaram, ella queria dirigir-lhes a associação mediante a esportula de 15000 réis diários, que ellas lhes negaram terminantemente.

Comprehendendo tudo isto, as grevistas lançam-lhe em rosto os seus *apreciamentos*, em palavras repassadas de odio, que traduzem bem o seu descontentamento pelo acto da *philantropista* do capitalismo e das suas aliadas.

Todavia, nem só um braço descarnado de feminista se levantou para marcar a cara ignobill de quem, sendo do seu sexo, se prestou a desempenhar o papel de *traiçôra* da greve.

Apezar d'isso, as grevistas soffreram varios ultrages, como vamos vêr.

A intervenção da força armada

N'esta allada, um tenente de cavallaria 10, de quem não conseguimos saber o nome, aponeu do seu cavallo, e combalante como um chulo, dirigiu-se para o grupo de mulheres, e, aproximando-se de uma d'ellas, levantou-lhes as saias, apalpou-lhes as pernas, bateu-lhes nas nádegas e apertou-lhe os peitos. Immediatamente, toda aquella illada humana se precipitou sobre o frascario, exigindo-lhe uma explicação em termos altivos e repassados de odio.

Mas o valente recou e, montado a cavallo, d'um salto ordena aos soldados uma carga, que estes se dispuseram a dar, sendo estas as ultimas palavras do escazro:

Esperissem-me essas putas!

Todas aquellas mães, noivas e filhas, levantando as escraninhas nos braços, á um arranco de odio e de dor, reclamaram, dos soldados, em altos gritos, a responsabilidade pela morte dos pequetos, fructo da sua carne, que os cavallos se dispunham a esprehiar.

O official *kece* do insulto ás nossas camaradas occultou-as das vistas do povo para não soffrer as consequencias do seu acto de rufá.

Os soldados recuaram e a carga não continou.

Este facto acabou por exasperar os operarios que, immediatamente, pensaram

<Longo artigo publicado num importante periódico da esquerda radical nacional.

Fonte: *O Sindicalista*, suplemento ao n.º 16 de 26/02/1911, p. 2.

3.2. OS INCIDENTES DA MANHÃ E DO INÍCIO DA TARDE: A EXALTAÇÃO DOS ÂNIMOS

Por elas 09h00 de 13 de março de 1911, um rapaz de catorze anos, António Fernandes Passos, transportava dois cabazes. Continham os almoços dos sócios-gerentes, Cesário de Jesus e Joaquim Pedro, da fábrica de conservas onde o adolescente trabalhava, a *Figueira & C.ª*. Alegadamente foi interpelado por António Mendes, o mesmo que horas mais tarde acabou morto, para ser convencido a aderir ao movimento grevista e não concluir o trajeto de retorno ao estabelecimento industrial. O jovem recusou e o grevista terá atirado os cestos ao chão, partindo a louça no seu interior. Os proprietários da empresa queixaram-se à polícia que, pouco depois, dispersou os populares que se encontravam concentrados na Avenida Luísa Todi.⁴³



Publicidade da firma *Mariano, Lopes & C.ª*

Fonte: *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal*, n.º 9 de 30/9/1912, p. 13.

Nota: Esta empresa foi fundada em 5 de fevereiro de 1905. (*O Setubalense*, edição especial alusiva à Exposição Industrial Portuguesa de 28/10/1932)

Entre as 10h00 e as 10h30, os grevistas retornaram para o troço da avenida diante da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal onde se concentravam. Por essa altura tomaram conhecimento de que os sócios (e respetivos familiares) das fábricas da *Mariano, Lopes & C.ª* e do francês Pierre Chancerelle estavam a embalar produtos para seguirem com destino à estação de caminhos de ferro e serem exportados pelo porto de Lisboa, colocando em causa o sucesso da paralisação laboral.⁴⁴ Os

⁴³ "Os acontecimentos de Setúbal" in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

⁴⁴ "A greve de Setúbal" in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

trabalhadores e operárias em greve, “*entrincheirados num recanto da Avenida Todi, que intitularam Rotunda*”⁴⁵, decidiram impedir a circulação de uma viatura que fazia o serviço de transporte de enlatados de peixe provenientes da fábrica do gaulês e que vinha escoltada por guardas municipais. Os condutores de carroças e a polícia terão sido alvo de insultos nesta ocasião.

De imediato, o fabricante conserveiro solicitou o apoio da Guarda Republicana, que se encontrava provisoriamente aquartelada no edifício do Liceu de Setúbal e sob o comando do capitão da 6.^a companhia, Pedro de Cunha Souto. O 2.^o sargento Pedro Vieira Baptista Machado recebeu ordens para dirigir quatro praças – armadas de sabre – para controlar a situação que se vivia na mais importante avenida setubalense.⁴⁶

A força armada da antecessora da G.N.R. dirigiu-se ao local e recorreu aos sabres para dispersar os populares, que responderam com uma “*saraivada de pedras*”⁴⁷, acabando o 2.^o sargento por ser ferido num braço. Incapazes de repelir os grevistas, uma das praças deslocou-se à sede do sindicato dos *moços*, no Largo da Anunciada, para requisitar uma espingarda às tropas do R.I. n.º 11 que vigiavam as instalações da associação (então encerrada por ordem do administrador do concelho).

No meio da confusão, o condutor da carroça conseguiu fugir rumo à nova sede do poder político autárquico do pós-revolução de Outubro – o liceu – e informar os restantes soldados da Guarda Republicana. Estes pegaram nas suas espingardas *Kropatschek* e foram para o centro do furacão: “*se não fosse a rápida intervenção do alferes Barata, logo nessa ocasião haveria muitas mortes a lamentar*”⁴⁸. A chegada do administrador do concelho, Leonel Tavares de Melo, foi, igualmente, decisiva para acalmar os ânimos. Discursou para todos, aconselhando calma e que se mantivesse a ordem, o que acabou por ser acatado.⁴⁹

Este aspeto denuncia o clima de elevada tensão e perturbação mental com que os militares se encontravam algumas horas antes dos assassinatos de Mariana do Carmo Torres e de António Mendes.⁵⁰ A título de parêntesis, Luís da Câmara Reis, numa crónica publicada no periódico lisboeta *A República Portuguesa*, foi da opinião de que a falta de disciplina e de educação

> Sede da Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal (início do século XX).

Fonte: Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti, Fotografia 42.

Nota: Fotografia de Manuel Aldegallega ao tempo da “Photo Moderna”.

⁴⁵ “Os acontecimentos de Setúbal – A versão dos operários” in *O Mundo*, n.º 3724 de 14/03/1911, p. 1.

⁴⁶ “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ “Em Setúbal” in *A Luta*, n.º 1881 de 14/03/1911, p. 2.



profissional dos guardas republicanos para moderarem a agitação operária era gritante e que estariam desequilibrados do ponto de vista emocional aquando dos incidentes.⁵¹

Antes do meio-dia, no Passeio do Lago (hoje Largo José Afonso), os trabalhadores improvisaram um comício, ouvindo as palavras do secretário-geral da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, José Carlos Rates. O dirigente pediu que todos permanecessem unidos em torno das suas justas reivindicações a fim de almejarem as regalias que pretendiam.⁵² O final da manhã ficou marcado pelo facto de um funcionário da fábrica *São José* (de Pierre Chancerelle), que levava a correspondência para o patrão, ter sido impedido de passar, levando a que dois guardas tivessem aplicado pranchadas aos manifestantes.⁵³

Um terceiro pequeno conflito entre operários e a força pública teve lugar por volta das treze horas, quando um trabalhador da mesma firma de origem francesa (sita na antiga Doca dos Pescadores⁵⁴), Diamantino Antónimo, foi alvo de diversas perguntas por parte dos grevistas sobre a quantidade de peixe que a fábrica possuía para laborar. No local, o soldado n.º 10 da Guarda Republicana, vestido à paisana, agrediu um dos operários com uma bengalada e foi apoiado pela praça n.º 28. Ambos foram forçados a socorrer-se dos seus revólveres e a disparar três vezes para o ar para afugentarem os populares que os circundaram.

Para o jornalista d’*O Século*, “*todos estes factos iam contribuindo para que a excitação dos operários aumentasse e se generalizasse [...] não era difícil de prever que os acontecimentos iam tomar uma feição grave*”⁵⁵. Para os trabalhadores, o sucessivo transporte de conservas de peixe para a estação de caminhos de ferro era observado, por um lado, como uma provocação e, por outro, como o enfraquecimento da luta que há algumas semanas tomava conta das suas vidas. A serenidade exigida aos que deviam manter a ordem – perante a agitação operária – esteve longe de existir:

⁵⁰ Uma testemunha ocular, com a alcunha Quebra-Milho, relatou ao jornal *O Sindicalista* que, antes dos confrontos que provocaram as mortes, tinha estado na estação ferroviária e assistido ao seguinte: “*Junto à mesma estavam uns seis dos tais valentões da guarda republicana. Vi-os mesmos carregarem as armas e ouvi-lhes dizer: ‘Agora passando entre os grevistas e à mais pequena coisa que se dê, fuzilamos’*”. “Mais protestos contra os acontecimentos de Setúbal” in *O Sindicalista*, n.º 20 de 26/03/1911, p. 2.

⁵¹ REIS, Luís da Câmara, “Os acontecimentos de Setúbal” in *A República Portuguesa*, n.º 136 de 15/03/1911, p. 1.

⁵² “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

⁵³ “A greve de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

⁵⁴ ALCÂNTARA, Ana, “A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)” in *MUSA*, n.º 3, MAEDS, Setúbal, 2008, p. 243.

⁵⁵ “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

*"Bem pelo contrário, deixavam-se apaixonar pelo conflito, como se ele fosse inevitável, tratando os operários como verdadeiros inimigos"*⁵⁶.

Por volta das 14h00, uma outra carroça pretendia chegar à estação ferroviária para descarregar caixas de conservas de peixe. E fê-lo. Estava protegida por uma escolta da Guarda Republicana, comandada pelo cabo n.º 177, José Maria Pereira, e pertencia à empresa *Mariano, Lopes & C.ª*, sita na Rua Oriental do Lago. Foi mais uma afronta na ótica dos grevistas presentes.

3.3. OS CONFRONTOS DE MEIO DA TARDE E AS HORAS SEGUIN- TES AOS ASSASSINATOS

Por volta das 15h30, a carroça conduzida por António Benvido atravessava a Avenida Luísa Todi no local junto à confluência com a Travessa do Carranca (rua paralela ao Largo do Carmo). O veículo regressava da estação ferroviária, onde tinha deixado caixas de conservas, trazendo um carregamento de folha-da-Flandres. Um vasto grupo saído da multidão de cerca de 300 grevistas (outras fontes apontam para um milhar) cercou rapidamente a carroça e a tropa, que se encontrava armada de espingardas e que efetuava a escolta (seis praças, um 2.º cabo e o 1.º cabo n.º 177, José Maria Pereira), respondeu com coronhadas. Para se defenderem, os grevistas retomaram os apedrejamentos com maior violência.⁵⁷

De acordo com os testemunhos dos operários – que acusaram as tropas de terem cometido “*violências*” –, após o cerco efetuado em torno da viatura, os soldados da Guarda Republicana procuraram dispersar os trabalhadores em greve, destacando-se um momento: “*Um deles brada para uma mulher: Ande lá para trás!’. Replica a mulher, que ali não faz mal algum, e a resposta do soldado foi dar-lhe uma coronhada ao peito*”⁵⁸.

No meio da confusão, que atingiu níveis de conflito muito superiores aos anteriores, o comandante da força armada terá, alegadamente, ordenado que se fizesse fogo depois da tropa ter la-deado a carroça. Em causa o facto de terem sido cercados de forma

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ “A greve de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

⁵⁸ “Os acontecimentos de Setúbal – A versão dos operários” in *O Mundo*, n.º 3724 de 14/03/1911, p. 1.



Pormenor de fotografia onde se observa o local exato dos confrontos (24/03/1956)

Fonte: Coleção Américo Ribeiro | Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. AR03172950.

Nota: Encontra-se o passeio entre o Largo Carmo e a Avenida Luísa Todi.

impossível de romper e pela tentativa de serem desarmados pelos grevistas. Não foram capazes de dispersar os manifestantes mesmo depois de terem empunhado as armas em sentido horizontal.⁵⁹

Terão disparado nove vezes e, supostamente, um grevista não identificado terá disparado um revólver. O correspondente do *República* assegurou que a Guarda Republicana disparou para o ar, em duas ocasiões, como aviso prévio aos manifestantes já depois dos guardas terem sido socados por vários homens e mulheres.⁶⁰ Gerou-se o caos⁶¹: “O pânico que então se estabeleceu é indescrevível: As mulheres, espavoridas, corriam em todas as direções. O comércio tratava de fechar as portas dos seus estabelecimentos e muitos populares refugiaram-se neles”⁶².

Muitos trabalhadores em greve procuraram abrigo em duas tabernas, a de Manuel Fidalgo Barroca (a *Adega do Pardal*) e na de Joaquim Gomes, respetivamente nos números 424 e 426 da mesma avenida. Na primeira, que possuía igualmente saída para a Rua dos Marmelinhos, os militares arrombaram as portas, obrigando os populares a fugirem para a rua, e nas paredes deste estabelecimento ficaram cravadas balas. Para o jornalista do *Novidades*, estes acontecimentos provocaram uma enorme indignação em Setúbal e, apesar da tentativa de obterem mais informações junto do Governo Civil de Lisboa, ainda não existia uma posição oficial e pública.⁶³

> Excerto do artigo publicado n’*O Século*.

Fonte: “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

⁵⁹ “Os acontecimentos de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16284 de 15/03/1911, p. 2.

⁶⁰ “A greve em Setúbal” in *República*, n.º 58 de 14/03/1911, p. 1.

⁶¹ Nos mesmos moldes noticiou *A Luta*: “O pânico que se estabeleceu não se descreve”. “Em Setúbal” in *A Luta*, n.º 1881 de 14/03/1911, p. 2.

⁶² “A greve de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

⁶³ “Em Setúbal – Por causa da greve dos soldados” in *Novidades*, n.º 3126 de 13/03/1911, p. 2.

UMA GRÉVE TUMULTUOSA

OS ACONTECIMENTOS DE SETUBAL

Dá-se um conflicto entre a força armada e os grévistas, de que resulta a morte de um homem e uma mulher, ambos operarios. — Ficam feridas outras pessoas e, entre ellas, alguns soldados

Muitissimas foram as vezes que, sob o regimen monarchico, este jornal combateu os exaggeros de repressão pela força armada, que sustaram a vida a tantas pessoas. Sempre que alguém, d'entre o povo, caíu varado pelas balas, por inconsiderada precipitação das auctoridades, sempre o nosso protesto veiu a publico. Nunca nos solidarizamos com o auctoritarismo feroz de aquelles que entendem que os conflictos populares se exterminam a tiro e que a razão se impõe pela força.

E se foi essa a nossa orientação no tempo da monarchia, que, como governo de casta, nunca se inspirou no sentimento popular, com mais razão ella o continúa a ser agora, sob o regimen republicano, cuja força resulta principalmente do apoio do povo, com o qual tom de identificar-se sempre, para não traír os principios democraticos. Com este criterio, não podemos deixar de lamentar os factos occorridos na cidade de Setubal, coberta hoje de luto pela morte de duas pessoas, sacrificadas n'uma repressão violenta, que poderia porventura ter-se evitado.

Uma das razões de antipathia pelas gréves que, após a proclamação da Republica, logo borbulharam de toda a parte, foi a da consolidação do novo regimen. O receio de ver sossobrar, n'um movimento de perturbação que viesse a ser explorado pelos reacccionarios, a obra de tantos annos de luctas e de sacrificios, exaltou por vezes o sentimento patriótico de muitos republicanos. E' natural o facto. Porém, em tudo, o exaggero é condemnavel e, n'esto caso, resulta contraproducente.

servir de exemplo e de argumento de como a attitudé ponderada da auctoridade é preferivel á violencia do tempo da monarchia. A policia de Lisboa, sob o regimen passado, em que era tão prodiga em usar do ferçado e do revólver, era odiada pela população e, na maior parte dos conflictos da rua, a sua intervenção era mais nociva do que vantajosa, não poucas vezes contribuindo para que o conflicto se avolumasse e revestisse um caracter de maior gravidade. Porém agora, sob o regimen republicano, transformada em verdadeira policia civica, moderada e attentosa para com as pessoas, procurando honestamente cumprir o seu dever, a policia é bem vista por todos e, em muitos casos da rua, ella tem recebido até o auxilio dos proprios populares.

Lamentavel é que em Setubal se enveredasse por outro caminho. O principal erro foi certamente o de se ter enviado para a rua, n'um momento de exaltação popular, um tão reduzido numero de homens armados, que, devido a isso, não poderiam defender-se, sem terem de recorrer á violencia. Preferivel seria tambem, a fazer evolucionar a infantaria, embora em força mais numerosa, fazer antes o mesmo com a cavallaria. A misão de quem tem de manter a ordem consiste exactamente em saber a maneira mais racional de a manter. E em movimentos populares só em ultimo extremo, e na falta de cavallaria, se manda sair a infantaria, mais perigosa para a vida dos cidadãos e sem as vantagens d'aquella.

Acima de tudo, deve ter-se sempre presente que a vida de um homem, por



Pormenor de fotografia onde se observa o local exato dos confrontos dentro do quadrado (12/04/1951)

Fonte: Coleção Américo Ribeiro | Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. AR6871.

Nota: Encontra-se o passeio entre o Largo Carmo e a Avenida Luísa Todi.

Dos confrontos resultaram cinco militares feridos por apedrejamentos e agressões físicas, baixando ao respetivo Hospital Militar de Setúbal. Os cinco civis feridos (escoriações de bala, coronhadas e agressões) deram entrada no Hospital do Espírito Santo, recebendo tratamento e cuidados médicos por parte do Dr. Francisco de Paula Borba, do Dr. Fernando Garcia e do Dr. Júlio Torres, bem como do enfermeiro António Agostinho da Silva.

O episódio ficou tragicamente marcado pelo falecimento de dois civis: António Mendes e Mariana do Carmo Torres.⁶⁴ O primeiro terá sido morto pelas costas por uma praça da Guarda Republicana após, alegadamente, ter apontado um revólver ao soldado n.º 103. Ter-lhe-á sido, inclusive, apreendida a arma depois de morrer. A segunda, por seu turno, foi ferida no local e encaminhada para o hospital local, falecendo, no dia seguinte, na cama n.º 17 da enfermaria de Santa Isabel.

Revoltados com o panorama de sangue vertido nas ruas, ao cair da noite, um conjunto de homens e mulheres envolvidos nos confrontos tentaram invadir as instalações do hospital sem que o motivo tenha sido explícito. O acesso foi impedido por uma força do Regimento de Infantaria n.º 11, dirigida pelo 2.º sargento Botelho. Os guardas republicanos foram retirados do concelho por um pelotão comandado pelo alferes Armando Barata.

⁶⁴ Para legitimar os assassinatos, o periódico dirigido pelo Ministro do Interior, sem provas, comunicou ao público que as mortes tinham resultado de disparos "com pontarias altas". "A greve em Setúbal" in *República*, n.º 58 de 14/03/1911, p. 1.

LISTA DE FERIDOS RESULTANTES DOS ACONTECIMENTOS DE 13 DE MARÇO DE 1911			
N.º	NOMES	DADOS BIAGRÁFICOS	TIPO DE FERIMENTO/AGRESSÃO
CIVIS			
1	NARCISA DE JESUS	Operária em greve. Tinha 37 anos e era conhecida como "Maria da Fonte". Residia na antiga Travessa do Rei. Era casada com Albertino Firmino ou viúva de António Carneiro	Coronhada na cabeça. Foi internada na enfermaria de Santa Isabel na cama n.º 18
2	JOSÉ PAZ	Jovem de 14 ou 15 anos. Residia na Rua das Esteiras (ou dos Cesteiros)	Escoriações de bala na cabeça, perna direita e costas
3	MARIA DE JESUS	Conhecida como "A Cega". Residia na Rua das Amoreiras	Ferida no rosto
4	JOSÉ DE PAIVA CORREIA (OU MANUEL PAIVA CORREIA)	Barbeiro com estabelecimento na Rua Antão Girão. Residia na Rua de S. Sebastião. Alegadamente não tinha relação direta com o conflito, encontrando-se no local a conversar	Ferido na perna direita
5	BELMIRA DE ASSUNÇÃO CORREIA (OU ZULMIRA DE ASSUNÇÃO CORREIA OU DEOLINDA DA CONCEIÇÃO OU BALBINA DA CONCEIÇÃO)	Natural de Vendas Novas. Era filha de Romão José Figueira e de Rosária Maria Pereira. Tinha 15 anos. Encontrava-se em casa do patrão, José Casimiro Magina, quando, ao ouvir os disparos, se dirigiu à janela, acabando ferida	Atingida numa perna e num braço
MILITARES DA GUARDA REPUBLICANA			
6	ANTÓNIO CORREIA	Soldado n.º 48 da 3.ª Companhia	Ferido com uma pedrada num sobrolho
7	JOSÉ MARIA PEREIRA	1.º cabo n.º 177 e comandante da escolta. Comandou duas escoltas a carroças	Contusões na face esquerda e numa das pernas
8	NÃO IDENTIFICADO	Praça n.º 105 da 5.ª Companhia	Magoado nas costas e numa das pernas
9	NÃO IDENTIFICADO	Soldado n.º 23 da 3.ª Companhia	Magoado nas costas
10	NÃO IDENTIFICADO	2.º cabo n.º 77 da 5.ª Companhia	Recebeu um curativo na mão esquerda

Os ânimos serenaram progressivamente pela noite dentro. No local onde os grevistas estiveram reunidos, a palavra "Rotunda" foi escrita numa parede. Tratava-se de uma alusão ao epicentro do combate entre republicanos e monárquicos durante a Revolução de 5 de Outubro de 1910, em Lisboa.

Com o intuito de evitar uma nova escalada de tensão e uma outra desgraça, o administrador do concelho de Setúbal, Leonel Tavares de Melo, ordenou que a cadeia civil, o hospital e a fábrica de conservas de Ferdinand Garrec fossem vigiadas por sargentos do R.I. n.º 11 e que as ruas do coração da cidade fossem patrulhadas por tropas de cavalaria.⁶⁵ Esta requisição manteve-se até ao final do dia 15 no que diz respeito à vigilância, mas

Fontes: Este quadro foi concebido através do cruzamento de dados presentes nos seguintes artigos de imprensa: "A greve de Setúbal" in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2; "Em Setúbal" in *A Luta*, n.º 1881 de 14/03/1911, p. 2; "Os acontecimentos de Setúbal" in *O Mundo*, n.º 3724 de 14/03/1911, p. 1; "Os acontecimentos de Setúbal" in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

prosseguiu nos dias seguintes no que concerne ao patrulhamento.⁶⁶ Circulavam, em simultâneo, rumores de que os funerais de António Mendes e de Mariana do Carmo Torres pudessem resultar em novos tumultos pelo que era relevante permanecer em estado de alerta.⁶⁷

Os requerimentos foram aceites pela tutela, que concordou com a urgência de se assegurar a tranquilidade pública. As guarnições militares foram reforçadas com 100 praças da Guardas Republicana (50 de infantaria e 50 de cavalaria) provenientes da capital.⁶⁸ Estas chegaram pela manhã de dia 14 à estação ferroviária.⁶⁹

Durante a tarde do dia 14 de março, por volta das 16h00, decorreram as autópsias, provando-se que ambas as vítimas morreram como consequência dos tiros que sofreram. A imprensa não é unânime sobre os médicos responsáveis, apontando-se os nomes do Dr. Francisco de Paula Borba, do Dr. Fernando Garcia, do Dr. João Duarte da Silveira e do Dr. Barreto. O procedimento terá sido acompanhado pelo juiz Dr. Freire Themudo.⁷⁰

Setúbal, 14, às 8 h. da n.—A autópsia aos dois cadáveres realizou-se no hospital, pelas 4 horas da tarde, operando os ars. drs. Fernando Garcia e Paula Borba, tendo também assistido o sr. dr. João da Silveira.
O resultado da autópsia é o seguinte: A morte de António Verruga foi devida a tiro de bala, tendo esta entrado pelo deltoide direito, atravessando as vertices dos dois pulmões e a trachéa, saindo pelo deltoide esquerdo. A morte de Maria do Carmo Torres foi também devida a tiro de bala, tendo esta entrado pelo deltoide esquerdo, atravessou as vertices pulmonares, o esophago e foi sair à região super-clavicular direita.
Os cadáveres ficaram depositados ainda no hospital, devendo dar entrada no cemitério amanhã de manhã cedo.

Sobre as autópsias aos cadáveres.

Fonte: *Diário de Notícias*, n.º 16284 de 15/03/1911, p. 2.

⁶⁶ Arquivo Distrital de Setúbal [ADSTB], Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Administração do Concelho de Setúbal, cx. 1290, Livro n.º 1 ('Interior' - 2.ª Secção), Ofício n.º 193 de 13/03/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante do RI n.º 11.

⁶⁶ *Idem*, Ofícios n.º 197 e 198 de 15/03/1911 enviados pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Comandante do R.I. n.º 11.

⁶⁷ "Os acontecimentos de Setúbal - Receiam-se tumultos no funeral das vítimas" in *A Capital*, n.º 250 de 14/03/1911, p. 1.

⁶⁸ "Em Setúbal" in *A Luta*, n.º 1882 de 15/03/1911, p. 2.

⁶⁹ "Os acontecimentos de Setúbal" in *Diário de Notícias*, n.º 16284 de 15/03/1911, p. 2.

⁷⁰ "Luta de Classes - Os operários em greve" in *O Mundo*, n.º 3725 de 15/03/1911, p. 1.

"Os acontecimentos de Setúbal" in *Diário de Notícias*, n.º 16284 de 15/03/1911, p. 2.

Noutro âmbito, ainda antes da tragédia que tirou a vida a dois residentes em Setúbal, a Polícia Cívica de Setúbal prendeu dois homens no final da manhã: José Diogo, vendedor de caute-las e residente no n.º 4 da Rua da Palma, por se ter envolvido na desordem; José Carlos Rates, secretário-geral da União dos Sindi-catos Operários de Setúbal, por existir um mandado de captura em seu nome em virtude das alegadas agressões ocorridas contra um soldador e por não ter contribuído para o apaziguamento das hostes operárias.

A detenção do segundo é de enorme importância, uma vez que terá caído numa armadilha do administrador do concelho, que o convidara para uma audiência no Hotel Espe-rança com vista à resolução do conflito laboral. De acordo com os relatos, Leonel Tavares de Melo aconselhou o dirigente sin-dical a incentivar os seus camaradas a retomarem ao trabalho, o que este se negou a fazer. Terá, em seguida, recebido ordem de prisão e, em resposta, puxou de um revólver.⁷¹ Neste sentido, José Carlos Rates já se encontrava a bordo da canhoneira *Zaire* (ou nalgum calabouço temporariamente) quando ocorreram os assassinatos, não assistindo ou intervindo nos acontecimentos.

A crescente indignação dos operários setubalenses para com o administrador do concelho ganhou contornos polémicos. *O Mundo* recordou que Leonel Tavares de Melo era monárquico e amigo íntimo de António José Baptista, último presidente da Câmara Municipal de Setúbal antes do 5 de Outubro: “*não pode inspirar confiança ao povo republicano e que não pode sequer ter o indis-pensável prestígio para bem exercer o seu dever*”⁷².

4. OS ACONTECIMENTOS NA ÓTICA DOS PERIÓDICOS LOCAIS

Para discernir como este negro episódio traumatizou o mun-do operário sadino e a globalidade das gentes de Setúbal, consultou-se atentamente a imprensa periódica disponí-vel, designadamente *A Mocidade*, o *Germinal*, o *Elmano*, o *Radical*, o *Trabalho* e o *Pau*. É sobre estes aspetos que trata este capítulo, uma vez que este grupo de jornais locais não manifestou preocu-

⁷¹ “A greve de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

⁷² “Os acontecimentos de Setúbal – Dois operários mortos pela força armada” in *O Mundo*, n.º 3724 de 14/03/1911, p. 1.

pação em descrever pormenorizadamente o rumo dos acontecimentos. Alguns diretores admitiram mesmo que não valia a pena fazê-lo, bastando ler o que era noticiado na grande imprensa. Bastará recordar, para isso, que até ao ressurgimento d'*O Setubalense*, em 1916, a cidade não possuía um diário de cariz noticioso. As edições abordadas em seguida são provenientes de jornais com objetivos que ultrapassavam largamente o propósito de transmitir notícias, passando pela cultura, pela política ou pelo humor.

4.1. O RADICAL



Paulino de Oliveira, poeta, jornalista e diplomata sadino.

Fonte: "Centenário do poeta setubalense Paulino de Oliveira" in *Notícias de Setúbal*, n.º 113 de 25/06/1964, p. 1.

Paulino de Oliveira encabeçou desde o primeiro momento a direção política e a responsabilidade editorial deste jornal, contando com múltiplas contribuições textuais da sua esposa, Ana de Castro Osório. Enquadrado politicamente no espectro republicano, *O Radical* evocou os acontecimentos de forma semelhante ao que se leu n'*A Mocidade* e no *Germinal*, realçando que 2 de março (de 1890), 25 de março (de 1901) e 13 de março (1911) representavam a "trilogia fúnebre que tanto nos magoa, que tão lutuosa e magoadamente escrevemos"⁷³.

A particularidade deste texto é que o poeta setubalense esteve diretamente envolvido na manifestação pós-últimato britânico, que resultou na morte de um pescador (António Joaquim Gaivéu) e em vários feridos, quando centenas de populares insistiram em boicotar o abastecimento de navios ingleses ancorados no porto de Setúbal e foram vítimas da repressão policial e militar.⁷⁴ Paulino de Oliveira ter-se-á manifestado contrário à atitude das autoridades, acabando preso político. Sobre esse período publicou, inclusivamente, um pequeno livro memorialístico: *Em ferros d'El-Rei: Considerações acerca da minha prisão* (1893).⁷⁵

No que diz respeito às manifestações anticlericais relativas ao polémico caso Calmon – que teve lugar no Porto em fevereiro de 1901 – as forças do Regimento de Cavalaria n.º 2 reprimiram violentamente os setubalenses envolvidos.⁷⁶ Em 25

⁷³ "Verdades duras" in *O Radical*, n.º 21 de 19/03/1911, p. 1.

⁷⁴ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 159.

⁷⁵ OLIVEIRA, Paulino, *Em ferros d'El-Rei: Considerações acerca da minha prisão*, edição fac-similada a partir do original de 1893, org: PIREs, Daniel, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2012.

⁷⁶ "Tumultos" in *O Comércio de Setúbal*, n.º 51 de 09/04/1901, p. 1.

NÚMERO 21 — SETUBAL, 19 DE MARÇO DE 1911 — SAHÍRA AOS DOMINGOS

Verdades duras

O mês fatal

Os profundos entristados que escrevem esta data trágica para Setúbal, 12 de março de 1911, não são de hoje. Foi já esta cidade o mês de março, ainda na semana passada o diazimo, mal prevenido o deastrate que não depressa nos viria dar razão.

2 de março, 26 de março, 18 de março.

É a trilogia funebre que tanto nos magoá, que tão lutoosa e magoalmeinte escrevemos.

É bem grande, porém, a diferença que distingue as luas primeiras da que acaba de assignalar-se, deixando um rasto de sangue e de protesto.

No 2 de março foi todo o regimento de cadetes que por um motivo falso, veio para a rua ás ordens dum antigo autoridade e que airon para a massa popular sem um aviso prévio se os toques da ordem.

Era o odio monarchico á cavalia, que se atrevia a protestar e a levantar a grimpá.

O 12 de março, seguido do 31 de janeiro, despertou o povo para uma comprehensão mais nítida da vida cívica, mas despertá tambem a sanha feru da realeza que já se defenidia fazendo do exercito o inimigo incondicional e fero do povo.

No 26 de março foi, do mesmo modo, a reacção que chamou em seu auxilio o exercito sem albedo, que acabou e assassinou o orden dum official desvariado, accirrido pela autoridade civil e pelos elementos mais reaccionários da cidade que a rotavam. Sem motivo bastante que o justificasse e igualmente sem prevenção ao aviso, a voz de fogo foi dada com pontarias baixas e alguns populares cahiram mortos, varados pelas balas das carabinas da cavalaria.

O exercito éra ainda o inimigo do povo. O conflicto explodira e fora succedido em poucas horas.

No 18 de março — que não vimos justificar, porque nunca justificaremos a violencia apoiada na força — exploração e facil o não desabonatória do regimen republicano, que foi o modelo ideal de sempre e no qual continuamos, ainda, a ter esperança plena e confiada.

É necessário que hem se ponderem — para evitar o acto violento da guarda republicana, mas para lhe dar a logica explicação — que o presente conflicto se tem arrastado morosa e irritantemente ha tres longas semanas. É preciso que se diga — porque é a flagrante verdade, e que uma vez pessoalmente assistimos — que o exercito e a policia tem vindo a ser multadas e até agredidas pela turba grevista, mantendo-se na defensiva com uma coragem que já por vezes nos ha viria surpreendendo.

É necessário que se entenda bem que não só o exercito como toda a população setubalense foi torpemente multada por um papel distribuido para ahi gratuitamente, (suplemento á Simulacro) no qual se encontravam estampadas infamias e mentiras, por que as poucas verdades que não podiam existir, viamham tido meca-

estava proclamada e era recebida com hinos e lotoreos, adunados indistintamente pelo paz fora no patamejamento alegre da sua bandeira rubra e verde.

Quando lomos nesse jornal, ao mesmo tempo a descripção dos factos succedidos e o nome dos dirigentes que iam tomar conta da cidade em tão difficil conjunctura, ficamos apavorados.

Se pensámos commo no concenimento daquelles que não se contentam bastantemente, e por isso não tropelam ante as responsabilidades tremendas que as situações ás vezes accorram.

Logo na nossa passagem por Lisboa o dissemos a todos os que directo ou indirectamente podiam ter influencia na marcha governativa: Setubal não está bem; Setubal tem uma psicologia especial, que necessita dum especial assistente; Setubal hade dar — e não hade dar tarde — graves desgostos á Republica!

Não nos entendam; não nos queiram ouvir.

Have até já quem se riço na nossa cara, perguntando-nos se queríamos Setubal capital de provincia.

— Por que não? — respondemos. Tudo quanto seja cainhalhar para quella importante cidade, elementos novos, individualidades mais cultas, e experimentadas, tudo quanto possa elevar a moral e intelectualmente é justo, é necessario, e urgente, que lhe dê a força.

Os governantes locais, porque são incompetentes para o fazer; os governantes do paiz, porque têm mais em que pensar e ouvir terras se mehores elementos já existentes.

Talvez imaginassem que as nossas premissas eram apenas desabafos de despedidas. Como se enganaram, se o supezeram já em como; e como nos desconhecem, ainda, os que cá por baixo, o tem dito e feito dizer aos seus chafins!

Nos pómos acima de tudo, dos nossos despojos pessoais, por mais legítimos que sejam, e da nossa propria vaidade, se é que a temos, e dos nossos proprios interesses, e interesses particular da nossa terra, sagrado da Republica em geral e do interesse particular da nossa terra.

É o motivo porque lamentamos, em face dos acontecimentos que enlutaram esta semana a cidade e foram a primeira nota de sangue na Republica, que não nos tivessom outro.

Estamente porque Setubal, na hora conturbada da revolução, se manifestara de forma tão extrema, o que mais se prova a necessidade do novo regimen para ella volver os seus olhos melhorando a sua situação moral com medidas asidas e urgentes.

Um povo não se governa com palavras e boas intencões; governa-se com factos precisos e com a intelligencia de que conhecem as suas necessidades e vão ao encontro dellas, sem esquecerem que lhas relectom.

Setubal foi abandonada a si mesma, entregue a cruaes... que não se queriam ter a virtude de se collocarem.

É o resultado, que mais da que tinguem lamentamos, não vítimas em

Partes da Penitencia

Contrição do coração:
Contricto do coração,
Muito me peço de haver-te
Ofendido — na intenção
De mais amar-te e querer-te.

Confissão de bôa:
Fazer confissão de bôa,
Manda a Santa Mãe Igreja,
De tudo que em hora lucra,
O corpo e a alma negreia.

Confissão de bôa:
Direi tudo, com franqueza,
Que por ti ando pecando,
So assim tua dureza,
Se tornarei lume brando.

Satisfação de obra:
Se ainda, em juizo duro,
Não usares de clemencia,
De finimo quôdo e seguro
Ouvrel a penitencia.

Confissão de bôa:
Pelo menos, na satisfação,
Com vontade de a cumprir,
Que isso basta á abolição
E ao praepr de proseguir.

Paulino de Oliveira.

(Do "Calcismo Pação.")

2 de março, preso, processado e condenado por defensores do povo.

Nós que em 26 de março verberámos as autoridades na sua propria cara, e cortámos violentamente as relações com os responsaes moraes da chácina.

Nós que, apesar da tudo, não reenganos o povo revolucionario, o povo querido, o povo irmao da nossa terra, que não é esse, que não pode ser esse, que não insulta e aprepria o estylo, insulto e desvariado, fazendo de nesta hora grave, noutro momento critico da nossa nacionalidade, o triste jogo dos reaccionarios que nos deshoaram lá fora e que pretendem de novo assassinar a Republica — que é o mesmo que matar a Patria.

A mulher na lei eleitoral

Sabão, finalmente, a lei eleitoral. Como já se esperavamos, o voto feminino não foi sequer nella estabelecido como principio progressivo e democratico.

Como o proviamos, a mulher continuou a ser na Republica um activo, para não dizer negativo.

A mulher paga impostos como o homem; a mulher pode negociar como o homem; a mulher é agricultora, é a educadora, é a dirigente de muitas casas e industrias, a mulher pege ser tudo... menos cidadã livre.

Como as prouções de pret, os indiligentes, os promissos por crimes julgados, os interdictos, os faldos, os obrigados por naturalisção, — as mulheres, sejam ellas quaes forem, não têm uma só voz que corresponda a um voto!

Não já o proviamos e por isso nem

<Capa d'O Radical após o 13 de março de 1911

Fonte: *O Radical*, n.º 21 de 19/03/1911, p. 1.

de março daquele ano, dois marítimos (João Lisboa e Manuel José Trindade, o *Timbolim*) perderam a vida e foram presas mais de quatro dezenas de pessoas.⁷⁷

A título de curiosidade, no decurso da greve que esteve a montante dos acontecimentos que provocaram as mortes em estudo, em 25 de fevereiro de 1911, o município alterou o nome da Rua Direita de Troino para Rua 25 de Março em forma de homenagem às vítimas. Numa evidente manipulação histórica, apagando da memória coletiva os assassinatos de 1901, a Câmara Municipal de Setúbal, em setembro de 1953, então encabeçada pelo Dr. Miguel Rodrigues Bastos, alterou o nome da Rua 25 de Março para Rua Fran Paxeco, consagrando o diplomata setubalense.

Vale a pena transcrever o que ficou registado na ata da respetiva reunião: *"Rua Vinte Cinco de Março foi o nome dado há anos à velha Rua Direita de Troino. Ao que pude averiguar esta data de vinte cinco de Março recorda um momento triste da vida de Setúbal em que foi preciso à força pública carregar sobre a população para manter a ordem. Os espíritos andavam agitados e inquietos, cheios de quimeras que uma grande propaganda tinha agitado e feito julgar coisa certa e segura. A realidade foi outra e daí uma reacção que, infelizmente, fez correr tanto sangue"*. Para justificar a alteração, o executivo referiu que se vivia uma *"hora em que a unidade nacional é a primeira preocupação dos portugueses"* pelo que *"apaguemos esta recordação da luta e divisão"*⁷⁸.

Voltando ao jornal *O Radical*, recorda-se, uma vez mais, que Paulino de Oliveira também foi diretamente afetado por esta paralisação laboral, surgindo no centro do furacão quando substituiu, juntamente com outros elementos da família, as grevistas da fábrica da irmã e o caso tornou-se público na já mencionada polémica com Joaquim Martins dos Santos, o que poderá justificar, em parte, a sua interpretação da realidade.

O escritor distingue nitidamente duas diferenças, que considera substanciais, entre os acontecimentos de 1890 e 1901 com os de 1911. Nos dois primeiros asseverou que o exército disparou sobre as massas populares sem aviso prévio – em nome da Monarquia – e sem que existissem provocações ou necessidades para tal. Não querendo, todavia, legitimar ou justificar a violência empregada pela Guarda Republicana, garante que assistiu a agressões e insultos por parte da *"turba grevista"* aos militares e

⁷⁷ "Agitação popular" in *O Elmano*, n.º 705 de 27/03/1901, p. 1.

⁷⁸ Arquivo Municipal de Setúbal, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Órgãos do Município, Livros de Atas das Sessões da Câmara Municipal de Setúbal, Livro de atas relativo ao período (07/10/1953 a 28/12/1953), Ata da reunião ordinária de 01/09/1953, fls. 73-73v. Cortesia de António Cunha Bento.

à Polícia Cívica, que conseguiram manter-se na defensiva com uma coragem digna de enaltecer.

Os grevistas, por seu turno, estavam armados e apresentavam uma “*atitude bastante agressiva*” para com os oito homens que escoltavam a carroça. Para Paulino de Oliveira, em síntese, esta foi a sua versão dos factos: “*Os soldados exacerbados defenderam-se. Defenderam-se como se defendem todos os que vendo-se ameaçados e atacados, perdem o sangue-frio e ponderação*”⁷⁹. Como nota, acrescentou que o mencionado suplemento do jornal *O Sindicalista* – que circulou por Setúbal – merecia críticas por alegadas mentiras que espalhava. Sobre a nomeação do Dr. José de Castro para sindicar os acontecimentos, apesar de ser seu amigo íntimo, optou por não tecer comentários, confiando plenamente no seu sentido de justiça.⁸⁰

Não deixa de ser interessante a opção política adotada por Paulino de Oliveira nas edições seguintes. Permaneceu numa dinâmica de desviar de atenções sobre o tema presente, reforçando sucessivamente as tragédias que tinham ocorrido, aquando do Caso Calmon e do Ultimato Britânico. Sublinhou que Setúbal foi a única cidade do País onde se derramou sangue popular: “*Em 2 de março (...) a multidão setubalense foi espingardeada*”⁸¹ no antigo Largo da Anunciada.

Paulino de Oliveira foi contrário aos intentos da greve mesmo após o seu término. Na edição posterior à reabertura das fábricas de conservas de peixe, em 10 de abril, reforçou que este não era o caminho por ser do interesse dos reacionários e de quem explorava a sua ingenuidade e ignorância.⁸² O mesmo declararam Ana de Castro Osório e António José de Almeida. A primeira considerou, de igual modo, que o movimento laboral não teria durado tanto tempo se não tivesse sido coordenado pelos *moços* e operacionalizado pelo *meneur* Artur⁸³. As mulheres eram “*incultas*” e “*inexperientes*”⁸⁴ e teriam sido fortemente instrumentalizadas pelos homens.

A pressão pública e a imagem do casal ficaram de tal forma manchadas que, em maio de 1911, Paulino de Oliveira foi nomeado cônsul de Portugal em São Paulo, permitindo uma espécie de exílio político e a saída forçada de Setúbal. E por lá morreu, curiosamente, em 13 de março de 1914.⁸⁵

⁷⁹ “Verdades duras” in *O Radical*, n.º 21 de 19/03/1911, p. 1.

⁸⁰ “Enviado do Governo” in *O Radical*, n.º 21 de 19/03/1911, p. 2.

⁸¹ “A situação de Setúbal” in *O Radical*, n.º 22 de 30/03/1911, p. 1

⁸² “A greve” in *O Radical*, n.º 24 de 13/04/1911, p. 1.

⁸³ Refere-se a Artur Wergihoshi, elemento que integrava a Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal. COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal, 1248-1926*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 217.

⁸⁴ “A greve” in *O Radical*, n.º 23 de 06/04/1911, p. 2.

⁸⁵ Cf. LICCIARDELLO, Giovanni, *Ana de Castro Osório e Paulino de Oliveira – Percursos políticos e literários*, Associação Setúbal Voz, Setúbal, 2023.

4.2. GERMINAL

No que concerne ao periódico libertário, o *Germinal* de Joaquim Martins dos Santos, não foi possível consultar as duas edições imediatamente posteriores aos acontecimentos de 13 de março de 1911. A hemeroteca da Biblioteca Municipal de Setúbal não possui a coleção referente aos anos de 1911-1913, as coletâneas à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra galgam da edição n.º 354 para a 357 e a Biblioteca Municipal do Porto – à data em que se efetuou a presente investigação – está em obras.

Não obstante, na obra *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)* encontram-se transcritos dois artigos publicados no número 355, de 16 de março. Também aqui se observa uma denúncia das tragédias decorridas em 2 de março de 1890 e em 25 de março de 1901. Critica a incompetência de Leonel Tavares de Melo, a ambição dos fabricantes conserveiros e a “estúpida educação dos soldados”⁸⁶. Para Albérico Afonso Costa, a particularidade deste texto prende-se com a promessa de vingança – reforçada numa manchete em letras garrafais – e a definição de um fosso, cavado com grande profundidade, entre acratas e republicanos.⁸⁷

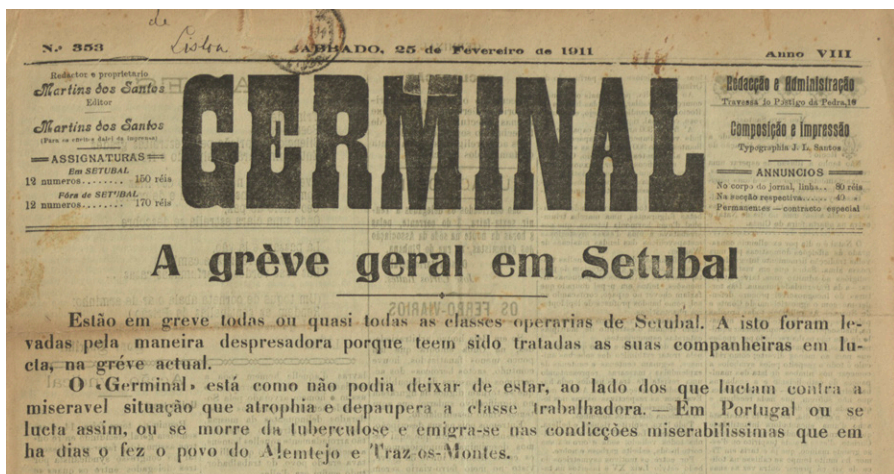
O texto merece a sua transcrição: “VINGANÇA! VINGANÇA! O capitalismo explorador e a autoridade despótica cavaram um abismo entre as suas forças e a classe operária. Em 2 de março, era o ódio rancoroso dum administrador do concelho, alma de tigre pela ferocidade, de chacal pela cobardia, que caprichosamente mandava fuzilar a população descuidada. Em 25 de março, era o ódio da reacção, fera negra sempre acoçada, sempre maldita, que concluiu a execução dos populares.

Em 13 de março, numa abominável harmonia, a pimponice dum administrador inepto, a criminoso ambição dos industriais e a estúpida educação dos soldados, pobres criaturas arrancadas ao trabalho útil para o assassinio legal, infinitamente perverso, encheram novamente de luto esta bela cidade, tornando cada vez menos possível a transigência dos miseráveis.

As vítimas serão vingadas porquanto o operariado de todo o mundo trabalhará sem tréguas para a Revolução Social!”

⁸⁶ “Vingança! Vingança!” in *O Germinal*, n.º 355 de 16/03/1911, p. 1. Citado a partir de QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia, *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*. Assembleia Distrital de Setúbal, Lisboa, 1981, pp. 254-255.

⁸⁷ COSTA, Albérico Afonso, “O Germinal, um roteiro acrata para a revolução social” in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, vol. I, coord: PAÇO, António Simões do; PEREIRA, Virgílio Borges; VARELA, Raquel; TEIXEIRA, Cátia, GODINHO, Paula, IHC-NOVA FCSH, Lisboa, 2016, p. 22.



Na segunda série do mesmo periódico, então dirigido por José Carlos Rates, as evocações ao 13 de março de 1911, em 1912 e em 1913, mereceram um forte destaque, conforme se observará mais adiante.

4.3. O PAU

Este quinzenário humorístico, que aparentemente critica diversos aspetos da jovem República, apenas comparou a Guarda Republicana à Guarda Municipal dos tempos da Monarquia Constitucional, denunciando que as balas das espingardas apenas tinham como alvo o povo: *“Pois senhores aí temos uma nova edição, mais correta e aumentada, da antiga e celeradíssima Guarda Municipal. Os modernos ‘guitas’ assassinaram já duas pessoas e feriram seis. E isto debaixo das visitas da ‘jovem luminosa’ [refere-se à República], que foi feita pelo povo e só para ele. Realmente para ele é que se dirigiram as ‘ameixas’ das Kropatschek [modelo da espingarda]. E a imprensa republicana relatou os acontecimentos concisamente, como um reclamo de teatro ou de lotaria”*^{87b}.

1.ª página do jornal libertário local alusiva à greve-geral da indústria conserveira.

Fonte: *O Germinal*, n.º 353 de 25/02/1911.

^{87b} “Rabecadas” in *O Pau*, n.º 5 de 19/03/1911, p. 3.

4.4. A MOCIDADE

O periódico da propriedade da família Albino fez manchete em torno do “Mês Fatídico” de março, começando por recordar o falecimento de indivíduos, em Setúbal, em 2 de março de 1890 e em 25 de março de 1901.

Capa de *A Mocidade* dedicada à tragédia.

Fonte: *A Mocidade*, n.º 149 de 15/03/1911, p. 1.

A MOCIDADE
Polha quinzenal, litteraria e noticiosa,
redigida pela mocidade setubalense

Proprietario e administrador — Agostinho B. M. Albino
Redactores — Afonso Castro, Antonio Passos Junior,
Carlos Moniz, Joao Teixeira e Victor Ramos.
Director — Zozimo Cabecinha Editor — Julio Augusto Nunes

ANO VII QUARTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1911 N.º 149

MEZ FATIDICO

Este mez é fatídico para a nossa cidade, pois em março de diferentes annos tem occorrido casos graves, entre o povo e a força publica, enluctando esta bella terra.

Em 2 de março de 1890, pouco depois de um incendio causado nas rédes que se encontravam estendidas na Avenida Todi, devido a uma prisão que a policia quiz manter, houve graves tumultos com a força de caçadores 1, de que resultou a morte do infeliz Gaivéu, uma victima alheia ao conflicto.

Em 25 do mesmo mez do anno de 1900, devido ás questões religiosas, conflicto ainda mais sangrento entre o povo e a força armada, a cavallaria, de que resultou tres mortes e varios feridos.

Agora a 13 do corrente, devido á greve das mulheres e moços das fabricas de conservas, novo conflicto, d'esta vez entre os grevistas e a guarda republicana, aqui em serviço, occasionando duas mortes e varios ferimentos.

Os mortos são Antonio Mendes Verunga, conhecido pelo filho do Maneta dos Cabritos e Maria do Carmo Torres, ambos pessoal das fabricas.

A greve continua infelizmente no mesmo estado.

As fabricas Chancerelle e Mariano Lopes & C.ª fizeram conduzir peixe em conserva para a estação do caminho de ferro e os grevistas quizeram oppor-se, allegando que lhes prejudica o movimento da greve.

A guarda republicana, que acompanhava as carroças, sendo desrespeitada e aggredda á pedrada e segundo ainda noticias dos jornaes ameaçada por armas de fogo, disparou matando os dois desgracados.

Dos tristes acontecimentos, occorridos n'estas taes citadas datas, tem sido theatro o espaço da Avenida comprehendido entre a rua Alves da Fonseca e o largo da Annunciada.

Lamentando os acontecimentos fazemos votos para que todos concorram para a rapida solução da greve, que tão tristes resultados já occasionou e que em bréve poderá trazer a fome a esta tão bella quanto infeliz cidade.

Foi transferido para infantaria 2.º s. r. capitão Antonio Maria Curado e collocados em infantaria 11.º s. r. capitão José Carlos Botelho Moniz e tenente José Augusto Botelho.

Apontando aos factos occorridos dois dias antes da edição, aparentemente, o jornal local baseou-se no que leu nos periódicos de maior tiragem. Refere-se às fábricas de Pierre Chancerelle e de *Mariano, Lopes & C.ª* como tendo transportado peixe em conserva para a estação de caminhos de ferro e que os gre-

vistas, por verem que os efeitos da paralisação laboral eram diminuídos, procuraram opor-se. Os guardas republicanos – desrespeitados e agredidos à pedrada – dispararam, matando “dois desgraçados”⁸⁸ que trabalhavam no setor conserveiro: Mariana do Carmo Torres e António Mendes Verruga, filho do *Maneta dos Cabritos*. Este foi um dos jornais que se equivocou no nome próprio da vítima feminina.

O artigo conclui sublinhando que a Avenida Luísa Todí, entre o Largo da Anunciada e a Rua Dr. Alves da Fonseca, tinha sido testemunha de mais do que um trágico acontecimento.

4.5. O ELMANO

Os responsáveis por este jornal republicano ficaram absolutamente surpreendidos com os “deploráveis e inesperados acontecimentos de segunda-feira pretérita”⁸⁹ por considerarem que a expectativa era que o conflito laboral terminasse e que *moços* e mulheres tivessem retomado o trabalho. Apesar de lamentar profundamente as duas vítimas que perderam a vida e os feridos que resultaram dos confrontos entre a Guarda Republicana e os populares, o tom colocado no artigo transmite uma posição mais conservadora por argumentar que era imprudente provocar a força armada.

Para além disso, é preciso sublinhar, *O Elmano* fez questão de proteger o administrador do concelho em funções, retirando-lhe responsabilidade: “para que o sangue dos operários fosse derramado”⁹⁰. Foi mesmo mais longe, garantindo que, em assembleia-geral da Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal, os *moços* declararam que, em caso da sua presença física, o episódio não tinha ganho as proporções que ganhou. Mas fica a questão: onde esteve a autoridade competente durante a tarde, se, de manhã, consegui dispersar os populares mais exaltados?

Gréve

Quando todos supunham que a gréve dos moços e mulheres das fabricas de conservas d'esta cidade em breve terminaria, vieram os deploráveis e inesperados acontecimentos de segunda feira preterita agravar a situação, já deveras difficil, d'esta laboriosa terra.

São bem conhecidos pelas narrações dos diversos jornaes da capital esses acontecimentos. D'um conflicto entre o povo e a guarda republicana resultaram duas mortes e alguns feridos. Lastimamos essas mortes como lastimamos todas consequentes de violencias, mas a verdade é que a lucta com a força armada dá sempre d'estes resultados, e, por isso, é sempre imprudente provocar-a, tanto mais que muitas vezes sofre as consequencias quem menos ou nenhuma responsabilidade tem na questão.

Seja como fôr, porém, o que não resta duvida é que o sr. Leonel de Mello em cousa alguma contribuiu para que o sangue dos operarios fosse derramado. São os proprios

Excerto de artigo publicado num periódico republicano local.

Fonte: *O Elmano*, n.º 1541 de 18/03/1911, p. 1.

⁸⁸ “Mês fatídico” in *A Mocidade*, n.º 149 de 15/03/1911, p. 1.

⁸⁹ “Greve” in *O Elmano*, n.º 1541 de 18/03/1911, p. 1.

⁹⁰ *Ibidem*.

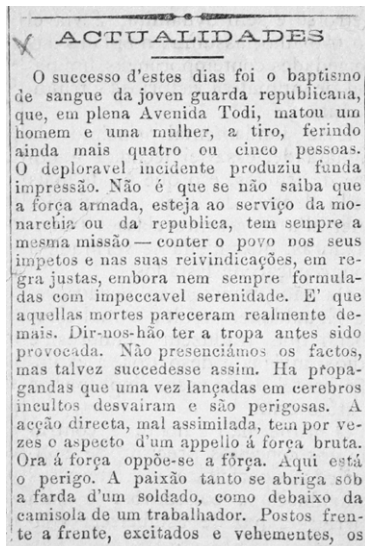
4.6. O TRABALHO

Os socialistas locais, dirigidos por Manuel Luís de Figueiredo, também não dedicaram tempo e espaço a relatar de forma detalhada como se procederam a sucessão de eventos de 13 de março. Justificaram esta decisão por não terem assistido. Este cronista, que utilizou, durante vários anos, o pseudónimo de *Casério*, classificou os atos da Guarda Republicana como sendo o “*baptismo de sangue*”⁹¹ da instituição, que matou uma mulher e um homem a tiro e feriu quatro ou cinco pessoas.

Apesar de serem contrários à utilização de meios violentos nos movimentos grevistas, numa alusão aos apedrejamentos que provocaram as autoridades, não parecia “*haver dúvidas de que a legítima defesa foi muito excedida por parte dos militares da guarda, que semelham ter herdado da velha municipal* [refere-se à guarda monárquica local] *o que ela tinha de pior, isto é, o seu espírito autoritário e pouco conciliador*”⁹². Na sua perspetiva, em República ou em Monarquia, a força armada tinha como missão reprimir as reivindicações operárias.

O artigo dos socialistas no rescaldo dos assassinatos.

Fonte: *O Trabalho*, n.º 502 de 19/03/1911, p. 1.



⁹¹ *Casério* (pseudónimo), “Actualidades” in *O Trabalho*, n.º 502 de 19/03/1911, p. 1.

⁹² *Ibidem*.

5. OS DIAS SEGUINTE AOS ASSASSINATOS

N o rescaldo dos assassinatos dos dois trabalhadores, a administração do concelho de Setúbal procurou aliviar o enorme clima de tensão que se vivia na cidade. Autorizou a reabertura das sedes dos sindicatos das operárias conserveiras e dos *moços*, um dos pontos que mais tinha contribuído para a crescente agitação dos grevistas.

Num comprimento de onda semelhante, o Governo Provisório da República, no dia 14, nomeou o Dr. José de Castro, na qualidade de comissário especial, para efetuar uma sindicância sobre o sucedido. Para além de se pretender tomar conhecimento efetivo das culpabilidades em torno da tragédia, os dirigentes políticos do recém-implantado regime procuravam defender-se, assegurando perante a opinião pública que não tinham responsabilidade direta no sucedido.⁹³

Aproveitando a disponibilidade do seu espaço de reunião sindical, os jovens trabalhadores conserveiros votaram uma moção que “*deplora a perda do companheiro António Mendes e a prisão do camarada Carlos Rates*”⁹⁴, esquecendo-se de Mariana do Carmo Torres. Nessa mesma reunião, surpreendentemente, consideraram que as maiores responsabilidades da sucessão de eventos não cabiam a Leonel Tavares de Melo, mas antes aos indivíduos que exigiam represálias à atitude dos grevistas.

O vice-presidente da C.M. de Setúbal, Joaquim Brandão, defendeu o administrador do concelho, dirigindo-se por telegrama ao Governador Civil de Lisboa, declarando que Leonel Tavares de Melo merecia elogios pela “*serenidade e prudência inexecedíveis*”⁹⁵ como tinha atuado. Num comentário nitidamente crítico desta posição, o cronista d’*O Mundo* argumentou que se fosse um republicano convicto à frente da administração do concelho, “*os acontecimentos podiam e deviam ter seguido uma marcha muito diversa*”⁹⁶.

Este mesmo periódico, numa semelhante opção de busca por harmonia entre o trabalho e o capital, declarou que a República – tendo em vista os seus princípios e carácter político e social – deveria proceder de forma diametralmente contrária,



Joaquim Brandão, figura de proa da I República em Setúbal

Fonte: Sede da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.

⁹³ ANTT, Fundo do Ministério do Interior, Direção-Geral da Administração Política e Civil, Decretos, Maço 197, Caixa 4, Decreto de 14/03/1911.

⁹⁴ “Movimento Operário – Em Setúbal” in *O Mundo*, n.º 3726 de 16/03/1911, p. 1.

⁹⁵ “Em Setúbal” in *A Luta*, n.º 1883 de 16/03/1911, p. 2.

⁹⁶ “O administrador de Setúbal” in *O Mundo*, n.º 3726 de 16/03/1911, p. 1.

justificando que apenas os resquícios da educação monárquica tinham provocado o terror do dia 13.⁹⁷

Ainda no dia 15, é de referir que era do conhecimento público que o major da Guarda Republicana, Luís Maia, tinha recebido ordens superiores para se dirigir para Setúbal com o intuito de assegurar a manutenção da ordem pública, coordenando a sua ação junto da Polícia Cívica e dos militares do R.I. n.º 11. Em simultâneo, a União dos Sindicatos Operários de Setúbal solicitou uma audiência de emergência com o chefe de Governo e com o ministro do Interior, respetivamente Teófilo Braga e António José de Almeida, para que intermediassem diretamente a resolução do conflito entre operários e industriais conserveiros. Esta decisão resultou do pedido de demissão – em protesto com os assassinatos – dos operários delegados que se encontravam em constantes deliberações com a administração do concelho.⁹⁸

Ao início da madrugada deste dia, de acordo com *O Século* e com *A Luta*, os cadáveres foram transportados para o Cemitério de Nossa Senhora da Piedade para se proceder ao seu enterramento sem que gerasse tumultos ou alguma manifestação fúnebre de larga escala.⁹⁹ Este facto foi comprovado pelo registo de enterro do cemitério, aspeto que se explorará mais adiante. Desconhece-se se os familiares estiveram presentes na ocasião.

Em Almada, mais de dois mil operários corticeiros declararam greve de solidariedade/protesto com/contra as fatalidades ocorridas à beira do Sado, sabendo-se que boa parte das associações de classe da localidade colocaram as respetivas bandeiras em meia-haste. Na Praça do Município, num comício popular – onde tomaram a palavra Pedro Pires e Bartolomeu Constante – foi votada uma moção contra a intervenção da força armada, que defendeu apenas “*o capital contra os legítimos direitos da família trabalhadora*”¹⁰⁰, que reivindicava que os grevistas detidos na canhoneira *Zaire* (referem-se, por exemplo, a José Carlos Rates) fossem libertados e nomeou um comité secreto encarregado de promover uma greve-geral, caso as exigências não fossem atendidas.

⁹⁷ “Os operários na República” in *O Mundo*, n.º 3726 de 16/03/1911, p. 1.

⁹⁸ “A greve em Setúbal” in *O Século*, n.º 10507 de 15/03/1911, p. 2.

⁹⁹ “A greve em Setúbal” in *O Século*, n.º 10508 de 16/03/1911, p. 8. “Em Setúbal” in *A Luta*, n.º 1883 de 16/03/1911, p. 2.

¹⁰⁰ VIEIRA, Alexandre, *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)*, Edições Base, Lisboa, 1977, pp. 20-21.



De facto, a bordo da embarcação mencionada encontravam-se detidos, pelo menos, o então secretário-geral da União dos Sindicatos Operários de Setúbal, Artur Augusto Sineiro e Lino Leandro. Por seu turno, na cadeia estavam Francisco Prazeres e José Fernandes.¹⁰¹ Como nota, o dirigente sindical – que liderou o PCP nos anos 20 – permaneceu preso mais de três meses, voltando apenas à liberdade em 5 de maio seguinte.¹⁰²

Não obstante, a mais importante e destacada paralisação geral do trabalho em consequência das mortes de António Mendes e de Mariana do Carmo Torres teve lugar no dia 20 de março, em Lisboa e no Porto. Na capital, os fragateiros, por exemplo, impediram que se efetuasse o desembarque de mercadorias.¹⁰³ *O Sindicalista* apontou cerca de 70 mil operários em greve, com destaque para as mulheres das fábricas de Xabregas e de Poço de Bispo. Na cidade invicta, um comício contou com a presença de 2000 trabalhadores para protestarem contra o que tinha sucedido em Setúbal.¹⁰⁴

**José Carlos Rates e outros
grevistas detidos na canhoneira
Zaire após as greves de 1911.**

Fonte: Coleção Américo Ribeiro.
Arquivo Fotográfico Américo
Ribeiro. PT/AFAMR/AMR-
15827.

¹⁰¹ *O Proletário* (pseudónimo), “O Sindicalista em Setúbal” in *O Sindicalista*, n.º 23 de 16/04/1911, p. 2.



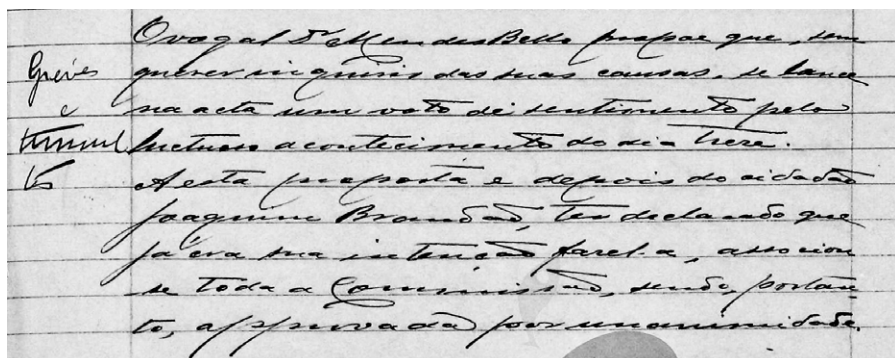
Duas fotografias alusivas à paralisação geral ocorrida em Lisboa.

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º 267 de 03/04/1911, pp. 427 e 444.

¹⁰² FONSECA, Pedro Prostés da, *Incorrigível – A história desconhecida de Carlos Rates: De primeiro secretário-geral do PCP a apoiante de Salazar*, Ponto de Fuga, Lisboa, 2021, pp. 43-45.

¹⁰³ "A Greve dos Fragateiros" in *Ilustração Portuguesa*, n.º 267 de 03/04/1911, pp. 47-48.

¹⁰⁴ PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, NOVA FCSH, Lisboa, 2013, p. 387.



Na esfera do poder autárquico, o silêncio das fontes municipais sobre o que sucedeu naquela tarde é estridente. Joaquim Brandão, ao tempo ainda vice-presidente da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal nomeada após o 5 de Outubro de 1910, reforçou a sua já conhecida posição de defesa do administrador do concelho. Pouco depois, deslocou-se com Leonel Tavares de Melo para se reunirem com o Governador Civil de Lisboa, Eusébio Leão, a quem transmitiram que a segurança pública estava garantida. Como nota paralela, Leão Magno de Azedo, o edil em funções, vinha reduzindo substancialmente as suas deslocações até Setúbal, sabendo-se que aguardava a nomeação para Diretor-Geral da Instrução Primária, o que acabou por acontecer em meados de março e que resultou no abandono do cargo de edil do município.¹⁰⁵

Na primeira reunião do executivo municipal após o 13 de março, o médico Dr. Eduardo Mendes Belo foi quem propôs um voto de sentimento pelos acontecimentos – que foi aprovado por unanimidade –, mas sem nunca mencionar os nomes das vítimas e reforçando que não se pretendia “*inquirir das suas causas*”¹⁰⁶.

No dia 16 de março foi anunciado que José de Castro já tinha procedido a um vasto conjunto de inquéritos e entrevistas junto de correspondentes de imprensa, fabricantes, operários e elementos pertencentes aos corpos dirigentes das juntas de freguesia.¹⁰⁷ Tal como já foi referido, por decreto do Ministro do Interior, dois dias antes, este republicano tinha sido nomeado pelo Governo Provisório a fim de se apurar quem foram os respon-

Recorte da ata da sessão da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal sobre os acontecimentos de 13/03/1911.

Fonte: ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Cx. 50, Livro n.º 1 de Atas da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal (1910-1911), Ata da sessão de 15/03/1911, p. 180. PT/AMSTB/CMSTB/B-A/001/1

Transcrição: “O vogal Dr. Mendes Belo propõe que, sem querer inquirir das suas causas, se lance na acta um voto de sentimento pelo lutuoso acontecimento do dia treze. A esta proposta e depois do cidadão Joaquim Brandão ter declarado que já era sua intenção fazê-la, associou-se toda a Comissão, sendo, portanto, aprovada por unanimidade”.

¹⁰⁵ “O sr. Leão de Azedo” in *O Radical*, n.º 21 de 19/03/1911, p. 2.

¹⁰⁶ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Cx. 50, Livro n.º 1 de Atas da Comissão Administrativa da C.M. de Setúbal (1910-1911), Ata da sessão de 15/03/1911, p. 180. PT/AMSTB/CMSTB/B-A/001/1



Dr. Eduardo Mendes Belo,
vereador que solicitou o pedido
do voto de pesar.

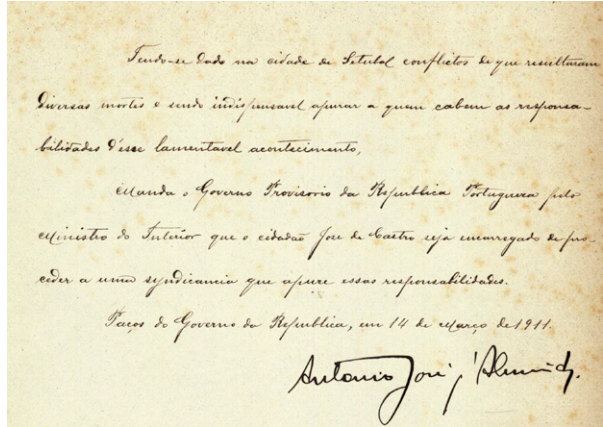
Fonte: "Dr. Mendes Belo" in A
Vitória, n.º 98 de 05/10/1932,
p. 3.

**>Decreto manuscrito da autoria
de António José de Almeida,
Ministro do Interior.**

Fonte: ANTT, Fundo do
Ministério do Interior, Direção-
Geral da Administração
Política e Civil, Decretos,
Maço 197, Caixa 4, Decreto
de 14/03/1911. PT/TT/MI-
DGAPC/001/1911/000158.

Transcrição: "Tendo-se dado
na cidade de Setúbal conflitos de
que resultaram diversas mortes
e sendo indispensável apurar a
quem cabem as responsabilidades
desse lamentável acontecimento,
manda o Governo Provisório da
República Portuguesa, pelo Ministro
do Interior, que o cidadão José de
Castro seja encarregado de proceder
a uma sindicância que apure essas
responsabilidades. Paços do Governo
da República, em 14 de março de
1911, António José de Almeida."

sáveis pelos factos que resultaram nas duas mortes e nos vários feridos. Esta tarefa esteve na génese do relatório da sindicância que elaborou, devidamente analisada mais adiante.



No mesmo dia, o administrador do concelho recebeu representantes de ambos os sindicatos em greve para que se procurasse uma forma pacífica de libertar José Carlos Rates e os restantes detidos. Leonel Tavares de Melo acompanhou os delegados até junto do juiz da comarca, Dr. Freire Themudo, que afirmou que apenas sob fiança seria possível colocar o sindicalista em liberdade.¹⁰⁹ Pelo meio, circulavam boatos de que vários homens e mulheres pretendiam retomar as suas funções de acordo com as condições laborais anteriores à paralisação laboral e que os restantes tinham recusado uma proposta apresentada pelos fabricantes conserveiros.

Em contraste, um determinado segmento do movimento grevista radicalizou as suas posições perante os assassinatos perpetrados pela Guarda Republicana. O denominado 'Comité Central de Resistência', que era dirigido por Lázaro do Advento Costa (carregador), João do Nascimento (moço) e por Olímpia Bento (operária), aprovou uma moção que apontava responsabilidades ao administrador do concelho Leonel Tava-

¹⁰⁷ "A greve em Setúbal" in O Século, n.º 10508 de 16/03/1911, p. 8.

¹⁰⁸ ANTT, Fundo do Ministério do Interior, Direção-Geral da Administração Política e Civil, Decretos, Maço 197, Caixa 4, Decreto de 14/03/1911.

¹⁰⁹ "Greve em Setúbal" in O Século, n.º 10509 de 17/03/1911, p. 8.

res de Melo no extremar de posições dos grevistas a partir do momento em que ordenou o encerramento dos sindicatos. Na mesma assembleia popular criticaram a comissão municipal do Partido Republicano Português pelas informações imprecisas que disponibilizaram aos periódicos da capital sobre o que realmente tinha sucedido.¹¹⁰

Entre os dias 17 e 18 de março, Mariano Augusto Coelho – sócio da firma *Mariano, Lopes & C.^a* – foi entrevistado pelo *O Século*, declarando que “*nada sabia acerca desta greve*”¹¹¹, que não conhecia o regulamento apresentado pelos fabricantes e que não fora procurado por nenhum delegado operário sobre o assunto. A primeira afirmação parece factualmente falsa por diferentes razões.

Por um lado, foi esta empresa, juntamente com a de Pierre Chancerelle, que solicitou a força militar para proteger o transporte das mercadorias para a estação ferroviária por estar a decorrer uma greve. Por outro, os funcionários da fábrica paralisaram a sua atividade, obrigando a que os sócios se socorressem dos seus familiares para os substituírem. E, finalmente, a greve geral das mulheres e dos *moços* deste setor durava há praticamente um mês. Um industrial conserveiro teria obrigatoriamente conhecimento do que se passava.

Do ponto de vista internacional, a gravidade dos factos despertou o interesse por parte de dezenas de periódicos espanhóis. Estes relataram os acontecimentos, *grosso modo*, com base nos conteúdos disponibilizados pela central de notícias. Foi o caso do *El Mundo*: “*De Setúbal se reciben noticias bastante incompletas dando cuenta de haber ocurrido allí un grave suceso. La Guardia Republicana tuvo que hacer fuego sobre los obreros que pretendían impedir la entrada de pescado em uma fábrica donde recentemente hubo huelga, resultando dos muertos y vários heridos*”¹¹².



Mariano Augusto Coelho, importante industrial conserveiro da praça setubalense.

Fonte: Setúbal-Sports, n.º 8 de 20/11/1927, p. 1.

¹¹⁰ “Mais protestos contra os acontecimentos de Setúbal” in *O Sindicalista*, n.º 20 de 26/03/1911, p. 2.

¹¹¹ “A greve em Setúbal” in *O Século*, n.º 10511 de 19/03/1911, p. 8

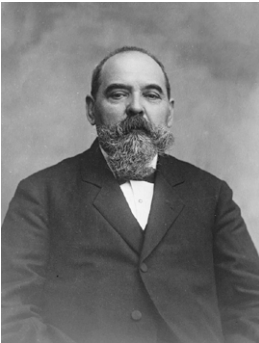
¹¹² “Disturbios em Setúbal: Obreros muertos y heridos” in *El Mundo*, edição de 14/03/1911, p. 3.

Um exemplo de jornal espanhol que noticiou os eventos.

Fonte: *El Mundo*, edição de 14/03/1911, p. 3.

DISTURBIOS EN SETUBAL
Obreros muertos y heridos
Elecciones legislativas. Una dimisión. Otra huelga.
LISBOA 14 (9 m.). De Setubal se reciben noticias bastante incompletas dando cuenta de haber ocurrido allí un grave suceso. La Guardia republicana tuvo que hacer fuego sobre los obreros que pretendían impedir la entrada de pescado en una fábrica donde recientemente hubo huelga, resultando dos muertos y varios heridos.
En la reunión celebrada en esta capital por los gobernadores civiles, previa invitación del Gobierno, para informar á éste acerca de la convocatoria de las elecciones legislativas, la opinión de los reunidos fué que se verifiquen en Mayo.
Ha dimitido el director general de Instrucción primaria por no estar conforme con las reformas proyectadas por el ministro de Instrucción pública.
Se han declarado en huelga los operarios de la Compañía Unión Fabril, por negarse ésta á admitir á varios obreros despedidos.—
Sánchez.

6. OS RESULTADOS DA SINDICÂNCIA DO DR. JOSÉ DE CASTRO



José de Castro, o republicano responsável pela sindicância

Fonte: Internet. Acesso livre.

Um dos principais aspetos que a historiografia local tem ignorado diz respeito à apreciação pormenorizada do relatório elaborado pelo republicano José de Castro e que foi dirigido ao Ministro do Interior, António José de Almeida.

Seria de uma extraordinária riqueza encontrar o conjunto de anexos enviados juntamente com este relatório, designadamente as transcrições dos diferentes depoimentos das testemunhas ou o resultado dos inquéritos efetuados a militares do Regimento de Infantaria n.º 11. Infelizmente, dado o tempo limitado deste projeto de investigação, foi manifestamente impossível encontrar esta documentação no fundo do Ministério do Interior (estará nas secções da Secretaria-Geral, Gabinete do Ministro ou Direção-Geral da Administração Política e Civil?).

No que diz respeito à análise propriamente dita deste texto, datado de 21 de março, a fim de evitar repetidas citações do mesmo documento, realça-se que todas as transcrições de expressões ou frases do relatório possuem a mesma origem. Esta é a mesma que se encontra no anexo documental da presente investigação: A edição n.º 1889 do jornal *A Luta* de 22 de março de 1911.¹¹³

¹¹³ "Os acontecimentos de Setúbal – Relatório do Sr. Dr. José de Castro" in *A Luta*, n.º 1889 de 22/03/1911, p. 2.

José de Castro começou por asseverar ter estado no local onde os acontecimentos tiveram lugar, ter visitado duas mulheres no hospital civil e o soldado n.º 58 da Guarda Republicana no hospital militar e, ainda, ter inquirido um total de trinta e seis testemunhas. Estas eram provenientes de todas as esferas sociais, enquadrando proprietários, comerciantes, industriais, operários, trabalhadores, militares e os próprios guardas republicanos que escoltaram as carroças com as conservas de peixe. De igual modo, agradeceu os préstimos do presidente da Câmara Municipal de Setúbal, do administrador do concelho, do diretor do Hospital do Espírito Santo, do comandante do Regimento de Infantaria n.º 11, do comandante da Guarda Republicana e dos polícias indicados para o acompanharem.

Neste processo de transcrição foi auxiliado por Luís Lopes da Silveira – que erradamente é mencionado na imprensa nacional como Luís Saraiva –, figura que se destacou politicamente, no plano local, no Partido Evolucionista e, mais tarde, no Partido Liberal.¹¹⁴ O acompanhamento de todo o processo poderá ser comparado à função de um secretário, tendo registado e redigido todos os autos.

A título de parêntesis, o inquérito aberto à Guarda Republicana ficou à responsabilidade do major Luís Maia. O *Diário Popular*, que informou a opinião pública sobre esta decisão, sublinhou que os militares envolvidos tinham combatido os monárquicos na Rotunda, em Lisboa, pelo que teriam todos os motivos para terem agido da forma como o tinham feito: “*naturalmente, só empregariam meios violentos quando se encontrassem atacados e feridos pelos grevistas*”¹¹⁵.

Passado o preâmbulo do relatório, José de Castro procurou, num segundo momento, dividir em quinze pontos as suas conclusões, que antecedem o seu parecer. Abordando as causas de longa duração para a greve das mulheres evocou a enorme competição comercial entre os fabricantes de conservas de peixe, que qualificou de “*guerra sem tréguas*”, a exagerada quantidade de unidades fabris existentes, a exportação de peixe fresco para Espanha e França, a excessiva oferta nos mercados e a “*existência miserável*” do universo operário que se dedicava a este setor de atividade.

Sindicato Nacional dos Operários da Indústria
Séde: Avenida Luís

Secção de

IDENTIFICAÇÃO

Nome *Arturo Augusto Ne*
Setúbal

Natural de

Nascido em *2/12/1881* Idade *33*

Estado *Basco* Profissão *9*

Morada *R. do Forte*

N.º do Livrete do G. J. C. P. S. *4263*

Filiação *Jose Garcia Menguoch*
Alcavaria Bevaria de ch

Data da inscrição *116/1934*

¹¹⁴ “A greve” in *República*, n.º 59 de 25/03/1911, p. 1.

¹¹⁵ “Últimas Notícias – Greve de Setúbal” in *Diário Popular*, edição de 14/03/1911, p. 2.

Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal
 a Todi - SETÚBAL 226
 4/11/1911
 Sócio n.º 226
 Almeida Wergihoshi (alcega)



Tip. SIMÕES — Setúbal

Artur Augusto Wergihoshi,
 um dos alegados dirigentes do
 movimento grevista.

Fonte: Centro de Documentação do Museu do Trabalho Michel Giacometti. Fundo do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Conservas do Distrito de Setúbal.

Sobre as razões mais imediatas da paralisação laboral considerou determinante a recusa dos industriais em aderirem ao pedido de aumento salarial de dez réis, a intervenção de “promotores da greve”/“perturbadores da ordem pública”, designadamente de José Carlos Rates, do soldador Artur e da presidente da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe com sede em Setúbal, Vitória de Oliveira¹¹⁶, e, por fim, as profundas dificuldades económicas que os trabalhadores viviam em resultado da crise que o setor conserveiro atravessava.

Para se compreender o início da agitação operária, José de Castro sublinhou que esta teve início a partir do momento em que os fabricantes conserveiros decidiram transportar os seus produtos em carroças até à estação de caminhos de ferro. Por observarem uma manifesta oposição dos populares em greve, os industriais solicitaram o auxílio da administração do concelho para que as carroças fossem escoltadas durante o percurso. A escolta foi, inicialmente, realizada por polícias municipais e, só depois, por oito guardas da Guarda Republicana.

Perante estes factos, as testemunhas apresentaram três visões distintas ao sindicante num evidente exercício de especulação: a irritação dos grevistas não teria tido lugar, caso o auxílio fornecido pelo administrador do concelho tivesse sido negado; a ocorrência teria sido evitada se a escolta fosse composta por mais elementos; com uma escolta a cavalo, os grevistas não teriam tido a coragem de insultar e apedrejar os militares e a carroça.

A diversidade dos depoimentos sobre os apedrejamentos é bem reveladora da impossibilidade de se reconstruir o desenrolar dos acontecimentos de forma clara e inequívoca. Por um lado, alguns civis e militares garantiram que a escolta foi apedrejada com um grande número de pedras nos três principais momentos em que as carroças atravessaram a Avenida Luísa Todi (ida, vinda e nova ida à estação ferroviária).

Por outro, alguns dos soldados que integraram a escolta em causa descreveram factos sobejamente distintos. Na primeira volta apenas foi arremessada uma pedra, que não atingiu ninguém. Na segunda viagem foram atiradas duas pedras, uma delas atingiu, no ombro, o sargento que a comandava. Finalmente,

¹¹⁶ No seu testemunho, Vitória de Oliveira assegurou não exercer funções em nenhuma fábrica, dedicando-se em exclusivo à atividade sindical. Recebia 12\$00 mensais das suas companheiras.

no terceiro trajeto foram disparados tiros de revólver. Qual foi a razão para se observarem relatos tão distintos? Poderá pressupor-se que no quarto (e último) percurso da carroça não foram arremessadas pedras já que não é mencionado? Factualmente, o que foi apurado foi que três militares da Guarda Republicana ficaram feridos com pedradas.

No que concerne às armas que os diferentes guardas republicanos levavam consigo, o relatório é mais claro. Os elementos que compunham a primeira escolta iam armados com sabres baionetas, que desembainharam com a finalidade de dispersar os grevistas que se aproximaram da carroça. Posteriormente, estes guardas republicanos foram substituídos por outros colegas, estes armados com espingardas.



Espingarda portuguesa modelo 'Kropatschek', de 1886, usada pela Guarda Republicana.

Fonte: Leilões do Palácio do Correio Velho.

Nota: Terá sido uma arma desta natureza que tirou a vida a Mariana Torres e a António Mendes.

Tendo em vista a forma vaga como foram descritos o número de disparos efetuados pelos guardas republicanos, não deixa de ser relevante referir que, a partir do relatório em causa, se pode contabilizar que, no mínimo, as espingardas fizeram fogo em vinte ocasiões e não apenas as nove mencionadas pelos jornais: *“dando uns apenas um tiro, outros quatro, outros cinco”*. Não deixa de ser estranho que o responsável pelo inquérito não tenha sublinhado com manifesta veemência que esta quantia de balas seja reveladora de uma evidente repressão sobre os manifestantes.

A dimensão da gravidade da intervenção das forças de segurança foi testemunhada pelos guardas em causa. Para além de assumirem terem agredido os grevistas com as coronhas e canos das espingardas a fim de *“varrer o povo”* foram unânimes em afirmar *“que não houve os avisos prévios aos grevistas para se retirarem, nem as vozes regulamentares para carregar as armas e dar fogo”*. Apenas e só através desta constatação, o Governo Provisório deveria ter atuado de outra forma na punição destes homens. A ordem superior para disparar, inclusive, foi debatida entre eles. Uns garantem ter sido dada pelo comandante, outros relataram que não ouviram nada, apontamento central que não surgiu em nenhum jornal quando noticiou os horrores do dia 13.

Sobre a direção e altura a que foram disparadas as balas, esta mereceu uma relativa avaliação por parte de José de Castro. Uma jovem, de nome Balbina da Assunção Correia, durante a

ocorrência, encontrava-se à janela de um edifício do lado oposto da Avenida Luísa Todi e foi ferida por uma bala de revólver. Ainda que não seja afirmado, nesta declaração está pressuposta a ideia de que os grevistas também possuíam armas. A tipologia desta arma de fogo não seria comumente utilizada pelas autoridades, apesar de alguns guardas as possuírem consigo. Do que é dado conhecer, cinco dos disparos foram de pontaria baixa, sendo que um deles, de acordo com o inquérito, provocou a morte de António Mendes. Estranhamente não se aborda o tiro que atingiu fatalmente Mariana Torres, nem de que forma foram feridos outros cinco civis. É manifestamente insuficiente e estranho, tendo em vista o objetivo estipulado pelo Governo Provisório quando nomeou José de Castro.

Relativamente a António Mendes, um dos dados mais interessantes, que é transmitido publicamente por via deste relatório, prende-se com a acusação ao 1.º sargento da Guarda Republicana, de nome Santos, que apareceu no local do conflito armado com uma pistola automática, "*disparando com ela dois tiros na ocasião em que diz que o Verruga [refere-se a António Mendes] visava o 103 [diz respeito ao número da praça da Guarda Republicana]*". Procurar-se-á, através da imputação de um crime ao jovem conserveiro, legitimar o seu assassinato como legítima defesa?

Com menor valor para a reconstrução do que sucedeu em 13 de março de 1911, José de Castro descredibiliza uma das testemunhas por, alegadamente, se tratar de um grevista e "*per-turbador da ordem*". Esta, que permanece anónima, acusou um cabo da Guarda Republicana de ter prometido vingança aos populares que estavam em greve e que o administrador do concelho, a quem a testemunha foi informar do sucedido, não se interessou pelo caso.

As suas duas últimas conclusões relacionam-se com os prejuízos económicos provocados pela paralisação laboral e pelo *lock-out* dos industriais, denunciando que alguns grevistas tinham sido demitidos sem possibilidade de retomarem aos seus postos de trabalho. Simultaneamente revela que, na época do ano em que escrevia, esta coincidia com a de pior qualidade do pescado capturado, pelo que os fabricantes conserveiros não necessitavam de um número tão substantivo de operários. É de recordar que, tanto a fábrica de conservas da família de Paulino de Oliveira, como de Mariano Augusto Coelho e de Pierre Chancerelle, todas, substituíram os grevistas com familiares.

Partindo de todas estas conclusões, José de Castro emitiu o seu parecer ao Ministro do Interior, focando-se em oito

pontos. Sublinhou que teria sido mais prudente se o administrador do concelho tivesse recusado apoiar os interesses dos fabricantes conserveiros no que ao transporte de mercadorias diz respeito. Apenas deveria ter anuído ao pedido mediante a garantia de que um maior número de soldados de infantaria e de cavalaria integrariam a escolta. Pela evidência de que Leonel Tavares de Melo tinha contribuído indiretamente para que o conflito tivesse ocorrido, deveria ser substituído no cargo. O sindicante tinha esperança de que *“com esse procedimento por parte do Governo se serene um pouco o estado de irritação em que se encontram os grevistas”*.

Sobre a evolução dos confrontos foi da opinião de que a Guarda Republicana foi indiscutivelmente provocada pelos grevistas através de insultos e apedrejamentos. Todavia, apesar de se terem defendido e respondido às provocações, *“não cumpriram as disposições regulamentares no carregamento das armas, na falta dos três avisos que deixou de fazer e nas vozes de ordenança”*. O mesmo se poderia dizer do 1.º sargento Santos, que se socorreu de uma pistola automática, arma não utilizada por estas forças de segurança. Este conjunto de homens tinham obrigação de responder em Conselho de Guerra para se cumprir a lei e satisfazer a opinião pública.

Finalmente, as mulheres e homens em greve, que tivessem demonstrado uma postura de perturbação da ordem pública ou tivessem promovido a paralisação laboral, e os indivíduos que se provasse que tinham provocado a escolta, direta ou indiretamente, deveriam ser processados criminalmente.

Pouquíssimo tempo depois da publicação integral do relatório da sindicância que se acaba de abordar ter chegado às diferentes páginas dos jornais, o Ministro do Interior em funções, Dr. António José de Almeida, indignou profundamente as classes trabalhadoras de Setúbal através do seu artigo *“Caminho direito”*, publicado no jornal que dirigia: *República*. Analisando, de igual modo, os resultados do inquérito aberto à Guarda Republicana, reconheceu que os tiros disparados pelas autoridades foram dados sem aviso prévio ou ordem de um superior hierárquico. Porém, defendeu nitidamente os soldados envolvidos: *“Os homens que deram fogo em Setúbal, e creio bem que com as melhores intenções, são quase todos heróis das Rotunda”*¹¹⁷. Na sua opinião, os populares tinham agredido, física e verbalmente os militares, sem que estes tivessem efetuado qualquer provocação ou realizado o *“menor ator de tirania”*¹¹⁸.



**António José de Almeida,
Ministro do Interior do Governo
Provisório da República**

Fonte: Internet. Acesso livre.

¹¹⁷ ALMEIDA, António José de, *“Caminho direito”* in *República*, n.º 66 de 22/03/1911, p. 1.

¹¹⁸ *Ibidem*.

Caminho direito

O dr. José de Castro já apresentou o seu relatório sobre os casos de Setúbal ao ministro do Interior. O commandante da guarda republicana já recebeu também a syndicação, que mandou fazer logo em seguida aos acontecimentos.

O que se apura é explicito.

O povo andou mal, porque atacou desordenadamente, a pedrada e a tiro, a força publica, sem esta ter feito a minima provocação ou praticado o menor acto de tyrania. A força publica andou de encontro ao regulamento, porque deu fogo sem as prevenções da ordenança, sem voz de commando e sem as demais formalidades da lei.

Vas ser sujeita a conselho de guerra e lá, após ampla defesa que a Republica concede a todos, será julgada.

O administrador do concelho foi mandado chamar com urgencia pelo ministro do Interior, e, depois de se apurarem as suas responsabilidades, soffrerá o seu procedimento o julgamento devido.

Os populares que excitaram os animos á revolta e á sedição foram os instigadores perdidos ou algunos do movimento, serão julgados pelos tribunaes ordinarios, que, em sua autonomia, applicarão firmamento a lei.

A Republica faz justiça a todos, premiando ou castigando, sejam elles quem forem, por mais altos que se apresentem os seus titulos á consideração alheia, sejam quaes forem as antipathias que a opinião publica lhes dodique.

A lei republicana é só uma. É igual para todos. A todos será applicada pela mesma inflexivel balança. Os homens que deram fogo em Setúbal, e creio bem que com as melhores intenções, são quasi todos herodes da Rotunda. No seu pelo pulsam revoltas e corações leoninos, que, no redincto já hoje lendario, defenderam com denodo famoso a bandeira da revolução. Talvez, se amanhã se provar que elles andaram mal, porque exhorbitaram das suas funcões, serão condemnados. Enão se verá esta coisa a que não andamos habituados: — no lado das letras de ferro com que o aplauso publico registou, no livro da historia, o seu feito heroico de 4 e 5 de outubro, ver-se-lão na mesma pagina, lirtas e severas como a justiça, as letras de ferro com que a lei castigou os desmandos desses patriotas illustres.

Diz-se e parece certo que o homem que foi morto no conflicto sangrento de Setúbal tinha, ao expirar, na mão enclavinada, uma pistola com que fizera fogo sobre a guarda republicana e parece que a sua chronica de velho desordeiro era de tal natureza, que até nas suas paginas figura o meedio dos Pagos do Concelho de Setúbal.

Não importa. perante o codigo republicano, era um homem com difficil vida, que ninguém regulamentar lhe podia tirar. Quem mais li a tiro ou ser julgado, para se saber que determinantes o levaram a proceder d'essa fórma.

A primeira vista parecerá que a consciencia publica vai ser choçada, se se der o caso de os tribunaes castigarem os soldados da guarda republicana pelo facto de prestarem sem vida huma creatura repugnante. Ver-se-ão esta coisa que é nova em Portugal: — os queridos herodes da Rotunda soffrendo incommodos por causa de um velho bandido. Sim, essa coisa, o darsé, será novo, mas será tambem salutar. Com ella se mostrará, claramente, que a vida humana é sempre respeitavel, ou ella seja a de um santo ou de um scolarão, e que só em casos estranhos e por legitima defesa se pôde tirar.

dições da historia chegariam para o castigar.

Dá-se porim o caso de que muitos que estão fazendo mal á republica são dos melhores republicanos, que ingenuamente se deixam explorar por agentes da monarchia.

Os operarios, a quem a republica tanto deve, são bons e são doces. Daí-se o porque resolvei como arbitro umas poucas de greves e pude avaliar do espirito de resignação e cordura d'esses bentameiros trabalhadores, em cuja alma candida é raro passar uma nuvem de revolta. É quando antes de hontem, na rua do Ouro, faltei a muitos d'elles para que deixassem passar um carro electrico, que estava bloqueado, bem vi que os operarios, verdadeiros e autenticos trabalhadores, sentindo-se alheados pelas minhas palavras de patriota, cederam do sentimento. Mas tambem reparei n'algumas caras lividas, que estavam no comcho, imprimindo-lhes uma nota de anarchia. Esses só a casto e raivosamente obedeceram ás palavras sensatas que lhes estava dirigindo. Eram velhos frequentadores de lairos suspensos, degerados representantes de antigos fadistas, escoria humana vinda do contacto lamacento das vielas, canalla de alguns, que andava a soldo dos agentes monarchicos, dos emissarios da reacção, dos perturbadores da paz social, em fim.

Tomemos conta d'este facto.

Os operarios, desorientados por proclamações incendiarias, lançaram-se num movimento irreflexivo e sem razão de ser, e poderam ver, a breve trecho, como a sua obra era prevenida pela intervenção d'esses miseraveis, que, em mais de uma parte, confirmam se arrigiram, prostraram em zehreiro a paga das suas fanalhas.

Ora isto, já o disse hontem, não é legitimo que continue. No interesse dos proprios operarios, cujas intenções não podem confundir a ser disvirtuadas o cujo miserio não pôde ser explorada para fins condemnaveis, isto tem de acontecer. A Republica, conservando-se calma e serena como a propria forma, tem de erguer o braço possante para metter n'esta desordem, que se quer acconciar, a disciplina methodica sem a qual não ha sociedade que viva.

Sou amigo dos operarios? Sou sinceramente amigo. D'elles espero que sahirá, num futuro breve, a maior parte d'essa força dominadora, que ha de nivelar, pela razza da justiça, a sociedade actual, dando origem a um mundo melhor. Mas por isso mesmo é que se torna preciso que os operarios, os trabalhadores de toda a ordem, os valiosos servidores da republica enfim, se affastem das conveniências deshonrosas o ponham de parte especuladores, que, a troço do soldo que lhes dão, trabalham conscientemente para que a reacção monarchica volte a humilhar a patria portuguesa.

Que se separem a tempo e com deliberação ousada. E que o façam quanto antes, porque o resto será partido, se houver preciso de o fazer.

Antonio José d'Almeida.

Echos

Dava deputada.

Madonnelle Anna Rogstad apresentou-se em Storching (Noruega) no decorrer da sessão de sábado ultimo, para occupar o logar do deputado Bævre.

Estão contentissimas as nozes dadas, apesar de não terem bem progredido, visto ainda precisarem de estudar mais

O artigo que desiludiu os trabalhadores

Fonte: Republica, n.º 66 de 22/03/1911, p. 1.

Acrescentou que apenas a justiça de um Conselho de Guerra poderia contrariar os registos dos feitos heroicos destes indivíduos no 5 de Outubro. No mesmo texto, acusou o jovem falecido nos acontecimentos de ter estado envolvido no incêndio dos Paços do Concelho de 1910, apelidando-o de “*velho agitador*”. Da sua leitura denota-se uma exposição digna de um tratado de como branquear os crimes perpetrados pela Guarda Republicana e uma leitura enviesada do relatório com manifesto interesse político.

Finalmente, a mera insinuação de que a República tinha de ser defendida deste tipo de paralisação laboral, por resultar da influência exercida por reacionários, foi um ataque sério à base social de apoio setubalense, que tinha suportado a revolução: as classes trabalhadoras. E este aspeto terá frustrado e, quem sabe, magoado homens e mulheres da cidade do Sado que tanto fizeram pelo republicanismo durante os derradeiros anos da Monarquia Constitucional. Terá sido na reunião entre Leonel Tavares de Melo e o Ministro do Interior que se terá chegado a acordo para a exoneração do primeiro.

Em consequência da pressão da opinião pública e, principalmente, da sugestão apontada no relatório produzido por José de Castro, o Governo Provisório retirou Leonel Tavares de Melo da administração do concelho de Setúbal no final de março.¹¹⁹ A comissão municipal republicana reuniu e enalteceu a índole e o sentido de justiça da figura. Nos bastidores da política local circulou o rumor de que um funcionário da C.M. de Lisboa, Martins Cardoso, iria assumir o cargo, ocupado interinamente por Joaquim Brandão que era, simultaneamente, vice-presidente do município sadino.¹²⁰

Os dilemas para encontrar um substituto duraram poucos dias, apesar do Governo Provisório ter sentido dificuldades pois que “*dos indigitados ou lembrados para exercer aquele cargo, todos se negam a aceitá-lo*”¹²¹. José Bonança acabou por ser a figura que assumiu as funções por volta de 10 de abril.¹²² Na capitania do porto de Setúbal também se assistiu a uma mudança no cargo de capitão, em 23 de março.¹²³

Administrador do Concelho

Por motivo dos acontecimentos havidos no dia 13 de Março e em virtude das conclusões apresentadas no relatório da sindicância a que, sobre os mesmos acontecimentos procedeu o Sr. Dr. José de Castro, e ainda com o fundamento de que a *opinião pública* o exigia (!) foi exonerado do cargo de administrador d'este concelho o Sr. Leonel de Melo.

As Comissões Paroquiais, reunidas em conjunto com a Com-

Artigo notificando a demissão de Leonel de Melo.

Fonte: República, n.º 60 de 01/04/1911, p. 2.

¹¹⁹ Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 150 de 01/04/1911, p. 2.

¹²⁰ “Administrador do Concelho” in *República*, n.º 60 de 01/04/1911, p. 2.

¹²¹ “Administrador do concelho” in *O Elmano*, n.º 1544 de 08/04/1911, p. 1.

¹²² ADSTB, AMS, Administração do Concelho de Setúbal, Copiadores de Correspondência Expedida para o Governador Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. n.º 1 (1910-1912), Ofício n.º 83 de 10/04/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Governador Civil de Lisboa.

¹²³ COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 217.

Os socialistas locais do *Trabalho* não perdoaram a infeliz denominação – “queridos heróis da Rotunda” – que o Ministro do Interior empregou para descrever os guardas republicanos envolvidos nos acontecimentos 13 de março. O trauma desta tragédia, juntamente com o sentimento de traição dos trabalhadores perante o novo regime, dificilmente iria desaparecer da memória coletiva do proletariado setubalense: “*nódoa de sangue caída na alva túnica da jovem República, mancha cujo cheiro repugnante nem todos os perfumes da Arábia poderão desinfetar*”¹²⁴.

Do ponto de vista político, aspeto que tem sido generalizado pela historiografia local setubalense, os assassinatos representaram o desacordo entre operariado e a República.¹²⁵ O historiador João Medina sintetiza o profundo impacto que os acontecimentos tiveram para regime republicano, que perdeu a base do seu bloco social de apoio nesta cidade: “*O divórcio irremediável e catastrófico nascera ali, de maneira tão flagrante e clara: com aqueles dois cadáveres de Setúbal desaparecia o entendimento entre duas classes que tinham trabalhado juntas para demolir o projecto edifício brigantino. A República ao disparar sobre os grevistas da Avenida Todí matava o mito da República social e emancipadora e arvorava na nova bandeira uma falsa cor vermelha que não lhe ia bem.*”¹²⁶

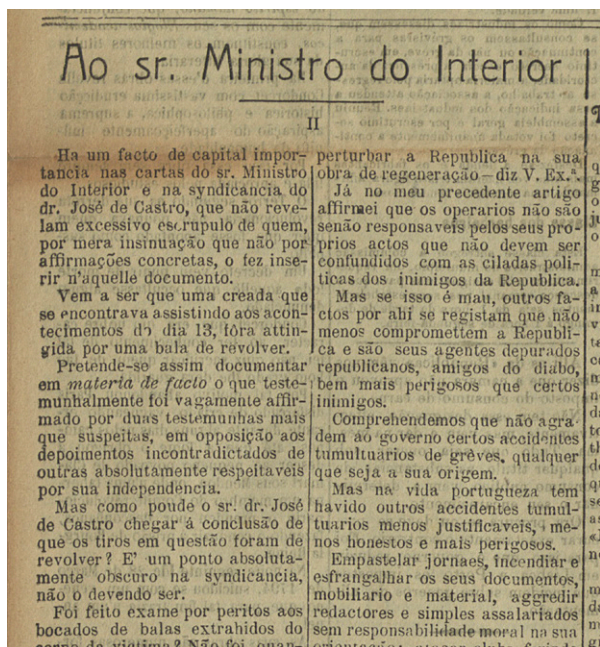
A partir do título de um artigo publicado por Joaquim Martins dos Santos, “Ao sr. Ministro do Interior – II”, editado na publicação de 1 de abril de 1911 do *Germinal*, depreende-se que se trata da continuação de um texto anterior. É uma clara resposta ao longo texto publicado por António José de Almeida no *República* e aos resultados presentes no relatório de José de Castro. Em primeiro lugar, questionou: “*Mas como pôde o sr. dr. José de Castro chegar à conclusão de que os tiros em questão foram de revólver? É um ponto absolutamente obscuro na sindicância*”¹²⁷. O libertário denunciou que não foram efetuados exames de peritagem às balas extraídas dos corpos das vítimas e que era falso que os médicos responsáveis pelas autópsias tivessem dito que os projéteis fossem provenientes de um revólver. Uma avaliação balística diria que tinham sido provenientes de espingardas portuguesas *Kropatschek*.

¹²⁴ Casério (pseudónimo), “Actualidades” in *O Trabalho*, n.º 503 de 02/04/1911, p.1.

¹²⁵ ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana - Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura Operariado-República em 1911*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2011.

¹²⁶ MEDINA, João, “Prefácio - Setúbal e o drama da 1.ª República” in *Greves, Sindicalismo - Setúbal (1910-1913)*, org: QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia Almada, Assembleia Distrital de Setúbal, Lisboa, 1981, p. 16.

¹²⁷ SANTOS, Joaquim Martins dos, “Ao sr. Ministro do Interior – II” in *Germinal*, n.º 357 de 01/04/1911, p. 1.



Excerto do artigo de resposta de Joaquim Martins dos Santos ao Ministro do Interior.

Fonte: *Germinal*, n.º 357 de 01/04/1911, p. 1.

Num segundo momento, no que concerne à jovem criada que ficou ferida quando se dirigiu à janela da residência onde prestava serviço, a alegação de que resultara de tiros de revólver tinham um único propósito: *“O fim manifesto, claro, palpável desta afirmação infundamentada é insinuar que os grevistas fizeram fogo contra a tropa, o que é inteiramente falso”*¹²⁸.

Mais do que respostas concretas, a sindicância revelou-se plena de questões que ficam por responder: Como morreram concretamente António Mendes e Mariana do Carmo Torres? Uma análise balística não teria sido decisiva para os julgamentos? Qual foi a razão para os guardas não terem seguido as normas regulamentares, fazendo fogo sem ordem superior? Com que motivo não se deu voz aos industriais conserveiros diretamente envolvidos? Apenas as leituras dos autos resultantes das entrevistas de José de Castro permitiriam uma aproximação.

¹²⁸ *Ibidem*.

Peça de teatro *Mulheres de Sal*, aludindo ao momento da morte de António Mendes. (21/03/2025)

Fonte: José Luís Costa / C.M. de Setúbal.

Nota: A peça foi produzida e encenada por técnicos do município de Setúbal através do programa 'Somos CMS', tendo sido apresentada no Museu do Trabalho Michel Giacometti.



7. QUEM ERAM AS VÍTIMAS?

7.1. MARIANA DO CARMO TORRES

“Sabe-se muito pouco sobre esta operária conserveira; não se sabe onde nasceu, havendo também dúvidas em relação ao seu nome próprio (Ana Torres, Maria das Dores, Maria do Carmo, Mariana Torres?), mas as opiniões penderam para o nome de Mariana Torres e é assim que hoje é conhecida.”¹²⁹

Foram, conforme explicitado de início, afirmações como esta que estimularam esta investigação. Mesmo entre os primeiros trabalhos de natureza historiográfica dedicados ao anarquismo surgiram dúvidas quanto ao nome próprio desta mulher. Edgar Rodrigues, por exemplo, chamou-lhe Margarida do Carmo.¹³⁰ O esforço de pesquisa empregado ao longo de vários meses permitiu responder a algumas destas dúvidas.

Mariana do Carmo Torres nasceu às 19h00 de 11 de fevereiro de 1865, filha legítima de José Torres, trabalhador, e de Teresa de Jesus. Os pais eram naturais e residentes na freguesia de Lagoa (da vila com o mesmo nome) situada na região do Algarve. Era neta paterna de José de Sequeira e de Maria José Torres e neta materna de José dos Santos Brito e de Maria Jacinta. Foi batizada

¹²⁹ VILAR, Anita, *Panorama de uma História Local no feminino*, CEB, Setúbal, 2013, pp. 198-199.

¹³⁰ RODRIGUES, Edgar, *O despertar operário em Portugal, 1834-1911*, Editora Sementeira, Lisboa, 1980, pp. 156-157.

N.º 53 Em vinte e seis dias do mes de Fevereiro do
anno de mil e oito centos sessenta e cinco, na
Cidade de Lages da Villa de S. Antonio da Lages

da Villa de Lages da mesma Villa, Joaze de
Algarve, Juoz Pires e Nio Laurito, Pais de Maria, Prio collado
da mesma Freguesia, baptisou solemnemente em nome
do deo e so. Jejunio, a quem dai e nome de Mariaanna,
e que nasceu nesta Freguesia do dito chorao da noite de
Mariaanna onze de corrente mes, e anno. filha legitima e primogênita
de nome de Joze Pires, Bartholomeu, e Theresia de Jesus, patri-
naes, e madaes, e parochianos desta Freguesia, e madaes, na
sua de São Joze; nesta parte da de Joze e de Theresia e de Maria
Joze Pires, e madaes de Joze do Santo. ~~Pietro~~ digo, Pietro,
ella sua parenta. Sua padrinha Joze Pentes, carado, e proprie-
tario, e madaes de sua filha Maria Luiza, solteira,
madaes desta Villa, na sua do Mathias, e g. uac. do do
seu de seu e proprie. E para constar, lavrei em dupli-
cado este acta, que, depois de se lido e conferido peran-
te os padrinhos, comigo o meu allig. non elle, por sua da
de seu de seu. E para constar

Madrinha e Maria Eufemia
Prio Nicolau do Prio Lages

<Registo de Batismo n.º 53 de 26/02/1865 de Mariana do Carmo Torres.

Fonte: Arquivo Distrital de Faro, Paróquia de Nossa Senhora da Luz da Vila de Lagoa, Registo de Batismos, Livro de Registo de Batismo n.º 27 (1865), fl. 16-16v. **Transcrição:** “N.º 53 – Aos vinte seis dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos sessenta e cinco, nesta sagrada Igreja de Nossa Senhora da Luz da vila de Lagoa, concelho da mesma vila, diocese do Algarve, eu, o presbítero Nicolau dos Reis Lima, prior (?) da mesma freguesia, batizei solenemente indivíduo do sexo feminino a quem dei o nome de Mariana e que nasceu nesta freguesia às sete horas da noite de onze do corrente mês, como filha legítima, primeira de nome, de José Torres, trabalhador, e Teresa de Jesus, naturais, recebidos e (?) desta freguesia, moradores na rua de São João; neta paterna de José de Sequeira e Maria José Torres; e materna de José dos Santos (?), digo Brito e Maria Jacinta. Foi padrinho José Bentes, casado, proprietário, e madrinha sua filha Maria Eufémia, solteira, moradores nesta vila na Rua do (?), os quais, todos sei serem os próprios e para constar, lavrei em duplicado este assento que, depois de ser lido e conferido perante os padrinhos, comigo e não assinou ele, pois não sabe escrever.”

na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz, no dia 26 de fevereiro seguinte, pelo presbítero Nicolau dos Reis Lima, tendo como padrinhos José Bentes (proprietário) e Maria Eufémia. A família residia, à época, na Rua de São João na mesma localidade.¹³¹

Ao que foi possível apurar, Mariana do Carmo Torres teve, pelo menos, dois irmãos mais velhos: Isabel Torres e António Torres. A irmã Isabel nasceu às 11h00 de 26 de janeiro de 1860 e foi batizada no dia 13 de fevereiro na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz.¹³² Por seu turno, o irmão António nasceu em 16 de março de 1862 e foi batizado no dia 2 de abril seguinte no mesmo local. O núcleo familiar habitava na Rua Nova da freguesia (e município) de Lagoa.¹³³

Mariana do Carmo Torres – por não saber escrever – não se encontra no grupo de 34 mulheres que assinaram as propostas de estatutos da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe com sede em Setúbal, organismo fundado em dezembro de 1910. Em ambos os textos, de acordo com o sociólogo Paulo Marques, observam-se as assinaturas das trabalhadoras Vitória de Oliveira, Olímpia Bento, Maria do Rosário, Maria da Saúde Maldonado, Sofia da Visitação, Carolina Batista, Deolinda Alves, Maria da Cruz e Maria Cândida. Contudo, Mariana do Carmo Torres é tida como sendo simpatizante dos ideais libertários através da investigação associada ao Projeto MOSCA (Movimento Social Crítico e Alternativo - Memória e Referências).¹³⁴

Este último aspeto deverá ter resultado das memórias deixadas pelo libertário setubalense Jorge Quaresma. De acordo com o seu testemunho – ainda que fosse uma criança à data de 1911 – Mariana do Carmo Torres era uma das delegadas da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Setúbal, tendo incitado as suas companheiras para o movimento laboral.¹³⁵ Sugere, aliás, que foi uma das mulheres que incentivou a mobilização de outras operárias contra as brutalidades pratica-

¹³¹ Arquivo Distrital de Faro, Paróquia de Nossa Senhora da Luz da Vila de Lagoa, Registo de Batismos, Livro de Registo de Batismo n.º 27 (1865), Registo de Batismo n.º 53 de 26/02/1865 de Mariana do Carmo Torres, fl. 16-16v.

¹³² *Idem*, Livro de Registo de Batismo n.º 22 (1860), Registo de Batismo n.º 37 de Isabel Torres de 13/02/1860, fls. 18-18v.

¹³³ *Idem*, Livro de Registo de Batismo n.º 24 (1862), Registo de Batismo n.º 66 de António Torres de 02/04/1862, fl. 29.

¹³⁴ ALVES, Paulo Marques, “Sindicalismo, sexismo, separatismo: a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal” in *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, org: TEIXEIRA, Cátia, IHC-NOVA/FCSH, Lisboa, 2018, pp. 163-176.

¹³⁵ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N61 – Arquivo Histórico-Social, Núcleo Jorge Quaresma, Cx. 33, Manuscrito 2832 “Biografias de vários militantes”.



**Igreja de Nossa Senhora da Luz
de Lagoa onde Mariana Torres
foi batizada. (2020)**

Fonte: Internet. Acesso livre.
Fotografia de Paulo Garcia
Martins.

A mulher de 46 anos foi conduzida, ainda com vida, ao Hospital do Espírito Santo, no antigo convento de Jesus, tendo permanecido na cama n.º 17 da enfermaria Santa Isabel. Apresentava ferimentos no ombro esquerdo e omoplata direita, que foram provocadas pelos disparos da Guarda Republicana. A autópsia indicou que a causa da morte foi provocada por “*tiro de bala, tendo esta entrado pelo deltoide esquerdo, atravessou os vértices pulmonares, o esófago e foi sair à região superclavicular direita*”¹⁴⁰.

Porém, tal como António Mendes, os periódicos divergiram e apresentaram diferentes versões sobre a causa dos ferimentos. *O Mundo* informou o público que Mariana do Carmo Torres faleceu em resultado de uma coronhada e que tinha agredido uma praça, com certa gravidade, com uma pedrada. *O Século*, por seu turno, garantiu que a operária perdeu a vida poucos minutos depois de ter sido alvo de um tiro.

Segundo os dados recolhidos a partir do livro de registo de inumações do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, Mariana do Carmo Torres faleceu pelas 12h00 do dia 14 de março – pouco menos de vinte e quatro horas após os confrontos entre os grevistas e a Guarda Republicana – vitimada por “*ferimento por arma de fogo*”¹⁴¹. O seu cadáver deu entrada no cemitério no dia 15, pelas 2h15 da madrugada, sendo sepultada quinze minutos depois na campa 199 do quadro 7.¹⁴² Esta fonte, apesar de confirmar o matrimónio com Manuel Fernandes, levantou – durante a investigação – dúvidas sobre o seu nome, os dos pais e o local de nascimento. Os dois últimos ignoravam-se e o nome da vítima surge como “M.^a do Carmo Torres”.

Os jornais mencionados também contribuíram para esta questão. Se *O Século*, o *Diário de Notícias* e *A Luta* a denominam como “Maria do Carmo Torres”, *O Mundo* apelidou a vítima de “Ana Torres” e “Ana das Dores”. O jornal *República*, quando abordou as causas dos falecimentos escreveu o seguinte: “*Ana Dores foi prostrada por um projétil que lhe atravessou o deltoide esquerdo e veio a sair pelo deltoide direito*”¹⁴³. No contexto local, *A Mocidade* foi dos raros casos que identificou as vítimas: Maria do Carmo Torres e António Mendes Verruga.¹⁴⁴

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ Arquivo Municipal de Setúbal, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Serviços Urbanos, Cemitérios, Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, Inumações/Óbitos, Livro de registo de pessoas que foram sepultadas referente ao período de 31/12/1905 a 24/05/1924, fl. 193.

¹⁴² Atualmente não se encontra sepultada junto à campa de António Mendes. As campas em seu redor são de outras pessoas.

¹⁴³ “O movimento grevista em Lisboa e em Setúbal” in *República*, n.º 59 de 15/03/1911, p. 1.



Visita da imagem de Nossa Senhora de Fátima a uma das alas femininas do Hospital da Misericórdia (15/11/1953).

Fonte: Coleção Américo Ribeiro | Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. AR9301_02.

Nota: Não existem certezas de que esta seja a ala 'Santa Isabel', mas ilustra o espaço onde Mariana Torres faleceu.

As incertezas cresceram com a cópia do ofício remetido pelo administrador do concelho de Setúbal, Leonel Tavares de Melo, para o juiz da Comarca de Setúbal na noite de 13 de março: *"Em consequência dos tumultos dados ontem nesta cidade ficam à disposição de V. Exa. no hospital civil desta cidade os cadáveres de António Mendes e Maria do Carmo Torres"*¹⁴⁵.

Como seria possível que a autoridade competente e com a tutela da segurança pública se equivocasse no nome? E como poderia colocar à disposição um cadáver, quando a operária apenas faleceu no dia seguinte? Será mais um exemplo do desprezo para com a vida de uma mera operária analfabeta? Ou apenas se tratou de um erro?

As dúvidas terminaram através do registo de batismo apresentado anteriormente. Mas como se chegou até este documento, principalmente quando se desconhecia a data de nascimento, o local de nascimento, o nome verdadeiro e quem foram os seus pais? Em 1912, José Carlos Rates numa tentativa de galvanizar as hostes operárias, descreveu a forma como Ma-

¹⁴⁴ "Mês fatídico" in *A Mocidade*, n.º 149 de 15/03/1911, p. 1.

¹⁴⁵ ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Administração do Concelho de Setúbal, cx. 1290, Livro n.º 1 ('Interior' - 2.ª Secção), Ofício n.º 192 de 13/03/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Juiz de Direito da Comarca de Setúbal.

N.º 192

13 L.R. Em consequencia do tumulto suscitado
houve nesta cidade ficar a
doença de Plu no hospital civil desta
cidade e o atavies de Helena Mendes
& Maria do Carmo Torres. S.F. Setúbal
13-8-911. A L.ª J.ª de Direito nesta
comarca o Hon.ª do cons. L.ª do Bello.

riana do Carmo Torres perdeu a vida: “foi atravessada por uma bala em pleno peito, deixando, creio, três crianças, chorando a orfandade”¹⁴⁶. Deixou, na verdade, quatro filhos órfãos.

No decurso da minha investigação doutoral, particularmente nos manuscritos libertários memorialísticos de Jorge Quaresma, deparei-me com a afirmação de que Mariana do Carmo Torres era mãe do anarquista Luís Gonzaga, do Barreiro. Em 2024, no âmbito do VIII Congresso de História Local: Conceitos, Práticas e Desafios na Contemporaneidade, que teve lugar em novembro, na Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão, tive a oportunidade de partilhar um painel com o jovem investigador Guilherme Costa Sequeira. Este apresentou a comunicação “A Cooperativa Operária Barreirense ‘Os Corticeiros’ e o seu papel na questão das subsistências do operariado corticeiro barreirense”. No decurso da apresentação, entre as dezenas de fichas de sócios que poderia ter exposto no seu PowerPoint, colocou – sem ter perceção de quem era – o registo de Luís Gonzaga. Com grande surpresa e alegria observei a filiação e lá estava: Mariana do Carmo Torres. Abriam-se novas janelas de investigação.

Luís Gonzaga nasceu no lugar da Cova da Onça, na freguesia de São Sebastião, em Setúbal, pelas 2h30 da manhã de 5 de setembro de 1905, filho de pai incógnito e de Mariana do Carmo Torres. Foi batizado em 13 de outubro seguinte. Era neto materno de José Torres e de Teresa de Jesus e teve como padrinhos Cosme José, trabalhador, viúvo e residente igualmente na zona da Cova da Onça, e Maria Gertrudes, solteira, doméstica, moradora na Rua Parreira. Nem mãe, nem os padrinhos assinaram por não saberem escrever.

Cópia do ofício remetido por Leonel Tavares de Melo para o juiz da comarca de Setúbal

Fonte: ADSTB, Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal, Administração do Concelho de Setúbal, cx. 1290, Livro n.º 1 (‘Interior’ – 2.ª Secção), Ofício n.º 192 de 13/03/1911 enviado pelo Administrador do Concelho de Setúbal para o Juiz de Direito da Comarca de Setúbal.

¹⁴⁶ RATES, José Carlos, “13 de Março” in *Germinal*, II série, n.º 27 de 16/03/1912, p. 1.

Sobre a origem do nome de Luís Gonzaga, ainda que se entre numa lógica de pura especulação, poderá ter resultado da ligação com o pároco que o batizou, Luís Gonzaga Gouveia Leite?¹⁴⁷ Ou – num quadro da repressão sexual que se vivia no universo fabril conserveiro – estará associado a um dos proprietários da empresa onde a mãe exercia funções quando foi morta (*Gonzaga, Vaqueiro & C.*)?¹⁴⁸

A partir da sua ficha de funcionário na Sociedade Cooperativa Operária Barreirense “Os Corticeiros” – que teve a oportunidade de consultar – compreende-se que exercia funções como caixeiro de padaria, estando, simultaneamente, sujeito à integração corporativa como sócio n.º 164 do Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação.

Casou com Iselina da Conceição dos Santos, no Barreiro, em 9 de setembro de 1928, demonstrando que terá passado boa parte da sua vida naquele território de forte pendor industrial.¹⁴⁹ Residia, em 1961, a uma curtíssima distância da sede da cooperativa, no 2.º andar do número 3 da Travessa da Figueira, no Barreiro.

Provavelmente alimentado por uma revolta que o acompanhou ao longo da sua existência – em virtude da forma como perdeu a mãe – ou inspirado pelas alegadas proximidades ideológicas da progenitora para com o anarquismo, Luís Gonzaga era libertário e manteve-se em contacto com os sindicalistas revolucionários setubalenses.

Esta afirmação assenta, por um lado, nas memórias manuscritas do anarquista sadino Jorge Artur Quaresma, que legou um importantíssimo espólio para a reconstrução da memória libertária de Setúbal.¹⁵⁰

De acordo com filho do célebre barbeiro acrata, José Artur Quaresma, “*Mariana do Carmo Torres (...) era mãe do nosso bom camarada Luís Gonzaga, do Barreiro, que tem sido um elemento ativo na Cooperativa do Barreiro durante, talvez, mais de 20 anos e, nas nossas ideias, tem sido persistente idealista desde muito novo*”¹⁵¹.

¹⁴⁷ ADSTB, Fundo da Paróquia de São Sebastião, Registo de Batismos, Livro de Registo de Batismos n.º 109 (01/01/1905 a 12/11/1905), Registo de batismo n.º 225 de 13/10/1905 de Luís Gonzaga, fl. 114.

¹⁴⁸ “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

¹⁴⁹ ADSTB, Fundo da Paróquia de São Sebastião, Registo de Batismos, Livro de Registo de Batismos n.º 109 (01/01/1905 a 12/11/1905), fl. 114. Conferir averbamentos.

¹⁵⁰ CAMPOS, Ana da Silva, “*Para lutar é preciso ser instruído*” – *A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal – da 1.ª República ao advento do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2018, pp. 33-38.

¹⁵¹ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N61 – Arquivo Histórico-Social, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 33, Manuscrito não numerado “O que eu vi, ouvi e participei até 19 de agosto de 1935...”, fls. 6-7.

Construções abarracadas, no lugar da Cova da Onça, com o hospital de São Bernardo ao fundo.

Fonte: Arquivo Municipal de Setúbal. PT/AMSTB/CMSTB/O-B/0002/43.

Baseado em: AMORIM, Vanessa; PINHO, Jaime; LOPES, Alberto; ANTUNES, Lia, *Outro Mundo no mesmo Lugar – A cidade das barracas*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2024, pp. 82-83.



REGISTO DO N.º 1 (Rúbrica)

OME *Luís Gonzaga*

ORADA *Travessa da Figueira, 3.º 2.º - Barreiro*

MITIDO EM DE DE 19

ECÇÃO ONDE PRESTA SERVIÇO *Padaria*

Nascido em *5.10.1905*, Estado *casado*, com *Isabelina da Conceição dos Santos*

Natural de *Setúbal* Freguesia de *S. Sebastião* Concelho de *Setúbal*

lho de *pai não conhecido* e de *Mariano de Carano Torres*

ção n.º *154* do Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria de Panificação

arteira profissional n.º *4* Guia n.º Bilhete de Identidade n.º *546.987 - B*

o Arquivo de Identificação de *Lisboa* Beneficiário n.º *30602* da Caixa Sindical de Previdência

do Pessoal das Indústrias de Panificação, Açúcar e Massas Alimentares GRUPO SANGUÍNEO

abilidades

osas onde esteve empregado:

rmas: Sedes:

CATEGORIA *Caixeiro de Padaria* SALÁRIO OU ORDENADO *1.510 \$ 00*

mente numa cooperativa e, inclusive, ter integrado a direção da Sociedade Cooperativa Operária Barreirense “Os Corticeiros”, como tesoureiro, em 1959.¹⁵³

¹⁵³ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N61 – Arquivo Histórico-Social, Secção de Áudio, Cx. 122, Cassete n.º 17 – Entrevista de João Freire a José Bernardo (1981), Lado A, minutos 34-37.

Mariana - se Mariana do Carmo e era
mãe do possor. Bem ganhadora Luís Gon-
zaga do Barreiro, que emido um elemento
activo na Cooperativa do Barreiro
durante talvez mais de 20 annos, e nas
nossas ideias tem sido persistente idealis-
ta desde muito novo. A Associação
das Mulheres de Fabrica de Conserveas
mas sei porque, nao seguiu, o presen-
te da Associação do Trabalhadores
das F. de Conserveas de Setúbal.

O sociólogo mencionado teve a oportunidade, de igual modo, de entrevistar – na sua pesquisa doutoral – Luís Gonzaga numa mesa-redonda juntamente com Barnabé Fernandes, Jacob Figueiredo e José Firmino, velhos anarquistas da região do Barreiro. Apesar de terem sido escutadas mais de três horas de entrevista, onde é possível ouvir o setubalense a abordar questões internas do funcionamento da cooperativa onde era cooperante, não existem referências à mãe ou ao 13 de março de 1911. Infelizmente, parte do lado B da cassette 28 - relativa à fase final da entrevista - está danificada, não sendo possível aceder.¹⁵⁴

Em junho de 1968, Luís Gonzaga solicitou a concessão de um passaporte junto do Governo Civil de Setúbal que lhe permitisse viajar a Espanha. O despacho manuscrito do agente da PIDE indica que não constava que o filho de Mariana do Carmo Torres pretendesse emigrar.¹⁵⁵

Uma mulher de nome Marieta Rodrigues do Espírito Santo, em 19 de março de 1966, solicitou um certificado coletivo de identidade e viagem à PIDE para que Luís Gonzaga e Iselina da Conceição dos Santos (a esposa), os seus vizinhos (José Cordeiro da Silva, João Fernandes Fantasia e Ricardina Tavares) e outros amigos (Joana de Jesus Neves, Adelino Rodrigues Alves, José Barata Mateus e Gisela Branca da Assunção) fossem até Espanha.

Através destes documentos acede-se à fotografia da companheira de vida do filho de Mariana do Carmo Torres, to-

Excerto do manuscrito de Jorge Quaresma (início da década de 1970)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N61 – Arquivo Histórico-Social, Núcleo Jorge Quaresma, Caixa 33, Manuscrito não numerado “O que eu vi, ouvi e participei até 19 de agosto de 1935...”, fls. 6-7.

<< Ficha de trabalhador de Luís Gonzaga, filho de Mariana do Carmo Torres. (1961)

Fonte: Arquivo Histórico da Sociedade Cooperativa Operária Barreirense “Os Corticeiros”, Livro de Registo dos Trabalhadores da Cooperativa, Registo n.º 1 de Luís Gonzaga. Baseado em: SEQUEIRA, Guilherme Costa, “A Cooperativa Operária Barreirense ‘Os Corticeiros’ e o seu papel na questão das subsistências do operariado corticeiro barreirense” in VIII Congresso de História Local: Conceitos, Práticas e Desafios na Contemporaneidade, Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão, 15/11/2024.

¹⁵³ Arquivo Histórico da Sociedade Cooperativa Operária Barreirense “Os Corticeiros”, Pasta não identificada, Folheto “Lista dos Corpos Gerentes a eleger para o ano de 1959”.

¹⁵⁴ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio N61 – Arquivo Histórico-Social, Secção de Áudio, Cx. 122, Cassetes n.º 17 e n.º 18 – Entrevista de João Freire a Luís Gonzaga, Jacob Figueiredo, Barnabé Fernandes e José Firmino.

¹⁵⁵ ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Boletim n.º 607108 de Luís Gonzaga, NT 8476.

Fl. n.º 148

Relação dos indivíduos a quem se destina o

CERTIFICADO COLECTIVO DE IDENTIDADE E VIAGEM

requerido por Marieta Rodrigues do Espírito Santo titular do passaporte n.º _____
emitido pelo Governo Civil de _____

a) Espaço destinado ao número de ordem.	b) A preencher pela Polícia.	Nome <u>Luis Gonzaga</u>	a)	
		Filiação { Pai _____ Mãe <u>Mariana do Carmo Torres</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	
		Natural de <u>São Sebastião-Setubal</u>		
		Data do nascimento <u>5 / 9 / 1905</u> Estado <u>Casado</u>		
		Residência <u>Travessa da Figueira, n.º. 3 -2.º. Dt.º. -BARREIRO</u>		
		Profissão <u>Profissional da Industria de Panificação (Barreiro)</u>	b)	
		B. Identidade n.º <u>546987-B</u> emitido em <u>31 / 3 / 1955</u> no Arquivo de Identificação d e <u>Lisboa</u>	<i>ficha incompleta MUD - Setubal Lista 44</i>	
		Observações _____		<i>5/4/66</i>
a) Espaço destinado ao número de ordem.	b) A preencher pela Polícia.	Nome <u>Izelina da Conceição dos Santos</u>	a)	
		Filiação { Pai <u>Francisco dos Santos</u> Mãe <u>Margarida da Conceição</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	
		Natural de <u>Barreiro</u>		
		Data do nascimento <u>28 / 4 / 1906</u> Estado <u>Casada</u>		
		Residência <u>Travessa da Figueira n.º. 3-2.º. Dt.º. -BARREIRO</u>		
		Profissão <u>Doméstica</u>	b)	
		B. Identidade n.º <u>818466-B</u> emitido em <u>5 / 12 / 1956</u> no Arquivo de Identificação d e <u>Lisboa</u>		
		Observações <u>Casada com Luis Gonzaga</u>		

Certificado Coletivo de Identidade e Viagem onde constam Luís Gonzaga e Izelina da Conceição dos Santos (abril de 1966)

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 277/70 dos Serviços Reservados, NT 3785, Certificado Coletivo de Identidade e Viagem da PIDE solicitado por Marieta Rodrigues do Espírito Santos, em 19/03/1966, e emitido em abril seguinte.

mando-se conhecimento de que nasceu em 28 de abril de 1906, filha de Francisco dos Santos e de Margarida da Conceição, e que era doméstica. Não constava nenhuma informação sobre ela nos arquivos da PIDE. Relativamente a Luís Gonzaga, os serviços centrais da polícia política, de acordo com um pequeno texto manuscrito, indicavam "ficha incompleta MUD - Setúbal. Lista 44"¹⁵⁶. Pressupõe-se que o anarquista deu o seu apoio à organização política no quadro do segundo pós-guerra.

¹⁵⁶ ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 277/70 dos Serviços Reservados, NT 3785, Certificado Coletivo de Identidade e Viagem da PIDE solicitado por Marieta Rodrigues do Espírito Santo, em 19/03/1966, e emitido em abril seguinte.

O último dado que resultou da pesquisa interna no fundo da PIDE/DGS do Arquivo Nacional da Torre do Tombo em torno de “Luís Gonzaga” relaciona-se com um relatório elaborado pelo informador com o nome de código “Inácio”, de 6 de setembro de 1966, sobre o Ateneu de Coimbra, célebre organização antifascista. O grupo de teatro da coletividade iria, em breve, apresentar duas peças em Buarcos, local onde era costume serem bem recebidos. O informador da PIDE listou um grupo de cerca de duas dezenas de pessoas que eram os seus mais “diretos colaboradores”¹⁵⁷. Entre estes encontrava-se um Luís Gonzaga. Não existem, todavia, provas documentais de que se trate da mesma figura até pela distância geográfica em causa.

O filho de Mariana do Carmo Torres morreu na freguesia do Lumiar, em Lisboa, em 27 de janeiro de 1981.¹⁵⁸ Apesar do reforçado esforço de pesquisa para se encontrarem os registos de óbitos de António Mendes e de Mariana do Carmo Torres, estes, ao que tudo indica, não foram redigidos formalmente por algum motivo de natureza política. Nos registos das diferentes paróquias de Setúbal, que apenas deixaram de legalmente possuir esta competência em abril de 1911, não existe nenhum dado sobre as vítimas. Tendo em vista a possibilidade de serem agnósticos, consultaram-se os documentos produzidos pela administração do concelho para o mesmo período. Também não existem. Por fim, e tendo em vista a reforma republicana que forneceu esta e outras responsabilidades aos registos civis, o respetivo arquivo possui dados apenas a partir de abril. E não se encontraram referências até ao mês de julho.¹⁵⁹



Edifício onde residiu Luís Gonzaga, no Barreiro.

Fonte: Fotografia de Diogo Ferreira. (29/01/2025)



¹⁵⁷ ANTT, PIDE/DGS, Delegação de Coimbra, Processo n.º 36019, NT 4580, Cópia de informação de 06/09/1966 do informador “Inácio”.

¹⁵⁸ ADSTB, Fundo da Paróquia de São Sebastião, Registo de Batismos, Livro de Registo de Batismos n.º 109 (01/01/1905 a 12/11/1905), fl. 114. Conferir averbamentos.

¹⁵⁹ Arquivo Histórico da Conservatória Notarial do Registo Civil de Setúbal, 1.º Livro de Registo de Óbitos ocorridos no concelho de Setúbal (1911).

7.2. ANTÓNIO MENDES, O VERRUGA

No complexo exercício de contraposição e cruzamento de dados provenientes de diferentes fontes jornalísticas, tentar-se-á apresentar o maior número de informações recolhidas sobre um dos falecidos que esta investigação pretende homenagear. Infelizmente não foi possível encontrar o registo de batismo desta figura.

Fachada da antiga fábrica de conservas de Albert Rouillet.

Fonte: Autor desconhecido. Coleção Américo Ribeiro. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. PT/AFAMR/AMR-19167.



<O libertário Luís Gonzaga, filho de Mariana do Carmo Torres.

Fonte: BNP, Espólio N61 – Arquivo Histórico-Social, Secção de Fotografias, Cx. 117, Fotografia de Luís Gonzaga.

<Fotografia de Iselina da Conceição dos Santos, nora de Mariana do Carmo Torres.

Fonte: ANTT, PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo n.º 277/70 dos Serviços Reservados, NT 3785, Certificado Coletivo de Identidade e Viagem da PIDE solicitado por Marieta Rodrigues do Espírito Santos, em 19/03/1966, e emitido em abril seguinte.

De acordo com a longa reportagem d’*O Século*, António Mendes era um “*rapaz forte*” de 19 anos, solteiro e trabalhava na fábrica de conservas de peixe do industrial Rouillet. Residia com os pais, José Mendes, que era vendedor de cabritos, e Maria Guelha, na loja do n.º 11 da Rua Luís de Camões. O seu pai, muito provavelmente, deveria possuir alguma deficiência física, uma vez que foi descrito frequentemente com alcunha de *maneta*.¹⁶⁰ O jornal setubalense *A Mocidade*, por seu turno, declarou que José Mendes era conhecido como *Maneta dos Cabritos*, demonstrando que a alcunha era, simultaneamente, associada à sua debilidade física e à sua atividade económica.¹⁶¹

Da família de António Mendes foi possível apurar que tinha, ainda, um irmão e três irmãs: José Augusto Mendes, que acompanhava o progenitor no negócio; Alice, de 15 anos; Lúcia Mendes, casada e residente no n.º 28 do Largo de Santos-o-Novo na capital; Maria José Mendes, casada, e moradora no n.º 8 do Largo de Santa Luzia também em Lisboa.¹⁶²

¹⁶⁰ “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

¹⁶¹ “Mês fatídico” in *A Mocidade*, n.º 149 de 15/03/1911, p. 1.

¹⁶² “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

António Mendes, que era conhecido como *O Verruga*, era natural de Lisboa e, de acordo com o livro de registo de inumações do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, o seu cadáver deu entrada naquele espaço no dia 15 de março, pelas 01h30 da madrugada, sendo sepultado quinze minutos depois na campa 198 do quadro 7.¹⁶³

O mesmo periódico indica que, no dia em que faleceu, vestia de negro, tendo uma camisola de algodão azul-escura debaixo do seu casaco. Pouco depois de ter falecido foi-lhe apreendida uma pistola automática carregada e o seu cadáver recolheu à casa mortuária existente num dos ângulos do antigo convento de Jesus.¹⁶⁴



A casa mortuária (morgue) do Hospital do Espírito Santo.

Fonte: Coleção Américo Ribeiro. Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro. PT/AFAMR/AMR-12286POR.

Sobre a causa de morte do *moço*, *O Mundo* e o *Diário de Notícias* ter-se-ão baseado nas mesmas fontes em virtude de terem apresentado, ao mesmo tempo, versões semelhantes. O primeiro, que ora denominou a vítima de António Mendes, ora de António Verruga e lhe atribuiu uma idade entre os 21 e os 22 anos, declarou que o jovem foi morto quando “*pretendia disparar uma arma de fogo contra a força*”¹⁶⁵. Os rumores variaram entre ter sido morto por um tiro na garganta¹⁶⁶ ou por uma coronhada¹⁶⁷.

¹⁶³ Arquivo Municipal de Setúbal, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Serviços Urbanos, Cemitérios, Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, Inumações/Óbitos, Livro de registo de pessoas que foram sepultadas referente ao período de 31/12/1905 a 24/05/1924, fl. 193.

¹⁶⁴ “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

¹⁶⁵ “Os acontecimentos de Setúbal – Os acontecimentos segundo o correspondente do Mundo” in *O Mundo*, n.º 3724 de 14/03/1911, p. 1.

¹⁶⁶ “Os acontecimentos de Setúbal – A versão dos operários” in *O Mundo*, n.º 3724 de 14/03/1911, p. 1.

¹⁶⁷ “Luta de Classes – Os operários em greve” in *O Mundo*, n.º 3725 de 15/03/1911, p. 1.

A descrição de alguns dados pessoais sobre as vítimas mortais.

Fonte: *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

Os cadáveres

Foram recolhidos na casa mortuária, que se encontra installada n'um dos angulos do antigo convento de Jesus, Antonio Mendes, o *filho do maneta*, veste de negro, tendo debaixo do casaco uma camisola de algodão azul escuro. Era um rapaz forte, contando 49 annos e trabalhava na fabrica de conservas da firma Rouillé. Solteiro, vivia com seus paes José Mendes, vendedor de cabritos, e Maria Guelha, ambos moradores na rua Luiz de Camões, n.º 11, loja.

Antonio Mendes tem um outro irmão, que acompanha o pae no negocio, chamado José Augusto Mendes, e tres irmãs, uma de 15 annos, de nome Alice; outra chamada Lucia Mendes, casada, moradora em Lisboa, largo de Santos-o-Novo, 28, e a terceira Maria José Mendes, tambem casada e residente em Lisboa, no largo de Santa Luzia, 8.

A outra victima, Maria do Carmo Torres, de 42 annos, casada com Manuel Fernandes, corticeiro, morador no bairro da Trindade, deixa quatro filhos na orphanidade. Era operaria da fabrica de conservas Gonzaga, Vagueiro & C.ª Foi o marido quem reconheceu o cadaver no hospital, indo alli acompanhado do policia 29 e do sacristão Libanio Augusto.

No que diz respeito ao *Diário de Notícias* – que chegou a apelar o falecido de “António Maneta”, – no dia 14, informou o público de que constava que “*este individuo puxou por um revólver, que apontou ao soldado n.º 103, sendo morto pelas costas por outrem*”¹⁶⁸. No dia seguinte, na mesma edição, foi relatado que fora assassinado por uma coronhada e, logo depois, baseou-se nos dados transmitidos pela autópsia: “*a morte de António Verruga foi devida a tiro de bala, tendo esta entrado pelo deltoide direito, atravessando os vértices dos dois pulmões e a traqueia, saindo pelo deltoide esquerdo*”¹⁶⁹. O mesmo declarou o *República*: “*foi produzida por uma bala que entrou pelo deltoide direito, atravessando-lhe os pulmões e vindo a sair pelo deltoide esquerdo*”¹⁷⁰. Estas versões serão verdadeiras, tendo em conta que o documento relativo ao seu enterro refere que foi vitimado por “*ferimento por arma de fogo*”¹⁷¹.

No relatório da sindicância de José de Castro, ainda que não o seja admitido, poderá pressupor-se que é referenciado hipoteticamente quem foi o responsável pelo assassinato deste jovem: “*10.º - O 1.º sargento Santos, que não pertencia à escolta, apare-*

¹⁶⁸ “A greve de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

¹⁶⁹ “Os acontecimentos de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16284 de 15/03/1911, p. 2.

¹⁷⁰ “O movimento grevista em Lisboa e em Setúbal” in *República*, n.º 59 de 15/03/1911, p. 1.

¹⁷¹ Arquivo Municipal de Setúbal, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Serviços Urbanos, Cemitérios, Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, Inumações/Óbitos, Livro de registo de pessoas que foram sepultadas referente ao período de 31/12/1905 a 24/05/1924, fl. 193.

ceu no local do conflito armado de pistola automática, disparando com ela dois tiros na ocasião em que diz que o Verruga visava o 103 com uma pistola automática.”¹⁷² Toda a imprensa generalista descreveu que a morte ocorreu após a vítima ter apontado uma arma a uma praça da Guarda Republicana, logo o *timing* é extremamente próximo.

Após a sua morte, algumas polémicas foram levantadas por determinados cronistas e periódicos com vista ao branqueamento do crime perpetrado pelas forças de segurança. Uma delas relacionou-se com o Caso Calmon, escândalo de cariz religioso que levantou vários problemas no país em 1901. O *Diário de Notícias*, partindo de algum depoimento, publicou um artigo onde acusou António Mendes de se ter tornado célebre “no conflito por ocasião da questão Calmon, naquela cidade [Setúbal], e era tido como um homem valente”¹⁷³. Este ponto é bem ilustrativo da lógica de contrainformação existente nos principais periódicos: António Mendes, se faleceu com 19 anos, teria cerca de nove anos aquando do episódio mencionado. Poderia existir alguma confusão com o pai ou um tio paterno, mas o que é factual é que nenhum Mendes se encontra na listagem de detidos pela polícia local quando ocorreu a manifestação popular à beira do Sado.¹⁷⁴

Conforme já foi enunciado, António José de Almeida – então Ministro do Interior – foi o responsável por um artigo no seu jornal *República* que incendiou o operariado setubalense. Acusou o jovem morto, que nomeou de “António Berruga”, de ter disparado um tiro de revólver, que falhou o alvo, antes de ter sido atingido mortalmente.¹⁷⁵ Mais grave, fez questão de enaltecer que o jovem operário conserveiro seria um “velho bandido”, contando no seu historial criminal o facto de ter posto fogo aos Paços do Concelho: “Diz-se, e parece certo, que o homem que foi morto no conflito sangrento de Setúbal tinha, ao expirar, na mão enclavinhada, uma pistola com que fizera fogo sobre a Guarda Republicana e parece que a sua crónica de velho desordeiro era de tal natureza que até nas suas páginas figura o incêndio dos Paços do Concelho de Setúbal”¹⁷⁶.

Parante isto, o diretor do *Germinal* – Joaquim Martins dos Santos – produziu dois textos de resposta ao ministro. Infe-

¹⁷² “Os acontecimentos de Setúbal – Relatório do sr. dr. José de Castro” in *A Luta*, n.º 1889 de 22/03/1911, p. 2.

¹⁷³ “A greve de Setúbal” in *Diário de Notícias*, n.º 16283 de 14/03/1911, p. 2.

¹⁷⁴ “Tumultos” in *O Comércio de Setúbal*, n.º 51 de 09/04/1901, p. 1.

¹⁷⁵ “A greve em Setúbal” in *República*, n.º 58 de 14/03/1911, p. 1.

¹⁷⁶ ALMEIDA, António José de, “Caminho direito” in *República*, n.º 66 de 22/03/1911, p. 1.

O nosso dedicado correligionário e prestado assignante Alfredo Ferreira, pede-nos a publicação do seguinte:

Sr. director do semanario a «Republica»

Escrevo-lhe esta afim de esclarecer uns factos occorridos na celebre noite de 4 de outubro e que foram deturpados no editorial do ultimo numero d'«O Germinal».

Affirma o sr. Martins dos Santos, que o grévista morto na tarde de 13 de março, não fôra um dos incendiarios da Camara Municipal na noite da Revolução e empraza uma testemunha a confirmar o contrario.

Eu sou uma das pessoas que o vi á frente dos arruaceiros que lançaram fogo ao edificio dos Paços Municipaes, que não eram republicanos, como «O Germinal» pretende insinuar, mas sim anarquistas acaudilhados por Martins dos Santos, que na occasião em que via o triumpho do novo regimen, ainda incerto, se safou para casa do sr. José da Rocha, onde esteve até manhã alta do dia seguinte.

Diz ainda o sr. Martins dos Santos, que ninguém sabe que fôra o mesmo grévista, quem agredira o official que commandava a força; sei eu porque vi, porque estava perto d'elle, que me pediu para não dizer nada, o que faria se elle hoje ainda fosse vivo.

O que acima digo posso provar, e, se o sr. Martins dos Santos o duvida, não trepidarei em fazer-lho onde s. ex.^a quizer.

Pedindo a publicação d'estas linhas se confessa immensamente grato

Alfredo Ferreira dos Santos.

A carta que acusou António Mendes de ter incendiado os Paços do Concelho.

Fonte: *Republica*, n.º 60 de 01/04/1911, p. 3.

lizmente, um deles (o primeiro) não foi encontrado em nenhuma coleção existente deste jornal conforme já se repetiu. Não obstante, uma carta de um leitor dirigida ao porta-voz da imprensa local do Partido Republicano Português, permite subentender alguns dos aspetos que ali estariam presentes, designadamente a defesa de António Mendes quanto à acusação de ter participado no incêndio de 4 para 5 de outubro e de que não se sabia exatamente quem tinha agredido um dos guardas em serviço no edificio.

Militante republicano, Alfredo Ferreira dos Santos desmentiu os conteúdos publicados por Martins dos Santos em torno do que sucedeu na cidade durante a revolução. Este indivíduo, de forma absolutamente convicta, afirmou que António Mendes foi um dos revolucionários que provocou o incêndio dos Paços do Concelho: *“Eu sou uma das pessoas que o viu à frente dos arruaceiros que lançaram fogo ao edificio dos Paços Municipais, que não eram republicanos, como O Germinal pretende insinuar, mas sim anarquistas acaudilhados por Martins dos Santos”*¹⁷⁷. De igual modo, denunciou que foi o mesmo António Mendes que agrediu o official da força pública presente no edificio: *“Sei eu porque vi, porque estava perto dele, que me pediu para não dizer nada, o que faria se ele hoje ainda fosse vivo”*¹⁷⁸. Alfredo Ferreira dos Santos estava disposto a repetir estas declarações onde fosse necessário.

A resposta do acrata, mais do que incidir sobre António Mendes, procurou escurar-se das acusações de que, durante a revolução, estivera escondido na residência do republicano José da Rocha. Antes de negar todas as críticas, começou por colocar em causa a *craveira moral* do autor do texto. Teria sido aconselhado a nem responder, por não valer a pena, mas recebeu cartas de republicanos de diversos quadrantes (Arronches Junqueiro, Luís Lopes da Silveira e José da Rocha) a testemunharem que não tinha liderado a multidão que invadiu as instalações dos Paços do Concelho ou que se tivesse refugiado oportunisticamente durante a revolução.

Sobre os factos imputados a António Mendes, Joaquim Martins dos Santos realçou que Alfredo Ferreira dos Santos já difundira diferentes versões sobre o/os autor/autores do incêndio. Numa papelaria da cidade teria dito que o fogo à esquadra tinha sido posto por garotos: *“Logo que começou a circular o boato*

¹⁷⁷ Carta assinada por Alfredo Ferreira dos Santos in *Republica*, n.º 60 de 01/04/1911, p. 3. Para evitar confusão, este periódico era local. Não confundir com o nacional citado na nota anterior.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

de que o ‘Verruga’ fora o autor dos incêndios, o autor da carta em questão declarou que não fora ele, atribuindo as responsabilidades a pessoa que se encontra em Lisboa. Isto mesmo declarou a um grupo onde se encontravam funcionários municipais (...) Tão depressa foi a A, como B, tão depressa os factos se passaram de um modo, como logo de outro”¹⁷⁹.

O único aspeto biográfico que se retira desta polémica diz respeito ao facto de António Mendes ter participado ativamente na revolução de 4 para 5 de Outubro de 1910, em Setúbal. Pelo menos como membro integrante da multidão que se concentrou diante dos Paços do Concelho.

Os socialistas d’O Trabalho criticaram o artigo de António José de Almeida e, também, colocam a dúvida sobre a culpabilidade de António Mendes: “O ‘velho bandido’, aliás homem novo, era o morto que, na sua crónica de antigo desordeiro, até parece que tinha numa das páginas o incêndio dos Paços do Concelho! Não sabemos se será assim, se não será”¹⁸⁰. O mesmo jornal socialista colocou o dedo na ferida sobre as diferenças de posição que os republicanos possuíam antes e depois da Monarquia Constitucional: “Aquele rapaz atrevido, que se diz ter, ao expirar, na mão enclavinhada, uma pistola com que fizeram fogo sobre os guardas e defensores do patronato, que ele julgava oposto aos seus interesses, esse mesmo rapaz não seria um autêntico herói, hoje mais ou menos querido, se tivesse lutado contra a monarquia para livrar a Pátria das oligarquias devoristas, como outrora se dizia nos comícios?”¹⁸¹

Numa lógica de memória reconstruída e tendencialmente com fins políticos, José Carlos Rates – que já se encontrava preso ao fim da manhã de 13 de março de 1911, não assistindo aos assassinatos – redigiu um longo artigo aquando da evocação do 1.º aniversário da morte dos dois trabalhadores. Ao nível de um romance que empolgasse as hostes operárias, assim descreveu como faleceu o jovem: “António Mendes, que tinha coração e um profundo sentimento de justiça, protestou. Uma bala atravessa-lhe o pescoço e ele rodopiando sobre si mesmo pronuncia esta derradeira frase, que bem mostra uma alma tão grande como a dos legendários heróis das Thermopilas ou Waterloo: Litem”¹⁸². Em torno do decorrer dos dias da greve, o texto invocou que o jovem operário se fez acompanhar de Francisco dos Prazeres, Caetano Moissão e João do Nascimento na organização das reuniões clandestinas durante o período em que a sede do sindicato dos moços esteve encerrada.

¹⁷⁹ SANTOS, Martins dos, “Complot desfeito” in *Germinal*, n.º 358 de 08/04/1911, p. 1.

¹⁸⁰ Casério (pseudónimo), “Actualidades” in *O Trabalho*, n.º 503 de 02/04/1911, p.1.

¹⁸¹ *Ibidem*.

¹⁸² RATES, J. Carlos, “13 de Março” in *Germinal*, II série, n.º 27 de 16/03/1912, p. 1.

O mesmo se poderá dizer em novo texto no *Germinal*, em 13 de março de 1913. O pseudónimo *Weber* recordou os acontecimentos em causa, reforçando que António Mendes morreu heroicamente “quando tentava evitar que uma desventurada mulher fosse trespassada por uma baioneta”¹⁸³. Esta referência não surgiu em mais nenhum momento, desconhecendo-se se se tratou de uma recordação reconstruída ou alterada pelo tempo.

A memória de José Bernardo, transmitida oralmente ao sociólogo João Freire, em 1981, poderá trazer um dado adicional à forma como António Mendes terá falecido. Todavia, o militante anarquista, à data dos acontecimentos de 1911, teria cerca de 4 anos (nasceu em janeiro de 1907), pelo que se tratará de uma vivência reconfigurada por familiares. Sintetizou o sucedido da seguinte forma: “Deitou as mãos às rédeas de um cavalo que transportava caixas de conserva e a Guarda Republicana disparou. Disparou. Matou-o a ele e matou uma mulher”¹⁸⁴.

Por fim, Joaquim Brandão recordou que o homem que perdeu a vida não teve papel ativo na organização do movimento grevista, mas que teve responsabilidade “sem dúvida, pelos atos de violência e pela ação exercida durante as horas da greve contra a força pública”¹⁸⁵.

8. O FIM DA PARALISAÇÃO LABORAL E AS HOMENAGENS PÓSTUMAS

Lentamente, a imprensa periódica nacional foi deixando de dar destaque aos “Fuzilamentos de Setúbal” ou aos “Acontecimentos de Setúbal”, títulos que fizeram manchetes ou que encabeçaram longas reportagens. O mesmo se poderá dizer sobre os jornais setubalenses, ainda que se mantivessem atentos ao estabelecimento de um acordo entre as partes interessadas do setor industrial conserveiro (patrões e operários).

A greve, iniciada em 21 de fevereiro, durou 48 dias, terminando formalmente em 10 de abril com a reabertura das fábricas de conservas de peixe e o regresso ao trabalho dos seus

¹⁸³ *Weber* (pseudónimo), “13 de Março” in *Germinal*, II Série, n.º 67 de 13/03/1913.

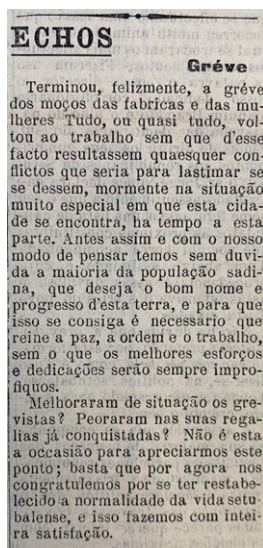
¹⁸⁴ Biblioteca Nacional de Portugal – Arquivo Histórico-Social (BNP-AHS), Espólio N61, Secção de Áudio, Cx. 122, Cassete n.º 17 – Entrevista de João Freire a José Bernardo (1981), Lado A, minutos 34-37.

¹⁸⁵ “13 de Março” in *A Folha de Setúbal*, n.º 3 de 14/03/1912, p. 2.

funcionários.¹⁸⁶ Apesar da sua longa duração, foi uma derrota para o universo operário, uma vez que as mulheres e os moços retomaram a atividade segundo as condições apresentadas pelos industriais e que, ao que tudo indica, eram as mesmas antes da paralisação laboral, mas com a perda de determinadas regalias.¹⁸⁷

Apesar do fracasso deste movimento laboral no que diz respeito às reivindicações salariais, a memória da tragédia que teve lugar entre a Avenida Luísa Todi e o Largo do Carmo, ficou tatuada na mente dos trabalhadores setubalenses. Do ponto de vista das homenagens póstumas estas foram marcadas, durante largos anos, por romagens às campas das vítimas. Estas eram promovidas pelos filiados das associações de classe sadinas.

Por ocasião do primeiro aniversário dos incidentes o operariado setubalense dirigiu-se ao Cemitério de Nossa Senhora da Piedade até ao local “*onde jazem os restos mortais daqueles dois operários*”¹⁸⁸. O cortejo partiu do antigo Parque das Escolas (hoje Largo José Afonso) e, de acordo com *A Mocidade*, “*ia numeroso e em muito boa ordem*”¹⁸⁹.



Publicação divulgando o fim da greve.

Fonte: *República*, n.º 61 de 08/04/1911, p. 2.

Campanha de António Mendes, paga pelos cofres do sindicato dos moços.

Fonte: Fotografia do autor.

Nota: Desconhece-se a data exata em que foi colocada esta lápide. A questão da idade (20) anos coloca algumas dúvidas, especulando-se que poderá ter sido alguns anos mais tarde.

Legenda: “Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas oferece ao seu consócio como fraternal camaradagem – António Mendes falecido com 20 anos na tarde de 13 de março de 1911 no Largo do Carmo”.

Diferentes associações sindicais fizeram questão de estar presentes nesta evocação, ocorrida em 13 de março de 1912. Durante o percurso, a banda da Capriço Setubalense foi atuando e, no interior do cemitério, tomaram a palavra alguns oradores¹⁹⁰, designadamente Evaristo Esteves, António Xavier de Freitas, José Benedy, José Carlos Rates, Alfredo de Jesus, Gilberto Henrique e António Evaristo. A Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe com sede em Setúbal colocou uma coroa de flores na campa de Mariana do Carmo Torres e merece destaque o facto da fotografia de António Mendes ter estado exposta no final da carreta.¹⁹¹

Descrição da romagem realizada às campas das vítimas em 13 de março de 1912

Fonte: *O Trabalho*, n.º 546 de 17/03/1912

Teve numerosa assistência, correndo na melhor ordem, a manifestação dos trabalhadores das fábricas às campas do seu collega Antonio Mendes e da operaria Marianna Torres, mortos ha um anno pela guarda republicana, quando da greve n'esta cidade. No cortejo fizeram-se representar todas as classes laboriosas, conduzindo as collegas da morta uma corôa e fechando o prestito uma carreta com outras corôas e o retrato do trabalhador morto pelos «heroes da Rotunda», como aos soldados aggressores chamava na occasião lamurientemente o sr. Antonio José d'Almeida. Acompanhava o prestito a Sociedade Musical Capriço Setubalense. No cemiterio usaram da palavra os srs Evaristo Esteves, Antonio Xavier de Freitas, José Benedy, Carlos Rates, Alfredo de Jesus, Gilberto Henrique e Antonio Evaristo. A cavallaria da guarda republicana esteve de prevenção, naturalmente porque alguem recejava que d'aquella pacifica manifestação de saudade, resultasse «mais um dia de luto no já fatalissimo mez de março.» Mas tudo acabou bem e não houve motivo para que os soldados puxassem das espadas, nem para que certos influentes politicos, aliás péccos de influencia, vissem talvez satisfeitos os seus desejos. Antes assim.

¹⁸⁶ "A Greve" in *Germinal*, n.º 358 de 08/04/1911, p. 2.

¹⁸⁷ "Greve" in *República*, n.º 61 de 08/04/1911, p. 2.

¹⁸⁸ "Manifestação operária" in *República*, n.º 106 de 16/03/1912, p. 1.

¹⁸⁹ Artigo sem título in *A Mocidade*, n.º 173 de 15/03/1912, p. 2.

¹⁹⁰ "Manifestação fúnebre" in *O Elmano*, n.º 1583 de 16/03/1912, p. 1.

¹⁹¹ Artigo sem título in *O Trabalho*, n.º 546 de 17/03/1912, p. 1.

José Benedy (1866-1951), conhecido sindicalista revolucionário e tipógrafo da cidade¹⁹², redigiu uma crónica no *Germinal*, pormenorizando a evocação do 1.º aniversário do episódio de 13 de março de 1911. A Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal organizou uma manifestação “vibrante” e de “caloroso protesto contra os assassinatos dos operários António Mendes e Mariana Torres”¹⁹³. No decurso do trajeto, o cortejo passou junto ao local onde o jovem operário faleceu e, segundo o autor do texto, “toda a gente se descobriu com toda a reverência no meio do mais profundo e comovente silêncio”¹⁹⁴. O “oceano de cabeças”, que se deslocou do Passeio do Lago até ao cemitério, assistiu à deposição de flores pelas famílias nas campas das vítimas e aos discursos politizados dos diversos oradores (dois vieram de Lisboa). À noite, na sede do sindicato dos moços, decorreu uma sessão de propaganda sindical, “vendo-se na parede pela parte superior e à esquerda do estrado da presidência o retrato do camarada António Mendes”¹⁹⁵.



Cabeçalho do *Germinal*, evocando os assassinatos.

Fonte: *Germinal*, II Série, n.º 67 de 13/03/1913, p. 1.

Em 1913, a mesma associação sindical voltou a organizar uma romagem aos túmulos das vítimas, que mereceu destaque na capa do *Germinal*: “Faz hoje dois anos que o povo operário de Setúbal, então em greve, foi agredido a tiro pelos mercenários da guarda republicana! Houve mortos e feridos. MARIANA TORRES e ANTÓNIO MENDES – dois denodados camaradas – foram neste dia cobardemente assassinados! A Associação dos Trabalhadores das Fábricas organiza hoje ao túmulo destas duas vítimas uma imponente manifestação. Nenhum operário deve deixar de ali comparecer. É uma piedosa homenagem devida a quem tanto se sacrificou pela causa operária”¹⁹⁶.

¹⁹² FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana de Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013, p. 45.

¹⁹³ BENEDY, José, “Sindicalismo – 1911/1912. Treze de Março” in *Germinal*, II série, n.º 27 de 16/03/1912, p. 2.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁹⁶ “13 de Março” in *Germinal*, II Série, n.º 67 de 13/03/1913, p. 1.

Por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2016, foi inaugurada uma escultura em homenagem a Mariana do Carmo Torres da autoria do escultor Jorge Pé-Curto. O monumento, de mármore branco, foi descerado pela edil da C.M. de Setúbal, Maria das Dores Meira. Conta, igualmente, com uma inscrição dedicada a evocar a luta operária coletiva de março de 1911 e a repressão sentida por todo o universo dos trabalhadores conserveiros.¹⁹⁷

Escultura de Mariana do Carmo Torres no Largo da Fonte Nova (2016)

Fonte: Internet. Acesso livre.

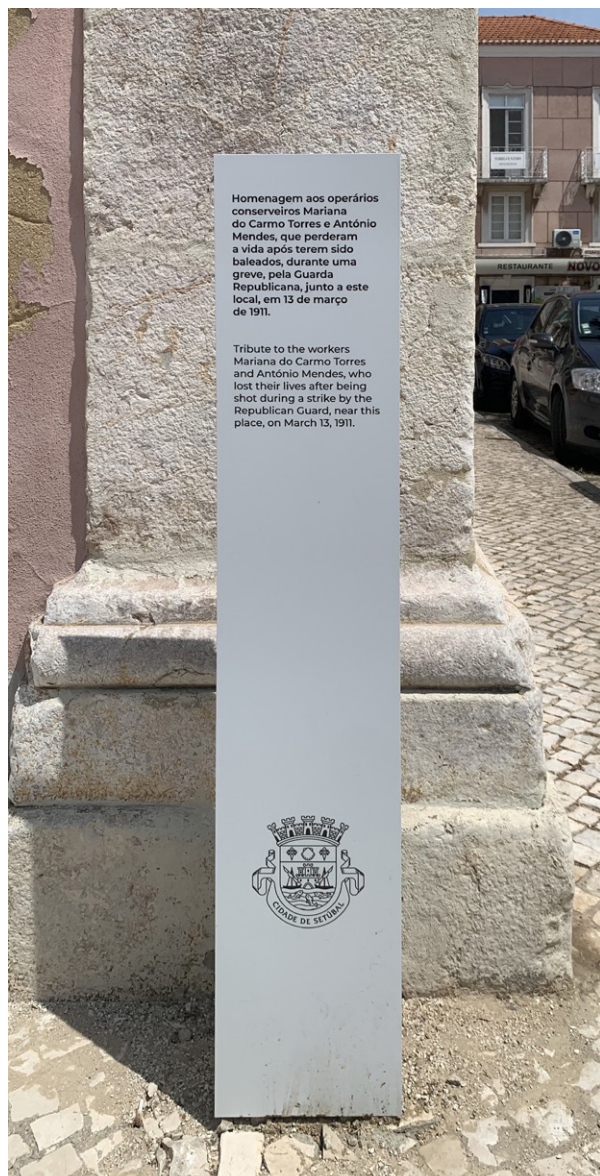
Nota: Existem diferentes opiniões sobre o significado da venda. Uma delas prende-se com o facto de estar virada para a Rua Paulino de Oliveira, envergonhada com os ataques à chibata do poeta setubalense.



Em 2025, no âmbito das comemorações do 25 de Abril de 1974 promovido pelo programa camarário “Venham mais Vinte e Cincos”, o Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural da Câmara Municipal de Setúbal teve a iniciativa de inserir três estruturas no espaço público. Estas prestam homenagem aos presos políticos que estiveram detidos na segunda sede da PIDE deste concelho, ao trabalhador Fernando Pedro Gil (morto em 17 de fevereiro de 1934) e aos operários conserveiros que dão o mote a esta investigação.

¹⁹⁷ “Estátua evoca Mariana Torres”. Notícia publicada no sítio online da C.M. de Setúbal em 03/03/2016. Disponível em: <https://www.mun-setubal.pt/estatua-evoca-mariana-torres/>

A publicação deste livro enquadra-se, também, nesta dinâmica de evocação da memória destes dois trabalhadores conserveiros. Esta investigação foi promovida para que se soubesse mais sobre cada um deles.



Estrutura alusiva aos acontecimentos de 1911.

Fonte: Fotografia do autor (13/06/2025)

9. FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

■ Arquivo Distrital de Faro

- Fundo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz da Vila de Lagoa

■ Arquivo Distrital de Setúbal

- Fundo do Arquivo Municipal de Setúbal
- Fundo da Paróquia de São Sebastião

■ Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

■ Arquivo Histórico-Social da Biblioteca Nacional de Portugal (Espólio N61)

- Núcleo do Jorge Quaresma
- Secção de Fotografias
- Secção de Áudio

■ Arquivo Histórico da Sociedade Cooperativa Operária Barreirense "Os Corticeiros"

■ Arquivo Histórico da Conservatória Notarial do Registo Civil de Setúbal

■ Arquivo Municipal de Setúbal

- Fundo da Câmara Municipal de Setúbal

■ Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Fundo da Direção-Geral da Administração Política e Civil

Fontes secundárias

Publicações

- C.M. de Setúbal, *Relatório da Gerência do Município de Setúbal – 1943*, A. Cândido Guerreiro, Setúbal, 1944.
- FORSADO, Rui, *Para o calvário (jornadas dum caixeiro)*, Edições Solidariedade, Caldas da Rainha, 1934.

- OLIVEIRA, Paulino, *Em ferros d'El-Rei: Considerações acerca da minha prisão*, edição fac-similada a partir do original de 1893, org: PIRES, Daniel, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2012.

- OSÓRIO, Ana de Castro, *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve – Resposta de Ana de Castro Osório ao Germinal*, Tip. Santos, Setúbal, 1911.

- REDOL, Alves, *Os Reineiros*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1972.

Imprensa periódica e revistas nacionais

- *A Capital* (1911)
- *A Luta* (1911)
- *A República Portuguesa* (1911)
- *Diário de Notícias* (1911)
- *Diário Popular* (1911)
- *Ilustração Portuguesa* (1911)
- *Novidades* (1911)
- *O Mundo* (1911)
- *O País* (1911)
- *O Século* (1911)
- *O Sindicalista* (1911)
- *República* (1911)

Imprensa periódica local

- *A Folha de Setúbal* (1912)
- *A Mocidade* (1911-1912)
- *A Vitória* (1932)
- *Boletim da Associação Comercial e Industrial de Setúbal* (1912)
- *Germinal* (1911-1912)
- *Notícias de Setúbal* (1964)
- *O Comércio de Setúbal* (1901)
- *O Elmano* (1901 e 1911)
- *O Pau* (1911)
- *O Radical* (1911)
- *O Setubalense* (1932)

- *O Trabalhador* (1911)
- *O Trabalho* (1911-1912)
- *República* (1911)

Imprensa periódica internacional

- *El Mundo* (1911)

Bibliografia e webgrafia consultada

- ALCÂNTARA, Ana, “A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)” in *MUSA*, n.º 3, MAEDS, Setúbal, 2008, pp. 237-246.
- ALVES, Paulo Marques, “Sindicalismo, sexismo, separatismo: a Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal” in *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, org: TEIXEIRA, Cátia, IHC-NOVA/FCSH, Lisboa, 2018.
- AMORIM, Vanessa; PINHO, Jaime; LOPES, Alberto; ANTUNES, Lia, *Outro Mundo no mesmo Lugar – A cidade das barracas*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2024.
- ARRANJA, Álvaro, *Anarco-Sindicalistas e Republicanos: Setúbal na I República*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2009.
- ARRANJA, Álvaro, *Mataram Mariana - Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura Operariado República em 1911*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2011.
- ARRANJA, Álvaro, “Mataram Mariana – A greve das operárias conserveiras de Setúbal em março de 1911” in *esquerda.net*. Publicado em 14/03/2022. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/mataram-mariana-greve-das-operarias-conserveiras-de-setubal-em-marco-de-1911/79913>
- BARRADAS, Ana, “Feminismo Anti-operário: A República e a Greve das Conserveiras de Setúbal” in *Revista História*, n.º 11, Lisboa, 1999.
- CAMPOS, Ana da Silva, “*Para Lutar é preciso ser instruído*” – *A ideologia e o movimento operário na Universidade Popular de Setúbal – da 1.ª República ao advento do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, ISCTE-IUL, Lisboa, 2018.
- CARVALHO, Luís, “Quando a República começou a matar trabalhadores em luta” in *AbrilAbril*, publicação digital de 31/03/2021. Disponível em: <https://www.abrilabril.pt/trabalho/quando-republica-comecou-matar-trabalhadores-em-luta>
- COSTA, Albérico Afonso, “O Germinal, um roteiro acrata para a revolução social” in *Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal*, vol. I, coord: PAÇO, António Simões do; PEREIRA, Virgílio Borges; VARELA, Raquel; TEIXEIRA, Cátia, GODINHO, Paula, IHC-NOVA FCSH, Lisboa, 2016.
- COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*, Estuário, Setúbal, 2011.
- COSTA, Albérico Afonso (coord.), “Setúbal – De meados de Oitocentos ao dealbar do século XX: Elementos de caracterização económica, social, política e cultural” in *Setúbal – Roteiros Republicanos*, CNCCR Quidnovi, Matosinhos, 2010, pp. 14-16.
- FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre, *Roteiros da Memória Urbana de Setúbal: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*, Colibri, Lisboa, 2013.
- FONSECA, Pedro Prostes da, *Incorrigível – A história desconhecida de Carlos Rates: De primeiro secretário-geral do PCP a apoiante de Salazar*, Ponto de Fuga, Lisboa, 2021.

- LICCIARDELLO, Giovanni, *Ana de Castro Osório e Paulino de Oliveira – Percursos políticos e literários*, Associação Setúbal Voz, Setúbal, 2023.
- PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, Tese de Doutoramento em História, NOVA FCSH, Lisboa, 2013.
- QUINTAS, Maria da Conceição; CHAGAS, Soledade Brites; CONTREIRAS, Élia, *Greves, Sindicalismo – Setúbal (1910-1913)*, Assembleia Distrital de Setúbal, Lisboa, 1981.
- RODRIGUES, Edgar, *O despertar operário em Portugal, 1834-1911*, Editora Sementeira, Lisboa, 1980.
- S.A., “Estátua evoca Mariana Torres”. Notícia publicada no sítio online da C.M. de Setúbal em 03/03/2016. Disponível em: <https://www.mun-setubal.pt/estatua-evoca-mariana-torres/>
- SEQUEIRA, Guilherme Costa, “A Cooperativa Operária Barreirense ‘Os Corticeiros’ e o seu papel na questão das subsistências do operariado corticeiro barreirense” in *VIII Congresso de História Local: Conceitos, Práticas e Desafios na Contemporaneidade*, Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão, 15/11/2024.
- VIEIRA, Alexandre, *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal (de 1908 a 1919)*, Edições Base, Lisboa, 1977.
- VILAR, Anita, *Panorama de uma História Local no feminino*, Centro de Estudos Bocageanos, Setúbal, 2013.

10. APÊNDICE DOCUMENTAL

10.1. DESCRIÇÃO DO JORNAL O SÉCULO SOBRE A SUCESSÃO DE EVENTOS DO DIA 13 DE MARÇO¹⁹⁸

“Logo de manhã, grupos de grevistas espalhavam-se pela Avenida Todi e ruas circunvizinhas, prontos a dar cumprimento à sua resolução. Pelas 9 horas aparecia na avenida um rapazito de 14 anos, chamado António Fernandes Passos, morador na rua do Mirante, 19, e empregado na fábrica Figueira & C. Conduzia dois cabazes com os almoços para os sócios da fábrica, Cesário de Jesus e Joaquim Pedro. Um trabalhador em greve, António Mendes, O filho do Maneta, que horas depois caía varado pelas balas da força armada, aproximou-se do rapaz para o convencer a não ir à fábrica, e, como ele resistisse, partiu-lhe a louça. Os proprietários do estabelecimento fabril queixaram-se do facto à polícia, que, intervindo, fez dispersar o povo que ali se havia reunido, não efetuando prisão alguma.

Passada uma hora aparecia na Avenida Todi um veículo carregado de peixe para embarque, pertencente à fábrica de Pierre Chancerelle. Vendo a carroça, os grevistas rodearam-na, impedindo a sua marcha, apesar de ela ir guardada por polícias cívicos. Estes, vendo que o número de populares era grande, correram ao edifício do Liceu, no Campo do Bonfim, onde está aquartelada a força da guarda republicana que para ali seguiu há dias, sob o comando do capitão da 6.ª companhia, sr. Pedro da Cunha Souto, tendo como subalternos os alferes Barata, da 5.ª, e Amorim, da 2.ª, e pediram ali auxílio, saindo o 2.º sargento Pedro Vieira Baptista Machado com quatro praças, mas apenas armadas de sabre.

Chegados os soldados ao local, o povo continuava ainda a impedir a passagem da carroça. Então os soldados da guarda e a polícia puxam dos sabres e avançam para o grupo de populares, que responde com uma verdadeira saraivada de pedras. O sargento Machado é, nesta ocasião, atingido por uma pedrada, ficando ferido. Vendo isto, uma das praças dirige-se à Associação dos Operários das Fábricas, no Largo da Anunciada, onde permanecia uma força de infantaria 11, e que ali se tem conservado desde que rebentou o movimento grevista. Chegado ali, vai ao armeiro, e, tirando uma espingarda com a competente cartucheira, carrega-a, voltando para junto do sargento que comandava o piquete, que nesta ocasião lhe impediu que a descarregasse sobre os grevistas.

¹⁹⁸ “Os acontecimentos de Setúbal” in *O Século*, n.º 10506 de 14/03/1911, pp. 1-2.

No meio de todo este motim, o carroceiro fustigou o cavalo e conseguiu fugir com rumo ao edifício do liceu onde lhe foi fornecido o auxílio de nova força, mas desta vez armada de Kropatchek. Constando no aquartelamento que o sargento estava ferido, os soldados correram às armas, e, se não fosse a rápida intervenção do alferes Barata, logo nessa ocasião haveria muitas mortes a lamentar. Minutos depois aparecia o administrador do concelho, sr. Leonel de Melo, acompanhado por um piquete de cavalaria e, usando da palavra, aconselhou o operariado a dispersar e a manter-se na ordem. Os grevistas acataram as insinuações do administrador, dispersando na Avenida.

Passados poucos momentos, reuniam-se na praça do Lago, onde improvisaram um comício, fazendo um pequeno discurso o operário Carlos Rates, secretário da Federação Operária de Setúbal, protestando contra a pressão exercida para com as classes trabalhadoras, que apenas pugnam pelas suas reivindicações, e pedindo aos seus companheiros para que continuassem unidos para assim conseguirem a conquista das regalias a que têm direito. Era já meio-dia quando a reunião concluiu, dispersando os grevistas na melhor ordem.

Cerca da 1 hora, passava pela mesma praça, em direção à fábrica Chancerelle, o empregado Diamantino António, o qual sendo visto por diversos operários, foi logo assediado com perguntas sobre a quantidade de peixe que havia na fábrica. Os guardas cívicos que ali estavam intervieram, sendo recebidos hostilmente pelos grevistas. Então, o n.º 10, que trajava à paisana, agrediu um dos operários com uma bengalada, valendo-lhe o auxílio do seu colega 28, mas tendo ambos que puxar pelos revólveres e disparar tiros para o ar a fim de afugentar os grevistas, terminando por aqui o incidente.

Agrava-se a situação, travando-se um demorado conflito entre a força da guarda republicana e o povo, de que resultam duas mortes e vários ferimentos. Todos estes factos iam contribuindo para que a excitação dos operários aumentasse e se generalizasse. A situação ia-se complicando e, para quem conhecesse Setúbal, onde o operariado já tem tido intensos movimentos grevistas, não era difícil prever que os acontecimentos iam tomar uma feição grave. À exaltação dos operários, que no transporte do peixe para a estação do caminho de ferro viam inutilizar-se-lhes o seu movimento, não correspondia, por parte dos mantenedores da ordem, a serenidade com que as agitações operárias precisam de ser debeladas. Bem pelo contrário, deixavam-se apaixonar pelo conflito, como se ele fosse inevitável, tratando os operários como verdadeiros inimigos.

Horas depois deram-se os tristes acontecimentos, que ninguém pode deixar de, sinceramente, lamentar e que custaram a vida a duas pessoas. Eram 2 horas quando passa pela Avenida Todi uma outra carroça carregada de peixe, em direção à estação do caminho de

ferro, ladeada pelo piquete de infantaria da guarda republicana, do comando do cabo 177, José Maria Pereira, da 5.^a companhia. Pertencia a carroça à fábrica da firma Mariano, Lopes, situada na Rua Oriental do Lago. Este industrial, tendo ficado com peixe por encaixar antes da greve, procedeu ele mesmo a esse serviço, auxiliado pelas famílias dos cinco sócios. A carroça, conseguindo alcançar a estação sem novidades, voltou dali carregada com folha de Flandres para a mesma fábrica.

Eram 3 e meia da tarde quando o veículo, que era guiado pelo carroceiro António Benvindo, assomava à Avenida, seguindo sem novidade até defronte da embocadura da travessa do Carranca. Os grevistas assaltam a carroça e os soldados fazem frente ao povo, fazendo-o recuar à coronhada. Estabelece-se um grande pânico e os populares resistem, atirando pedras sobre os guardas republicanos, ficando feridos o soldado n.º 58, da 3.^a companhia António Barreira, com um grande ferimento na cabeça e no sobrolho esquerdo, recebendo curativo no hospital da Misericórdia e dando depois entrada no hospital militar; o 105 da 5.^a, contuso nas costas e numa das pernas, o 23 da 3.^a contuso também nas costas, o 2.^o cabo 77, da 5.^a, ferido na mão esquerda, e o comandante da escolta, cabo 177, ferido também numa das pernas.

Em face desta atitude dos populares e vendo que da multidão alguém disparava tiros de revólver, a força apontou armas e fez fogo. O povo fugiu para duas tabernas situadas na referida avenida, uma no prédio n.º 424, pertencente a Manuel Fidalgo Barroca, o Pardal, e outra no n.º 426, propriedade de Joaquim Gomes. O armazém do Pardal tem também porta para a Rua dos Marmelinhos e, fechando as portas por dentro, os soldados arrombaram-nas à coronhada, fugindo o povo de novo para a rua.

Houve novos tiros e pedradas, caindo morto António Mendes, o filho do Maneta, e ficando mortalmente ferida uma mulher chamada Maria [refere-se erradamente a Mariana] do Carmo Torres, que, conduzida ao Hospital da Misericórdia, faleceu minutos depois na enfermaria de Santa Isabel. Ao António Mendes foi-lhe encontrada uma pistola automática carregada. Alguns feridos dão entrada no hospital e a outros é-lhes feito curativo e recolhem a casa.

As balas da guarda republicana alvejaram ainda Narcisa de Jesus, de 37 anos, casada com Albertino Firmino, residente na Travessa do Rei, que deu entrada naquela enfermaria, cama n.º 48; José Paiva Correia, barbeiro, estabelecido na Rua Antão Girão e morador na Rua de S. Sebastião, que foi ferido numa das pernas e pensado no hospital, recolhendo depois a sua casa; José da Paz, de 15 anos, morador na rua das Esteiras, com escoriações de bala nas costas, cabeça e uma das pernas, recebendo curativo no hospital; Maria de Jesus, a "Cega", moradora na Rua das Amoreiras, ferida na face, recebendo curativo no hospital; Zulmira de Assunção Correia, de 15 anos, natural de Vendas

Novas e filha de Romão José Figueira e Rosária Maria Pereira; estava em casa de seu patrão, José Casimiro Magina, na Avenida Todi, trabalhando na cozinha, quando, sentindo o tiroteio, veio à sacada observar os acontecimentos por dentro dos vidros. Nesta ocasião, duas balas atingiram-na num dos braços e numa das pernas. Deu entrada no mesmo hospital, ficando em tratamento na enfermaria de Santa Isabel, cama n.º 16. Os socorros foram prestados pelos srs. Drs. Paula Borba, Fernando Garcia e Júlio Torres.

Em seguida ao tiroteio, os grevistas quiseram invadir o hospital, impedindo esse acto uma força de infantaria n.º 11, comandada pelo 2.º sargento Botelho. A retirada do piquete da guarda republicana para o respetivo quartel tornou-se arriscada, sendo necessário, para a proteger, comparecer um pelotão comandado pelo alferes Barata. Os estabelecimentos na Avenida Todi e imediações fecharam, reabrindo mais tarde. O pânico na cidade foi enorme. Forças de infantaria 11 patrulharam as ruas e uma força escoltava as faxinas que conduziam o rancho para as guardas.

Os cadáveres: Foram recolhidos na casa mortuária, que se encontra instalada num dos ângulos do antigo convento de Jesus, António Mendes, o 'Filho do Maneta', veste de negro, tendo debaixo do casaco uma camisola de algodão azul-escuro. Era um rapaz forte, contando 19 anos e trabalhava na fábrica de conservas da firma Rouillé. Solteiro, vivia com os seus pais José Mendes, vendedor de cabritos, e Maria Guelha, ambos moradores na Rua Luís de Camões, n.º 11 loja.

António Mendes tem um outro irmão, que acompanha o pai no negócio, chamado José Augusto Mendes, e três irmãs, uma de 15 anos, de nome Alice; outra chamada Lúcia Mendes, casada, moradora em Lisboa, largo de Santos-o-Novo, 28, e a terceira Maria José Mendes, também casada e residente em Lisboa no Largo de Santa Luzia, 8.

A outra vítima, Maria do Carmo Torres, de 42 anos, casada com Manuel Fernandes, corticeiro, morador no Bairro Trindade, deixa quatro filhos na orfandade. Era operária da fábrica de conservas Gonzaga, Vagueiro & C.ª. Foi o marido quem reconheceu o cadáver no hospital, indo ali acompanhado do polícia 29 e do sacristão Libânio Augusto.

Efetuem-se duas prisões. O sr. Leonel de Macedo, administrador do concelho, mandou chamar à administração o grevista Carlos Rates, contra quem já havia mandado de captura por ser acusado de agredir há dias um operário soldador. O administrador pediu-lhe para que procurasse impedir que continuasse a agitação operária. Como Carlos Rates respondesse que nada podia fazer, ficou preso, entregando ele espontaneamente um revólver que traria carregado. Também a polícia capturou o vendedor de cautelas, José Diogo, morador na Rua da Palma, 4, por se ter envolvido na desordem."

10.2. REGISTOS DE INUMAÇÃO DE ANTÓNIO MENDES E
 MARIANA TORRES¹⁹⁹

PÁGINA DA ESQUERDA

Data	Número do bilhete	Freguesia	Nome	Naturalidade	Filiações	Idade	Estado
1911							
15	203 38	"	António Mendes e Veruge	Setúbal	M ^{te} S ^{ta} Joana e Sr. M ^{te} S ^{ta} Joana	17 annos	
15	204 39	"	M ^{te} S ^{ta} Joana Torres	Setúbal	M ^{te} S ^{ta} Joana e Sr. M ^{te} S ^{ta} Joana	17 annos	filho de Sr. Manuel Torres

PÁGINA DA DIREITA

Profissão	Morada	Molestia	Quando falleceu	Horas para o enterra- mente depois do fallecimento	Exactidão que assignou o bilhete	Quando entrou no cemitério	Quando sepultado	Clonde sepultado	
								N.º do quadro N.º de sepultura	
fabrica		amada e foga	26.5.13	"	"	12h.m, 15	13h.m, 15	7	198
fabr. m		"	26.5.14	"	"	2h.m, 15	2 1/2.m, 15	7	199

¹⁹⁹ Arquivo Municipal de Setúbal, Fundo da Câmara Municipal de Setúbal, Serviços Urbanos, Cemitérios, Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, Inumações/Óbitos, Livro de registo de pessoas que foram sepultadas referente ao período de 31/12/1905 a 24/05/1924, fl. 193.

10.3. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO RELATÓRIO DA SINDICÂNCIA DE JOSÉ DE CASTRO²⁰⁰

"Ilustre cidadão Dr. António José de Almeida, ministro do Interior,

Em cumprimento do mandado do Governo Provisório da República, com a data de 15 do corrente, que por vosso intermédio recebi para ir inquirir dos acontecimentos que ocorreram em Setúbal no dia 13 do mesmo mês, venho comunicar os meios empregados nesse inquérito e as conclusões a que cheguei.

Procedi pessoalmente ao exame do local onde os factos se passaram, fui visitar ao hospital civil duas mulheres e ao hospital militar o soldado n.º 58, umas e outro feridos no conflito do dia 13 (Doc. n.º 102). A meu requerimento, o sr. comandante do regimento n.º 11 incumbiu dois oficiais de responder aos quesitos que eu propus (Doc. n.º 3).

*Finalmente, falei com pessoas de várias classes e **inquiri trinta e seis testemunhas**, cujos depoimentos vão no termo de assentada, sendo escritos pelo bom e dedicado republicano Luís Saraiva, que se prestou da melhor boa vontade a auxiliar o Delegado do Governo da República.*

É oportuno desde já significar que os cidadãos – Presidente da Câmara, administrador do concelho, médico militar, diretor do hospital civil, comandante do regimento n.º 11, o da guarda republicana e os próprios polícias civis indicados para me auxiliarem – desempenharam-se belamente, cada um na parte que lhes incumbia, de bem servir a República.

*Como se vê das respostas das testemunhas, ouvi a respeito dos acontecimentos do dia 13 do corrente, e com respeito nos pontos em que me pareceu se podia sintetizar o inquérito, pessoas de todos os elementos, componentes da população de Setúbal: proprietário, comercial, operário, industrial e militar, ouvindo, por fim, os próprios soldados e cabos que procederam à diligência, escoltando as carroças do peixe, quando ocorreu o conflito, e **alferes Armando Barata, que procedeu com a maior correção no comando que lhe foi dado.***

E de tudo conclui:

1.º - A greve das mulheres, à qual se associaram outros operários, teve causas remotas e próximas. Entre as primeiras, que são constantes, podem enumerar-se: - a parcellação enorme da indústria da conserva de peixe; a guerra sem tréguas que entre si se têm feito e fazem os industriais, muitos dos quais estão na mão da agiotagem; a excessiva oferta do produto fabricado nos mercados; a drenagem progressiva de peixe fresco para Espanha, Alentejo e até para França; o desamparo a que tem sido votada toda a classe operária que

²⁰⁰ "Os acontecimentos de Setúbal – Relatório do sr. dr. José de Castro" in *A Luta*, n.º 1889 de 22/03/1911, p. 2.

arrasta uma existência miserável. Entre as segundas: **Não quererem alguns dos fabricantes satisfazer a última reclamação das operárias, aumento de salário de cinquenta réis por hora de dia e noite, sendo antes por quarenta réis de dia e cinquenta réis de noite, cinquenta réis estes que jamais são pagos porque os fabricantes, embora tenham peixe para fabricar, suspendem o trabalho ao anoitecer; ter havido promotores da greve ou antes perturbadores da ordem pública, como José Carlos Rates, Arthur, de profissão soldador, e Victória de Oliveira, presidente da Associação de Classe das Operárias,** que recebe 12\$000 réis mensais das suas companheiras, deixando de trabalhar na fábrica para o efeito de se entregar à defesa dos interesses destas, como ela declara no seu depoimento; e finalmente **a miséria em que se encontra a classe operária** em frente da crise que atravessa a indústria do peixe.

2.º - A não aceitação por parte dos industriais da reclamação das operárias levou estas à greve, sendo seguidas pelos moços e depois pelos restantes operários.

3.º - **A agitação dos grevistas começou a notar-se no momento em que alguns industriais resolveram mandar transportar peixe fabricado em carroças para a estação do caminho de ferro;** e porque estes vissem levantar-se grande oposição por parte dos operários, requereram ao administrador do concelho mandasse escoltar as carroças na ida e na volta, o que lhes foi concedido, sendo a escolta, em princípio, formada por polícias civis apenas e **depois por soldados de infantaria da Guarda Republicana em número de oito.**

4.º - Algumas testemunhas são de parecer que o **auxílio prestado pelo administrador aos industriais, mandando escoltar as carroças, irritara os grevistas,** irritação que não se daria se não fizesse o transporte e esse auxílio não fosse prestado; **outros afirmam que, se a escolta não fora tão diminuta, a ocorrência se não daria;** ainda outras asseguram que, se a escolta fosse formada de praças a cavalo, **os grevistas não se atreveriam a insultá-la e a apedrejá-la”.**

5.º - Segundo o depoimento de algumas testemunhas civis e militares, a escolta teria sido apedrejada com grande número de pedras nas ocasiões em que iam e voltavam, e, **segundo outros depoimentos de alguns soldados que faziam parte da escolta na ocasião em que passou a primeira carroça, foi apenas atirada uma pedra à escolta, que não tocou em pessoa alguma; na segunda foram atiradas duas pedras, uma das quais atingiu num ombro o sargento; e na terceira não foram atiradas pedras, mas sim tiros de revólver.**

6.º - Os soldados que **formavam a escolta que acompanhou a primeira carroça iam apenas armados de sabres baionetas** e, sendo num dado momento apupados e apedrejados pelos grevistas, desembainharam aqueles, dando em resultado o povo afastar-se, **sendo depois substituídos por outros armados com espingarda.**

7.º - Os soldados desta escolta, uns carregaram as armas na casa da guarda, outros carregaram no local do conflito, outro pretendeu carregar a espingarda, mas não o conseguiu por a culatra não funcionar, **dando uns apenas um tiro, outros quatro, outros cinco, tendo dado dois tiros com pistola automática o 1.º sargento.**

8.º - Segundo o depoimento de alguns soldados da escolta, na quarta vez em que passou a carroça, porque os grevistas pretendiam envolver a escolta, os soldados, tomando as armas, pelo meio, procuraram varrer o povo, sendo algumas pessoas atingidas pelas coronhas e canos das espingardas; e, **segundo alguns, também não receberam ordem do 1.º cabo comandante para disparar as espingardas; outros dizem que receberam essa ordem do mesmo cabo que lhes disse que atrassem com pontarias altas, mas todos são unânimes em afirmar que não houve os avisos prévios aos grevistas para se retirarem, nem as vozes regulamentares para carregar as armas e dar fogo.**

9.º - Verifica-se que a Balbina da Assunção Correia estava a uma janela de um prédio do lado oposto onde estavam os grevistas, foi ferida com uma bala de revólver, verificando-se também do Doc. n.º 3 que **algumas pontarias foram baixas, uma a 2,16, outra a 2,50, outra a 0,47, outra a 1,12, devendo o tiro que matou António Mendes Verruga ser também de pontaria baixa,** havendo outros vestígios de que algumas pontarias foram altas.

10.º - **O 1.º sargento Santos, que não pertencia à escolta, apareceu no local do conflito armado de pistola automática, disparando com ela dois tiros na ocasião em que diz que o Verruga visava o 103 com uma pistola automática.**

11.º - Do depoimento das testemunhas não se pode constatar a responsabilidade da autoridade militar ou administrativa, embora haja uma testemunha, a 5.ª, que afirma que, ouvindo um cabo cujo nome e número ignora, este lhe dissera «que estava em Setúbal por causa dos grevistas e, por isso, estes lho haviam de pagar», o que a mesma testemunha foi referir ao administrador do concelho, não dizendo este nada ao referido cabo, pelo menos que ela, a **testemunha, presenciasse. Esta testemunha, sendo grevista e perturbadora da ordem, não merece todo o crédito.**

12.º - Do conflito resultaram 3 militares feridos com pedradas, 6 civis feridos e 2 mortos com arma de fogo.

13.º - Os prejuízos causados pela greve dos operários e «lock-out» dos industriais, não aceitando as reclamações, nem admitindo alguns grevistas que antes foram despedidos, tem trazido enormes prejuízos para o comércio e bem-estar da população da cidade de Setúbal.

14.º - A greve coincidiu com a época em que os industriais, pela má qualidade do peixe, costumam diminuir a laboração das suas fábricas e, assim, se explica em certo modo a dificuldade em terminar a

greve, visto que os industriais não carecem de tão grande número de operários como quando a laboração das fábricas é normal.

15.º - Que, em vista do exposto, é meu parecer em face do que deixo referido:

1.º que teria sido mais prudente, embora menos jurídico, que o **administrador do concelho no intuito de evitar a irritação dos grevistas, recusasse aos industriais o auxílio da força** para eles puderem conduzir a seu salvo as mercadorias para a estação do caminho de ferro e até prender os perturbadores da ordem pública;

2.º que quando quisesse prestar esse auxílio **deveria ter requisitado um maior número de soldados de infantaria** ou empregar, nessa diligência e em maior número também, soldados de cavalaria.

3.º que é indubitável que a **escolta foi provocada pelos grevistas, que a insultaram e apedrejaram.**

4.º que essa escolta, contudo, defendendo-se e respondendo à provocação, **não cumpriu as disposições regulamentares no carregamento das armas**, na falta dos três avisos que deixou de fazer e nas vezes da ordenança.

5.º que o 1.º sargento também contrariou as disposições regulamentares, **usando de uma arma que não é da ordem.**

6.º que assim o administrador do concelho, embora certamente muito a seu pesar, contribuiu, em parte, para se dar o conflito que ocorreu no dia 13, pelo que deverá ser substituído nesse lugar porque, talvez, com esse procedimento por parte do Governo se serene um pouco o estado de irritação em que se encontram os grevistas.

7.º que os soldados, embora procedessem arrastados pela excitação produzida pelas provocações e muito especialmente os que descarregaram as armas fora dos termos regulamentares, **disparando-as, não podem deixar de responder em conselho de guerra para aí se liquidarem as suas respectivas responsabilidades.** Cumprir-se-á, assim, a lei e dar-se-á uma satisfação à opinião pública.

8.º Devem ser processados criminalmente, não só os indivíduos que se arvoraram em perturbadores da ordem pública e causadores da greve, mas ainda aqueles que, pelas investigações a que se proceder, se reconheça que tomaram parte, direta ou indiretamente, na provocação à escolta.

Posto isto, dou por terminado o trabalho, desejando que ele corresponda à benévola expectativa que em mim depositou o Governo Provisório da República por intermédio do ilustre cidadão Ministro do Interior.

Juntam-se o termo de assentada, os três documentos a que se faz referência, um regulamento que os operários distribuíram e uma espécie de proclamação, aconselhando à resistência.

Lisboa, 21 de março de 1911.

(a) José de Castro.”

10.4. ARTIGO DE OPINIÃO DO MINISTRO DO INTERIOR, ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA²⁰¹

"O dr. José de Castro já apresentou o seu relatório sobre os casos de Setúbal ao ministro do Interior. O comandante da guarda republicana já recebeu também a sindicância que mandou fazer logo em seguida aos acontecimentos.

O que se apura é explícito.

O povo andou mal, porque atacou desordenadamente, à pedrada e a tiro, a força pública sem esta ter feito a mínima provocação ou praticado o menor ato de tirania. A força pública andou de encontro ao regulamento porque deu fogo sem as prevenções da ordenança, sem voz de comando e sem as demais formalidades da lei. Vai ser sujeita a conselho de guerra e lá, após ampla defesa que a República concede a todos, será julgada.

O administrador do concelho foi mandado chamar com urgência pelo ministro do Interior e, depois de se apurarem as suas responsabilidades, sofrerá o seu procedimento o julgamento devido.

Os populares que excitaram os ânimos à revolta e à sedição e foram os instigadores pérfidos ou ingénuos do movimento serão julgados pelos tribunais ordinários que, em sua autonomia, aplicarão friamente a lei.

A República faz justiça a todos, premiando ou castigando, sejam eles quem forem, por mais altos que se apresentem os seus títulos à consideração alheia, sejam quais forem as antipatias que a opinião pública lhes dedique.

*A lei republicana é só uma. É igual para todos. A todos será aplicada pela mesma inflexível balança. **Os homens que deram fogo em Setúbal, e creio bem que com as melhores intenções, são quase todos heróis da Rotunda.** No seu peito pulsam aqueles corações leoninos que, no reduto já hoje lendário, defenderam com o denodo famoso a bandeira da revolução. Todavia, se amanhã se provar que eles andaram mal, porque exorbitaram das suas funções, serão condenados. Então se verá esta coisa a que não andávamos habituados: - ao lado das letras de ouro com que o aplauso público registou, no livro da História, o seu feito heroico de 4 e 5 de outubro, ver-se-ão, na mesma página, hirtas e severas, como a justiça, as letras de ferro com que a lei castigou os desmandos desses patriotas ilustres.*

Diz-se, e parece certo, que o homem que foi morto no conflito sangrento de Setúbal tinha, ao expirar, na mão enclavinhada, uma

²⁰¹ ALMEIDA, António José de, "Caminho direito" in *República*, n.º 66 de 22/03/1911, p. 1.

pistola com que fizera fogo sobre a Guarda Republicana e parece que a sua crónica de velho desordeiro era de tal natureza que até nas suas páginas figura o incêndio dos Paços do Concelho de Setúbal.

Não importa. Perante o código republicano, era um homem com direito à vida, que ninguém regularmente lhe podia tirar. Quem, pois, lhe tirou vai ser julgado para se saber que determinantes o levaram a proceder dessa forma.

À primeira vista parecerá que a consciência pública vai ser chocada, se se der o caso de os tribunais castigarem os soldados da Guarda Republicana pelo facto de prostrarem sem vida uma criatura repugnante. **Ver-se-á esta coisa que é nova em Portugal: - os queridos heróis da Rotunda sofrendo incómodos por causa de um velho bandido.** Sim, essa coisa, a dar-se, será nova, mas será também salutar. Com ela se mostrará, claramente, que a vida humana é sempre respeitável ou ela seja a de um santo ou de um acelerado, e que só em casos estranhos e, por legítima defesa, se pode tirar.

É bom que todos se convençam de que a Nação precisa de ordem e cordura. Por outro caminho vamos mal. Ninguém sente prazer em praticar atos de força, que, só em casos extremos, são legítimos nas democracias. Mas esta República, que tão grande soma de benefícios trouxe já a Portugal, precisa de ser defendida. Praticou-se muito sacrifício para a implantar e é de justiça que se lance mão de todos os processos legítimos para lhe dar firmeza e segurança. Quem o não fizesse seria de uma cobardeia suprema, que nem todas as maldições para a castigar.

Dá-se, porém, o caso de que muitos que estão fazendo mal à República são dos melhores republicanos, que ingenuamente se deixam explorar por agentes da Monarquia.

Os operários, a quem a República tanto deve, são bons e são dóceis. Eu sei-o porque resolvi como árbitro umas poucas greves e pude avaliar do espírito de resignação e cordura desses beneméritos trabalhadores em cuja alma cândida é raro passar uma nuvem de revolta. E quando, antes de ontem, na rua do Ouro, falei a muitos deles para que deixassem passar um carro elétrico, que estava bloqueado, bem vi que os operários, verdadeiros e autênticos trabalhadores, sentindo-se abalados pelas minhas palavras de patriota, cederam do seu intento.

Mas, também, reparei nalgumas caras lívidas, que estavam no conjunto, imprimindo-lhe uma nota de anarquia. Esses só a custo e raiosamente obedeceram às palavras sensatas que lhes estava dirigindo. Eram velhos frequentadores de bairros suspeitos, degenerados representantes de antigos fadistas, escória humana vinda do contacto lamacento das vielas, canalha de aluguer, que andava a soldo dos agentes monárquicos, dos emissários da reacção, dos perturbadores da paz social, enfim. Tomemos conta deste facto.

Os operários, desnorreados por proclamações incendiárias, lançaram-se num movimento irrefletido e sem razão de ser, e puderam ver, a breve trecho, como a sua obra era pervertida pela intervenção desses miseráveis que, em mais de uma parte, conforme se averiguou, receberam em dinheiro a praga (?) das suas façanhas.

Ora isto, já o disse ontem, não é legítimo que continue. No interesse dos próprios operários, cujas intenções não podem continuar a ser desvirtuadas e cuja miséria não pode ser explorada para fins condenáveis, isto tem de acabar. A República, conservando-se calma e serena como a própria força, tem de erguer o braço possante para meter nesta desordem, que se quer acentuar, a disciplina metódica sem a qual não há sociedade que viva.

Sou amigo dos operários? Sou sinceramente amigo. Deles espero que sairá, num futuro breve, a maior parte dessa força dominadora, que há de nivelar, pela razão da justiça, a sociedade atual, dando origem a um mundo melhor. Mas, por isso mesmo, é que se torna preciso que os operários, os trabalhadores de toda a ordem, os valiosos servidores da República, enfim, se afastem das convivências desonrosas e ponham de parte especuladores que, a troco do soldo que lhes dão, trabalham conscientemente para que a reacção monárquica volte a humilhar a pátria portuguesa.

Que se separem a tempo e com deliberação ousada. E que o façam quanto antes porque o resto será varrido, se houve precisão de o fazer.

António José de Almeida.”

10.5. ARTIGO DE JOSÉ CARLOS RATES, EVOCANDO O 13 DE MARÇO DE 1911²⁰²

“Eis uma data que o proletariado português jamais poderá esquecer. Ele marca o início da série de violência do regime que havia pouco o cimentara com o seu sangue, sacrificando todo o seu pecúlio que era toda a sua vida.

Setúbal saudara com todo o seu entusiasmo de que é suscetível o seu povo laborioso, enérgico e generoso, o triunfar da República, visionando o advento das novas instituições, uma era de Paz, de Amor, de Justiça e Liberdade.

Iniciada a luta pelo povo de Lisboa, o de Setúbal, seu irmão pelo cérebro e pelo coração, não poderá conter-se na imobilidade e, num rasgo de audácia, vai-se aos edifícios que personificavam o arbítrio, o despotismo e o passado com todos os seus anacronismos revoltantes, e destrói-os.

²⁰² RATES, J. Carlos, “13 de Março” in *Germinal*, II série, n.º 27 de 16/03/1912, p. 1.

Tal procedimento, que ter-lhe-ia valido o desterro ou a prisão se a República não triunfasse, serviu aos republicanos vitoriosos de líbello, logo no dia seguinte ao do seu triunfo, contra aqueles que heroicamente haviam exposto a vida e o pão dos seus em defesa da Ideia que erradamente seguiam. Abolida a 'ôminosa' monarquia, o povo sofredor julgou ver terminadas as suas desditas infundáveis pelo ato revolucionário de que fora o principal fator.

O sonho, por que um sonho fora, evapora-se subitamente, aparecendo em toda a sua sombria eloquência a pungente realidade dos factos. Desaparecera da edilidade o grotesco, mas finório Batista, para dar lugar ao seráfico e presunçoso Brandão. Apagava-se o sol de Cláudio e começava a despontar o astro de Calígula.

O povo viu bem que tinha sido ludibriado e convenceu-se de que só ele e mais ninguém devia tratar das suas coisas. Trabalhava demasiadamente, ganhando pouco e a vida encarecia, duma forma espantosa. Não havia outro recurso senão lutar. Foi o que se fez.

Mas, de olhar oblíquo e inquieto lá estava o bando de chacais de face humana, tendo por mentor e símbolo a figura hedionda do Brandão, que se apossara dos destinos da cidade, perseguindo com o seu ódio quem tinha a dignidade de proclamar a Verdade; esmagando as liberdades individuais e coletivas, apontando o túmulo a uns e o cárcere a outros, procedendo, enfim, qual César, em país de bárbaros, após a conquista.

Há vinte e cinco dias durava a luta, luta titânica, luta cheia de tristes episódios que me escuso propositadamente a descrever para não reavivar chagas cicatrizadas umas, incuráveis outras. Eduardo Fernandes, esse protótipo do militante sincero e dedicado até ao sacrifício da vida, Francisco dos Prazeres, Caetano Moizão, João do Nascimento, António Mendes e tantos e tantos outros tinham sido duma abnegação e atividade inigualável, ora correndo aos campos onde se realizavam as reuniões clandestinas, ora evitando que os mais fracos se deixassem subornar, ou impondo-se com energia aos pérfidos que procuravam cavar a desgraça alheia, cavando também a sua.

Afoitado pela proteção e incitamento ao emprego da violência, que lhes dispensava o bando republicano, os industriais conserveiros ou saram apresentar um regulamento ignominioso que tresandava a caserna.

Era o escarro do ventruado potentado na face macilenta e descarnada do mendigo. Nevoenta e fria surgira a madrugada de 13 de março. Os industriais ensaiavam as primeiras tentativas para pôr em práticas as suas intenções. Saíram as primeiras carroçadas de peixe. Os grevistas opuseram-se. Houve um esboço de luta.

Quando tudo parecia serenado pela separação dos contendores, nova força surge, previamente aguilhada e, abrupta, sem que tivesse sofrido o menor insulto, agride barbaramente à coronhada um grupo de mulheres grevistas.

António Mendes, que tinha coração e um profundo sentimento de justiça, protestou. Uma bala atravessa-lhe o pescoço e ele rodopiando sobre si mesmo pronuncia esta derradeira frase, que bem mostra uma alma tão grande como a dos legendários heróis das Thermopilas ou Waterloo: 'Lutem'. Dispararam-se mais tiros que feriram outras pessoas. Mariana Torres é atravessada por uma bala em pleno peito, deixando, creio, três crianças, chorando a orfandade.

Os fuzilamentos de Setúbal foram o batismo de sangue da República e o seu primeiro passo para o, já hoje irrevogável, divórcio com o proletariado. Bem mais funéreos dias nos reserva a República que todos nós aclamámos com delírio no único e histórico dia em que aspiramos à liberdade a plenos pulmões.

Dias como o de 13 de março são datas inapagáveis nos nossos peitos de revoltados, porque eles marcam a mancha dolorosa, mas necessária do proletariado no caminho da sua emancipação.

J. Carlos Rates”.

10.6. EVOCAÇÃO DO 13 DE MARÇO DE 1911 NAS MEMÓRIAS DO SINDICALISTA RUI FORSAO²⁰³

“Sobre os morticínios de Setúbal – Chega-me pelos periódicos a nova – e bem dolorosa que ela é! – que, durante um protesto do operariado setubalense, a Guarda Republicana fuzilou uns tantos protestantes. Sem querer indagar das razões do protesto operário – e elas devem existir com certeza, visto que os trabalhadores não se queixam sem motivo poderoso – naturalmente o meu coração sofre com tal notícia, lamentando que a poucos meses da implantação da República, a massa popular já comece a descrer dos princípios democráticos e a apontar a traição dos tribunos.

Com efeito, os tribunos, ao trovejarem indignados protestos, justamente, contra a monarquia dos Braganças e os seus partidos políticos, pondo a nu o sofrimento dos humildes, tomaram o formal compromisso de uma vez proclamado o regime republicano, atenderem às reivindicações das classes obreiras, garantindo uma maior liberdade, sobretudo quando calhe de reclamar um pouco do muito que tanta falta faz a quem trabalha.

²⁰³ FORSAO, Rui, *Para o calvário (jornadas dum caixeiro)*, Edições Solidariedade, Caldas da Rainha, 1934, pp. 33-35. Citado a partir de: CARVALHO, Luís, “Quando a República começou a matar trabalhadores em luta” in *Abril Abril*, publicação digital de 31/03/2021. Disponível em: <https://www.abrilabril.pt/trabalho/quando-republica-comecou-matar-trabalhadores-em-luta>

Afinal, bem cedo acabou a lua de mel da República nas suas bodas com a massa popular. E é ministro do interior o sr. António José de Almeida, que escutei há menos dum ano [...] a quem ouvi fazer a apologia da violência, quando o exemplo parta de cima, no tocante ao esmagamento do povo, que sofre, trabalha e se sacrifica pelo bem-estar da comunidade!

E é ministro do interior, o director da «Alma Nacional», o ru-bro panfleto que, qual Bíblia dos princípios democráticos, nos ensinou o evangelho redentor dos escravos! Tenho-a aqui, na minha frente. Folheio-a, ao acaso. E chego a duvidar da normalidade das minhas faculdades mentais... Pois quê?! O homem, que traçou estas linhas, é o mesmo que, agora instalado no Terreiro do Paço, ordena ou consente o fuzilamento dos operários de Setúbal, porque, decerto, reclamavam mais pão e liberdade?! Pois quê?! O tribuno, que nos ensinou a palavra de revolta contra todas as prepotências, cobre com o seu silêncio, senão com o seu incitamento, o espingardeamento do povo, por banda dos soldados da Guarda Republicana, que devem ter sido educados na mesma escola dos da extinta Guarda Municipal, que tantos protestos suscitaram antes do 5 de Outubro?!

Pois quê?! O democrata, que conheceu as prisões do rei, por gritar a rebelião contra as prepotências da monarquia, bandeia-se com os janízaros, autores dos fuzilamentos de Setúbal?! Não! Não pode ser! A menos de um semestre da República, ainda quando se vivia a rósea hora do romantismo político, não tinha o direito de tingir as suas mãos no sangue do povo, que por ela se bateu e que por ela se sacrificou! Enquanto poupa os inimigos, aqueles que ainda a hão de fazer passar maus bocados, aperra as escopetas e vá de fuzilar os trabalhadores, aqueles a quem um dia disseram que a República lhe proporcionaria melhor viver!

Quimericamente quereria a massa proletariana, que no dia seguinte expropriassem campos, minas, fábricas e oficinas, dando-lhes tudo de mão beijada, sem organização técnica e sem medidas de garantia de vida aos possivelmente expropriados, a trouxe-mouxe, como soe dizer-se?

Creio bem que não. Por motivos de vária ordem, bem conhecidos, mesmo até dos beneficiados, que têm o toutiço no seu lugar, tal não era concebível. Mas, o que poderia vir – e já era tempo de ter vindo – era uma série de medidas, que atendessem às justas aspirações do proletariado, de facto provando que a República era essencialmente democrática, e não um regime burguês, ao cabo, a monarquia virada do avesso, sem o D. Manuel de Bragança no Paço das Necessidades, mas com outros reizininhos no Terreiro do Paço, dando visos de verdade àquele popular dito, que nos manda fugir a sete pés da justiça nova e da rameira velha...

Pelos menos, nesta hora lúgubre, o operariado setubalense assim deve cuidar, dando ao diabo o entusiasmo com que saudou o advento da República, naquela manhã de Outubro, ainda não há um semestre, maldizendo umas bodas, que foram tão curtas!..."

10.7. O EPISÓDIO RELEMBRADO NO ROMANCE DE ALVES REDOL

No imaginário literário, este episódio foi dedicadamente explorado pelo escritor neorrealista António Alves Redol, numa edição póstuma de 1972, na obra *Os Reinegros*. O contexto do diálogo associado ao episódio em estudo é simples. Um antigo carbonário, Luís Polidor, tinha integrado o funcionalismo público da recém implantada República e conversa com operários que consigo tinham participado em conspirações antimonárquicas e que estão desiludidos com os casos de repressão política e despedimentos de trabalhadores de grandes empresas:

"Porém, o caso dos soldados de Setúbal tinha agitado toda a praia – uma mulher e um homem morto, muitos feridos. Falava-se de greve geral, houvera tentativas para fazer rebentar e dizia-se da República o que se dissera da Monarquia.

- Mudaram a bandeira e os homens têm outra cara, mas a malta é a mesma.

(...)

- E o caso de Setúbal, Seu Luís? Também são talassas [designação pejorativa para os monárquicos]?

- Pois claro, homem. São manejos deles.

- E quando se pede pão, dão-se balas? Estás certo? Duas mortes e não sei quantos feridos.

- Há de apurar-se tudo; é preciso calma. Assim é que não se dá jeito nenhum.

- Disso tem a gente certeza. A República já foi. Durou dois dias na Rotunda e pouco mais.²⁰⁴

²⁰⁴ REDOL, Alves, *Os Reinegros*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1972, pp. 215-220.

10.8. TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA PELO SOCIÓLOGO JOÃO FREIRE A JOSÉ BERNARDO, ANARCOSSINDICALISTA SETUBALENSE, EM 1981

“João Freire – *“Isto aqui tinha uma grande tradição de luta, não é? Era aqui que chamavam a ‘Barcelona Portuguesa’, não é? Logo em 1911, a primeira grande luta que se dá com os republicanos é aqui, não é? A repressão de uma greve?*”

José Bernardo – *“Uma greve da indústria de conservas, greve essa que foi traída pelos condutores de carroça. Os condutores de carroça foram a determinada fábrica. Uma carroça carregou caixas de conserva para trazer para a estação. Um rapaz... nesse tempo eu é que era rapaziño, ele já era rapaz e tudo, mas era quase como minha família. Ele ainda me tratava por primo, a família dele. Deitou as mãos às rédeas de um cavalo que transportava caixas de conserva e a Guarda Republicana disparou. Disparou. Matou-o a ele e matou uma mulher. Ele tem aqui um mausoléu aqui no cemitério, que até é interessante a epígrafe que lá está, que foi feita pelos trabalhadores das fábricas de conservas desse tempo. E a mulher era mãe de um camarada nosso que agora está no hospital, que é do Barreiro, Luís Gonzaga.”*

João Freire – *“A mulher que morreu era mãe do Luís Gonzaga?”*

José Bernardo – *“Era mãe do Luís Gonzaga.”*

(...)

José Bernardo – *“Está aqui no cemitério, aqui em Setúbal, uma campa desse tempo que os trabalhadores mandaram erigir. Ainda lá está hoje. O meu filho já lá tem estado a pintar as letras, que aquilo é cavado na pedra. (...) Aquilo pinta-se com facilidade.”*²⁰⁵

²⁰⁵ Biblioteca Nacional de Portugal – Arquivo Histórico-Social (BNP-AHS), Espólio N61, Secção de Áudio, Cx. 122, Cassete n.º 17 – Entrevista de João Freire a José Bernardo (1981), Lado A, minutos 34-37.

10.9. TEXTO DE HOMENAGEM A ANTÓNIO MENDES PUBLICADO POR ALICE BRITO EM 2011²⁰⁶

“Quem hoje passar pelo cemitério da Piedade, em Setúbal, encontrará, depois dos jazigos das famílias patricias, à direita, junto ao muro, uma campa cuidada, com a laje coberta de inscrições solidárias. Não suspeitará que essa campa tem cem anos e que, geração após geração, tem vindo a ser fraternalmente mantida, limpa e cuidada.

Que mãos têm acautelado durante um século inteiro a conservação oculta, anónima, deste túmulo de um operário conserveiro, jovem e humilde, assassinado pela Guarda Republicana em 13 de Março de 1911? É, por certo, um mistério, um daqueles enigmas que a História abriga, num sigilo renovado, numa persistente insistência de memória.

António Mendes pertencia à Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas. Era uma das muitas organizações anarcossindicalistas que vivificavam a Setúbal pré e pós-republicana. Este moço conserveiro tinha vinte anos quando foi morto no Largo do Carmo, junto à Avenida Luísa Todi. Com ele morreria outra operária, Mariana Torres.

É a organização a que António Mendes pertencia que manda fazer a laje tumular, conforme a inscrição ano após ano reavivada que aí se encontra. A chama anónima, que mantém cem anos mais tarde esta campa com a dignidade de um monumento, foi capaz de ultrapassar a República, o meio século de Ditadura, mantendo-se inalterável depois da revolução de Abril.

Esta acção reiterada e singular integra muito mais que mera e terna solidariedade com um camarada caído. Denota sobretudo a crença de que uma utopia nunca se resigna. Denota a convicção acesa de que um ideal não desiste, sobretudo se alimentado pela força motriz da memória, essa arma substancial da História que a quimera conserva.

Quem tem mantido a campa limpa e conservada de António Mendes, parece querer dizer ao Tempo Histórico que aí vem, havemos de nos encontrar, nos sítios do costume, e será, como sempre, um prazer.

Alice Brito”

²⁰⁶ Publicado em: COSTA, Albérico Afonso, *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*, Estuário, Setúbal, 2011, p. 228.

10.10. POEMA DE HOMENAGEM A MARIANA TORRES POR
FÁTIMA MEDEIROS²⁰⁷

“A Mariana Torres

*Caminhas decidida
alma a arder num rio de contradições
braço a braço
com outros companheiros
repudiando a miséria conhecida
enquanto o povo entre vivas e algazarra
grevista te chama.*

Subitamente ... ó sombrio instante!

*ao compasso de uma arma
descai-te o braço
emudece-te a voz.*

*Teu corpo embate
no frio empedrado.*

*Um fio de sangue
assina o teu destino.*

*Faz-se silêncio
de surpresa
de revolta
de dor.*

Um rumor de espanto balbucia o teu nome

Mariana...aa...

Então mártir

*Ontem sombra esquecida nas páginas da história
Hoje heroína de pedra vestida”*

²⁰⁷ Este poema foi lido publicamente em 8 de março de 2016 pela autora no âmbito da inauguração da escultura situada na Praça Machado Santos.



EDIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL | 2026